



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS**  
**REGIONAIS – PPGDIRE**

**CIMARA LEITE DE SOUSA**

**A INFÂNCIA RIBEIRINHA QUE PERDEU O RIO: CRIANÇAS AMAZÔNIDAS DE**  
**BABAÇULÂNDIA ATINGIDAS PELA USINA HIDRELÉTICA DE ESTREITO**

Araguaína/TO  
2025

CIMARA LEITE DE SOUSA

**A INFÂNCIA RIBEIRINHA QUE PERDEU O RIO: CRIANÇAS AMAZÔNIDAS DE  
BABAÇULÂNDIA ATINGIDAS PELA USINA HIDRELÉTICA DE ESTREITO**

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito para obtenção do título de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Thelma Pontes Borges.

**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Lucélia Neves.

Araguaína/TO  
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT  
**Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

L533i Leite de Sousa, Cimara .

A INFÂNCIA RIBEIRINHA QUE PERDEU O RIO: :  
CRIANÇAS AMAZÔNIDAS DE BABAÇULÂNDIA ATINGIDAS  
PELA USINA HIDRELÉTICA DE ESTREITO / Cimara Leite de  
Sousa. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2025.  
130 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação - Programa de  
Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais -  
PPGDire) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Thelma Pontes Borges .

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucélia Neves .

1. Infância Ribeirinha. 2. Transição Ambiental. 3. Violência.

**CDD 300**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Orientador: Thelma Pontes Borges <https://orcid.org/0000-0001-6073-8937>

Orientando: Cimara Leite de Sousa <https://orcid.org/0009-0001-7608-4832>

Co-orientador: Lucélia Neves <https://orcid.org/0000-0003-2311-7159>


CIMARA LEITE DE SOUSA

**A INFÂNCIA RIBEIRINHA QUE PERDEU O RIO: CRIANÇAS AMAZÔNIDAS DE  
BABAÇULÂNDIA ATINGIDAS PELA USINA HIDRELÉTICA DE ESTREITO**

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.


Data de Aprovação: 07 / 03 /2025.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 THELMA PONTES BORGES  
Data: 14/03/2025 10:02:57-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Thelma Pontes Borges

Documento assinado digitalmente )  
 LUCÉLIA NEVES DOS SANTOS  
Data: 20/03/2025 10:09:28-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lucélia Neves

( Documento assinado digitalmente )  
 CLARISSA AMORIM SILVA DE CORDOVA  
Data: 20/03/2025 08:58:21-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Clarissa Amorim Silva de Cordova

(membro interno/  LUCIANA BUTZKE Tocatins (UFNT)  
Documento assinado digitalmente  
Data: 19/03/2025 21:21:36-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana Butzke  
(membro externo/Universidade Regional de Blumenau)

Araguaína/TO  
2025

Dedico essa dissertação primeiramente à Deus por ter me guardado e sustentado até aqui. A meus pais que, cada um ao seu modo, me apoiaram nesta caminhada. Ao meu amado filho Gabriel por quem esforço-me todos os dias para que ele possa alcançar voos do tamanho ou até maiores que seus sonhos. Ao meu companheiro Ismael por, no percurso da nossa caminhada, ter entendido e apoiado a minha necessidade de vencer pelos estudos. Às minhas ancestrais mulheres cujos pés foram impedidos de correr ou até caminhar. Aos babaçulandenses que, assim como eu, sentem saudades das vivências e experiências diretas com o rio de outrora.

Ainda me lembro quando um milagre eu pedi  
Com pouca fé, sim, eu temi  
E hoje eu posso ver, foi muito além do meu pensar  
São tantas bênçãos pra contar

Um, dois, três  
Bênçãos que não têm fim  
Perco as contas  
E agradeço o que fez por mim.

Deus, eu tenho tantas bênçãos  
Posso em minha vida enxergar  
Quanto mais vejo os detalhes  
Sua bondade posso encontrar

Pai, e enquanto eu viver  
Sempre irei me lembrar  
Ainda que sejam infinitas  
Suas bênçãos, eu irei contar

(...)

Bênçãos Que Não Têm Fim  
Canção de Isadora Pompeo

## AGRADECIMENTOS

*Bem, amigos! Aqui está o resultado de grande esforço pessoal para realizar um sonho de infância, o sonho que tive oportunidade de realizar antes mesmo do que imaginava, pois vindo do contexto social que experienciei esse sonho era visto de maneira longínqua e até impossível. O mestrado compõe a lista dos meus impossíveis que, com ajuda de Deus todo poderoso, tornou-se possível.*

*Em 2017, rascunhei uma árvore em que cada galho representava sonhos e desejos, grandes e pequenos, considerados por mim impossíveis. Estipulei um plano, tracei metas, pensei em recuar, mas não recuei para os realizar. Na árvore, o mestrado era um dos galhos mais altos representando o respeito e o grau de dificuldade para ser alcançado. Sei que ainda faltam alguns galhos para serem alcançados e já me sinto sendo direcionada a eles.*

*As experiências proporcionadas pelo mestrado me reviraram do avesso. Assim, descobri que este avesso é o lado certo, é o lado que quero estar. Continuo com os mesmos princípios pessoais que me regem, contudo rompi com algumas barreiras que me impediam de alçar pequenos voos por mim almejados.*

*No início, me senti perdida e pensei em desistir, mas lembrei-me que meu propósito é muito maior que aquela momentânea dificuldade. Estar perdido me possibilitou explorar novos caminhos e traçar novas rotas para chegar ao destino desejado. Apesar de ser um sonho pessoal, a escalada até aqui só se tornou possível porque estive apoiada em ombros de gigantes que, em diferentes momentos, me deram suporte, me abraçaram e seguraram em minha mão direcionando-me pelo caminho. A vocês, humildemente dedico este trabalho e agradeço afetosamente um por um a seguir.*

*Agradeço primeiramente a Deus todo poderoso por ter me guiado e sustentado em toda minha vida. Por ter me fortalecido quando me senti fraca, enxugado minhas lágrimas quando chorei, me norteado quando me senti perdida. Obrigada, meu Deus, por tornar possível o meu sonho que outrora seria impossível.*

*Ao meu Filho Gabriel, amor da vida. Te agradeço por ter me acompanhado na jornada desde a faculdade passando pelos cursinhos até o mestrado. Te agradeço também por ser este filho tão atencioso me ajudando e compreendendo minha ausência. Ao meu marido e companheiro Ismael pela compreensão e paciência diante das ausências que a escrita e estudo do trabalho por vezes exigiram. Obrigada por me ajudar e encorajar a perder o medo de dirigir, por me auxiliar nos afazeres diários para que eu dispusesse de mais tempo para estudar.*

*À minha querida mãe Margarida por todo carinho, afeto e cuidado materno ao longo da vida. Ah, mãezinha eu te amo tanto que nem sei... Obrigada por me impulsionar a conquistar meus sonhos e por me auxiliar nessa caminhada. Ao meu pai por todo apoio e por não medir esforços para que não me faltasse recursos financeiros ao longo do percurso acadêmico. Agradeço por me orientar a apreender múltiplas atividades e usá-las de acordo com as necessidades da vida. Em outras palavras, você sempre me diz: “aprenda de tudo e use o que lhe for necessário”. Amo vocês dois infinitamente!*

*À minha tia Neide por ter sido ponte no acesso aos dados necessários para o construto do capítulo da infância em Babaçulândia que compõe essa pesquisa. Saiba que, em muitos momentos da vida me inspiro na mulher guerreira que és, que não baixa cabeça diante das adversidades da vida buscando sempre realizar seus sonhos com ousadia.*

*Ao meu amigo, irmão e cunhado Antônio Elieser (Lieser) por ter dedicado muito do seu tempo para auxiliar-me nos estudos da caminhada acadêmica rumo ao tão sonhado título de mestre. Por ter sido ombro amigo e por sempre estar disponível para me ouvir quando as tempestades da vida quiseram me derrubar. Com você aprendi que devagarzinho é possível ir muito além do que imaginamos.*

*À minha amiga Leomaura Miranda por ter sido meu incentivo primário. Sou grata por sua amizade e por ter me ouvido sempre que precisei conversar sobre a complexa convivência acadêmica. Muito obrigada por suas orientações acerca do que é estar no mestrado. Agradeço pelas orientações, presencialmente ou por ligações, que me destes, principalmente, no início dessa caminhada.*

*À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Thelma Pontes Borges por que quem tenho grande carinho, respeito e admiração. Desde a inscrição do mestrado eu orava para que meu orientador(a) segurasse em minha mão tal qual faço com meus alunos durante o processo de alfabetização. Hoje compreendo que não teria possibilidade de ser sua orientanda desde o início, pois o projeto a qual submeti e sua linha de pesquisa não tinham similaridade, sendo assim nossos caminhos se cruzaram por outras vias. Me sinto honrada em ser sua orientada tendo meu nome junto ao seu nessa pesquisa. Obrigada por ter, em alguns momentos difíceis da vida, me acolhido de uma maneira tão sublime e humana capaz de me anestésiar de tamanha dor e preocupação que sentia. Agradeço por suas orientações e respeito pela minha maneira de escrita.*

*Aos remanescentes da ilha de José hoje moradores do reassentamento Baixão. As crianças e adultos, humildemente agradeço por me possibilitarem contar suas histórias. Espero que esse trabalho possa subsidiar outras pesquisas dando oportunidade de falarem das*

*violências que sofreram e sofrem. E, acima de tudo, que esta pesquisa ecoe tão longe sendo capaz de mobilizar autoridades para resolver os problemas que enfrentam diariamente.*

*Aos meus conterrâneos Eneida Luz e Antônio Brito. A primeira, por pessoalmente me ceder o arquivo com seus levantamentos sobre Babaçulândia realizados ainda em 2005. O segundo pela confiança ao me presentear com seu livro e por me autorizar a utilizar trechos de seus poemas neste trabalho. A vocês externo meu profundo agradecimento.*

*À Prof<sup>a</sup>. Dra. Luciana Butzke (membro externo/Universidade Regional de Blumenau), pela disponibilidade em participar da banca de qualificação e defesa. Obrigada por tecer contribuições importantes que enriqueceram de maneira significativa nossa pesquisa. Lembra quando você nos visitou em setembro de 2023? Foi nesse momento que a prof.<sup>a</sup> Thelma sugeriu seu nome para participar da banca de qualificação, eu prontamente aceitei e, acredite, me esforcei ainda mais para entregar um bom trabalho. A partir daí você foi convocada para participar da banca de defesa.*

*À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES), pelo apoio financeiro realizado através da concessão da bolsa. Ao Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) por me fortalecer na escalada dos muros universitários, por tornar tangíveis os conhecimentos intangíveis para a massa popular.*

*Ao Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho sempre nos fazendo refletir na disciplina de pensamento social brasileiro sobre o projeto de Brasil que temos, o queremos e que o deixaremos para gerações futuras. Professor por quem tenho profundo carinho e admiração. Agradeço por todas as contribuições diretas e indiretas a nossa pesquisa. Imagino que tenha acompanhado de perto os textos que enviei pra prof.<sup>a</sup> Thelma desde o início.*

*Aos professores do PPGDire, Prof. Dr. Wallace Rodrigues, por sua instrução, dedicação e auxílio na disciplina de Cultura e Sociedade; Prof. Dr. João de Deus Leite sempre nos deixando “as voltas” com a epistemologia e suas metodologias para realizar o projeto, além de nos apresentar nossa amiga Eni com a análise de discurso. Prof. João, quero deixar registrado que tenho grande admiração e carinho por você. Suas aulas foram desafiadoras, no entanto essenciais para a construção do meu conhecimento científico.*

*Aos meus colegas da 7<sup>a</sup> turma do PPGDire, a melhor turma de todos os tempos! Muito obrigada por todos os conhecimentos comigo compartilhados, pelos debates enriquecedores durante as aulas. Tenham certeza de que, de algum modo, vocês contribuíram de maneira significativa para meu crescimento pessoal e acadêmico no percurso que fizemos juntos.*

## RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender a infância das crianças descendentes dos ribeirinhos da ilha de São José realocados no reassentamento Baixão no município de Babaçulândia- TO em função do deslocamento forçado pela barragem da UHE de Estreito. Para tanto, foram realizadas entrevistas com cinco antigos moradores da ilha e quatro professores que exerceram função na escola da localidade, bem como oito crianças do Baixão realizadas por meio da produção de desenhos e suas significações. As entrevistas foram analisadas sob a luz da dinâmica dos contextos ambientais apresentada por Urie Bronfenbrenner – e avaliados por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin –, com o auxílio do software WebQDA. A partir dos resultados chegou-se a três categorias temáticas: i) Infâncias; ii) Infância e natureza morta; iii) Macrossistema. O primeiro descreve como era a infância ribeirinha no ambiente da ilha. O segundo os desafios enfrentados pela população em seu novo local de vivência e como estes afetam infância. O terceiro versa sobre os instrumentos de domínio e força utilizados para impedir que os moradores acessem seus direitos. Os desenhos foram analisados considerando a técnica do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA) proposto por Bomfim. Os resultados alcançados por meio da narrativa das crianças revelaram sentimentos potencializadores, despotencializadores e mistos em relação ao reassentamento Baixão e ilha de São José. De modo geral, concluiu-se que, a construção da usina alterou de maneira significativa o contexto infantil dos descendentes dos ribeirinhos. Notou-se que a mudança para um ambiente sem acesso ao rio limitou a compreensão das crianças em relação a amplitude geográfica do rio o que marca uma transição ecológica, na qual, os filhos dos ribeirinhos, se apresentam como a primeira geração familiar que não se identificam como tal. O fim da infância ribeirinha das famílias estudadas é um dano social e subjetivo que nenhuma análise de impacto social e psicológico havia previsto.

**Palavras-chave:** Infância, Ribeirinho, Babaçulândia, Amazonia Legal, Transição Ambiental, Violência, UHE de Estreito.

## ABSTRACT

The present work aims to understand the childhood of children descended from the riverside dwellers of the island of São José relocated in the Baixão resettlement in the municipality of Babaçulândia-TO due to the forced displacement by the dam of the Estreito HPP. To this end, interviews were conducted with five former residents of the island and four teachers who worked in the local school, as well as eight children from Baixão carried out through the production of drawings and their meanings. The interviews were analyzed in the light of the dynamics of environmental contexts presented by Urie Bronfenbrenner – and evaluated using Bardin's content analysis technique – with the aid of the WebQDA software. From the results, three thematic categories were reached: i) Childhoods; ii) Childhood and still life; iii) Macrosystem. The first describes what riverside childhood was like in the island's environment. The second is the challenges faced by the population in their new place of living and how these affect childhood. The third deals with the instruments of domination and force used to prevent residents from accessing their rights. The drawings were analyzed considering the technique of the Affective Map Generator Instrument (IGMA) proposed by Bomfim. The results achieved through the children's narrative revealed enhancing, disempowering and mixed feelings in relation to the resettlement of Baixão and São José Island. In general, it was concluded that the construction of the plant significantly changed the childhood context of the descendants of the riverside dwellers. It was noted that the change to an environment without access to the river limited the children's understanding of the geographic amplitude of the river, which marks an ecological transition, in which the children of the riverside dwellers present themselves as the first family generation that do not identify themselves as such. The end of the riverside childhood of the families studied is a social and subjective damage that no analysis of social and psychological impact had predicted.

**Keywords:** Childhood, Riverside, Babaçulândia, Legal Amazon, Environmental Transition, Violence, Estreito HPP.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1</b> – Palmeira e cacho da amêndoa do coco babaçu .....                      | 26  |
| <b>Figura 2</b> – Malva ( <i>Urena lobata L.</i> ) .....                                | 27  |
| <b>Figura 3</b> – Página de apresentação da cartilha.....                               | 34  |
| <b>Figura 4</b> – Página extraída da cartilha em 2007 .....                             | 35  |
| <b>Figura 5</b> – Vista panorâmica da Ilha de São José antes da UHEE .....              | 43  |
| <b>Figura 6</b> – Modelo Ecológico de Bronfenbrenner .....                              | 63  |
| <b>Figura 7</b> – Localização do reassentamento coletivo Baixão .....                   | 66  |
| <b>Figura 8</b> – Nuvem de palavras das falas dos entrevistados .....                   | 77  |
| <b>Figura 9</b> – Categorias temáticas .....  | 78  |
| <b>Figura 10</b> – Transporte e rota dos alunos .....                                   | 83  |
| <b>Figura 11</b> – Poço artesiano e reservatório de água no reassentamento Baixão ..... | 86  |
| <b>Figura 12</b> – Galões de água .....   | 87  |
| <b>Figura 13</b> – Plantação de milho na residência de um dos entrevistados .....       | 89  |
| <b>Figura 14</b> – Tampa do Reservatório de Água.....                                   | 91  |
| <b>Figura 15</b> – Representação 1   Contraste .....                                    | 97  |
| <b>Figura 16</b> – Representação 2   Contraste .....                                    | 98  |
| <b>Figura 17</b> – Representação 3   Contraste .....                                    | 99  |
| <b>Figura 18</b> – Representação   Insegurança.....                                     | 100 |
| <b>Figura 19</b> – Representação 1   Agradabilidade... ..                               | 102 |
| <b>Figura 20</b> – Representação 2   Agradabilidade... ..                               | 103 |
| <b>Figura 21</b> – Representação 3   Agradabilidade... ..                               | 104 |
| <b>Figura 22</b> – Representação 4   Agradabilidade... ..                               | 105 |
| <b>Figura 23</b> – Representação   Destruição.....                                      | 107 |
| <b>Figura 24</b> – Representação 1   Insegurança.....                                   | 108 |
| <b>Figura 25</b> – Representação 2   Insegurança.....                                   | 109 |
| <b>Figura 26</b> – Representação 1   Agradabilidade... ..                               | 111 |
| <b>Figura 27</b> – Representação 2   Agradabilidade. ....                               | 112 |
| <b>Figura 28</b> – Representação 3   Agradabilidade... ..                               | 113 |
| <b>Figura 29</b> – Representação 1   Pertencimento... ..                                | 114 |
| <b>Figura 30</b> – Representação 2   Pertencimento... ..                                | 115 |
| <b>Figura 31</b> – Ambiente Ecológico Ribeirinho na Ilha de São José.....               | 118 |
| <b>Figura 32</b> – Ambiente Ecológico da Infância Sequestrada.....                      | 120 |
| <b>Figura 33</b> – Estrada no Reassentamento Baixão.....                                | 121 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| <b>Gráfico 1</b> – Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos com privações em 2022 na Amazônia Legal..... | 53 |
| <b>Gráfico 2</b> – Taxa de mortalidade Infantil em Babaçulândia.....                                   | 58 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Quadro 1</b> – Trâmite da construção da (UHEE) .....                                     | 32  |
| <b>Quadro 2</b> – Plano de remanejamento da População .....                                 | 37  |
| <b>Quadro 3</b> – Famílias atingidas pela UHEE .....  | 38  |
| <b>Quadro 4</b> – População do Brasil e da Amazônia Legal .....                             | 51  |
| <b>Quadro 5</b> – Mortalidade infantil na Amazônia Legal .....                              | 54  |
| <b>Quadro 6</b> – Quantitativo de infantojuvenis inscritos no CadÚnico e Bolsa Família .... | 55  |
| <b>Quadro 7</b> – Quantitativo de famílias no GPTE no CAD em Babaçulândia .....             | 58  |
| <b>Quadro 08</b> – Organização das entrevistas .....  | 67  |
| <b>Quadro 09</b> – Caracterização familiar dos entrevistados .....                          | 71  |
| <b>Quadro 10</b> – Caracterização dos entrevistados .....                                   | 71  |
| <b>Quadro 11</b> – Caracterização das crianças entrevistadas .....                          | 72  |
| <b>Quadro 12</b> – Processo de categorização para a construção dos mapas afetivos .....     | 74  |
| <b>Quadro 13</b> – Síntese de categorias (unidades de catalogação e estima de lugar).....   | 75  |
| <b>Quadro 14</b> – Maneiras de utilização do rio .....                                      | 79  |
| <b>Quadro 15</b> – Transição ambiental ribeirinha.....                                      | 95  |
| <b>Quadro 16</b> – Síntese do desenho 1   Contraste .....                                   | 97  |
| <b>Quadro 17</b> – Síntese do desenho 2   Contraste .....                                   | 98  |
| <b>Quadro 18</b> – Síntese do desenho 3   Contraste.....                                    | 99  |
| <b>Quadro 19</b> – Síntese do desenho   Insegurança... ..                                   | 101 |
| <b>Quadro 20</b> – Síntese do desenho 1   Agradabilidade.....                               | 102 |
| <b>Quadro 21</b> – Síntese do desenho 2   Agradabilidade.....                               | 103 |
| <b>Quadro 22</b> – Síntese do desenho 3   Agradabilidade.....                               | 104 |
| <b>Quadro 23</b> – Síntese do desenho 4   Agradabilidade.....                               | 105 |
| <b>Quadro 24</b> – Síntese do desenho 1   Destruição.....                                   | 107 |
| <b>Quadro 25</b> – Síntese do desenho 1   Insegurança... ..                                 | 109 |
| <b>Quadro 26</b> – Síntese do desenho 2   Insegurança... ..                                 | 110 |
| <b>Quadro 27</b> – Síntese do desenho 1   Agradabilidade... ..                              | 111 |
| <b>Quadro 28</b> – Síntese do desenho 2   Agradabilidade... ..                              | 112 |
| <b>Quadro 29</b> – Síntese do desenho 3   Agradabilidade... ..                              | 113 |
| <b>Quadro 30</b> – Síntese do desenho 1   Pertencimento... ..                               | 115 |
| <b>Quadro 31</b> – Síntese do desenho 2   Pertencimento.....                                | 116 |
| <b>Quadro 32</b> – Resultado da estima de lugar.....  | 117 |

## LISTA DE MAPAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Mapa 1</b> – Localização do município de Babaçulândia .....        | 25 |
| <b>Mapa 2</b> – Localização dos municípios impactadas pela UHEE ..... | 31 |
| <b>Mapa 3</b> – Detalhamento da estrutura da UHEE.....                | 32 |
| <b>Mapa 4</b> – Mapa histórico de Babaçulândia .....                  | 42 |
| <b>Mapa 5</b> – Localização do reassentamento coletivo Baixão .....   | 65 |
| <b>Mapa 6</b> – Localização do imediata do reassentamento .....       | 67 |

## LISTA DE TRANSCRIÇÕES<sup>1</sup>

(( )) – Comentários da pesquisadora

(...) – Fala tomada ou interrompida

() – Fala incompreensível

... – Qualquer pausa

:: – Alongamento de vogal e consoante

? – Pergunta no segmento de fala

**MAIÚSCULA** – Ênfase e alteração no tom de voz

---

<sup>1</sup> PRETI, Dino. (Org.) **Oralidade em textos escritos**. Projetos Paralelos - NURC/SP. V.10. São Paulo: Humanitas, 2009.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABRINQ** – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
- ANEEL** – Agência Nacional de Energia Elétrica
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CadÚnico** – Cadastro Único
- CAPES** – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CECAD** – Consulta, Seleção e Extração de Informações Do CadÚnico
- CESTE** – Consórcio Estreito Energia
- CEP** – Comitê de Ética em Pesquisa
- CNEC** – Engenharia S.A – empresa responsável pelo EIA/RIMA da UHE Estreito
- DATASUS** – Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EIA** – Estudos de Impactos Ambientais
- FMCSV** – Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
- GPTE** – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- km<sup>2</sup>** – Quilômetros quadrado
- m** – Metros
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens
- O** – Longitude
- PBA** – Projeto Básico Ambiental
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PPGDire** – Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
- RIMA** – Relatório de Impacto Ambiental
- S** – Latitude
- SCIELO** – *Scientific Electronic Library Online*
- TO** – Estado do Tocantins
- UHE** – Usina Hidrelétrica
- UHEE** – Usina Hidrelétrica de Estreito
- UNICEF** – Fundação das Nações Unidas para a Infância

## UMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 20  |
| <b>1 BABAÇULÂNDIA E A USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO</b> .....                                       | 24  |
| 1.1 Caracterização do município de Babaçulândia.....   | 24  |
| 1.2 Histórico da UHE de Estreito e os municípios impactados.....                                     | 30  |
| 1.3 Efeitos em Babaçulândia e deslocamento da Ilha de São José para o<br>Reassentamento Baixão ..... | 39  |
| <b>2 A INFÂNCIA NA AMAZÔNIA LEGAL E EM BABAÇULÂNDIA/TO</b> ...                                       | 45  |
| 2.1 Contextualização histórica do conceito de Infância .....   | 45  |
| 2.2 O contexto infantil na Amazônia Legal.....   | 50  |
| 2.3 A infância ribeirinha em Babaçulândia .....  | 56  |
| <b>3 PSICOLOGIA AMBIENTAL: fatores intervenientes do desenvolvimento<br/>humano</b> .....            | 60  |
| 3.1 Introdução a Psicologia Ambiental.....   | 60  |
| 3.2 A pessoa, o ambiente e o contexto .....  | 62  |
| <b>4 METODOLOGIA</b> .....   | 65  |
| 4.1 Caracterização do local da pesquisa .....  | 65  |
| 4.2 Caminho metodológico.....  | 68  |
| 4.3 Coleta de dados.....   | 69  |
| 4.3.1 Primeira Etapa .....   | 70  |
| 4.3.2 Segunda Etapa .....  | 70  |
| 4.3.3 Terceira Etapa.....  | 72  |
| 4.4 Análise dos dados .....  | 75  |
| <b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....   | 76  |
| 5.1 Categorização temática das entrevistas .....   | 76  |
| 5.2 Crianças Narradoras .....  | 96  |
| 5.2.1 Narrativas sobre Infância no Reassentamento Baixão .....                                       | 96  |
| 5.2.1.1 Contraste.....   | 97  |
| 5.2.1.2 Insegurança .....  | 100 |
| 5.2.1.3 Agradabilidade .....   | 101 |
| 5.2.2 Narrativas sobre o lugar que a Ilha de São José ocupa .....                                    | 106 |
| 5.2.2.1 Destruição .....   | 106 |
| 5.2.2.2 Insegurança .....  | 108 |

|   |     |
|---|-----|
| 5.2.2.3 Agradabilidade .....                      | 110 |
| 5.2.2.3 Pertencimento .....                       | 114 |
| 5.3 Análise complementar dos mapas afetivos ..... | 116 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                 | 122 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                          | 124 |

## INTRODUÇÃO

“A infância não acontece da mesma forma para todas as crianças e as histórias se diversificam a cada experiência vivida” (Rocha, 2002, p. 2).

A infância tem significado diferente de acordo com o tempo e espaço em que é analisada. Segundo Postman (1999), mesmo sem restrições morais e/ou legais para a prática do infanticídio, o conceito de infância teve seus primeiros sinais na sociedade moderna com a inserção das crianças nas escolas. Da Grécia Antiga a contemporaneidade o sentimento de infância passou por diferentes momentos em todo o mundo a depender da classe social em que a criança estava inserida e quais os interesses governamentais da época.

No Brasil, tal sentimento chegou tardiamente se comparado com outros continentes ao norte do globo terrestre, que colonizado por Portugal acabou herdando o pouco valor dado ao público infantil. Durante os séculos XIX e XX as crianças, sobretudo, as de camadas populares menos favorecidas, foram usadas como mão de obra com o objetivo de suprir o trabalho adulto, além de suas arrecadações serem vistas como complementação da renda familiar (Ramos, 1999).

No decorrer dos séculos, de acordo com as exigências da época, foram surgindo políticas públicas de amparo às crianças e adolescentes. A mais recente delas é a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) que prevê proteção integral dos direitos da criança e os colocam como sujeitos detentores de direitos, proteção e garantias específicas. O estatuto foi criado com o objetivo de complementar o artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

No contexto brasileiro, apesar das políticas públicas que garantem proteção integral e acesso a direitos essenciais básicos, ainda é possível notar uma multiplicidade de infâncias nas diferentes regiões que compõe o território federativo, sobretudo, as da região amazônica. De acordo Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2023) a região amazônica é um dos piores lugares para ser criança no Brasil. Os estados que compõe a Amazônia Legal têm índices exorbitantes de crianças e adolescentes sem acesso a serviços essenciais básicos.

A Amazônia Legal dispõe de ambiente propício para a construção dos mega-projetos (mineração, barragem, agronegócio etc.), entre eles os de produção energética financiados pelo governo e/ou instituições privadas (Akama, 2017). Esses projetos atuam expulsando as populações de suas residências, principalmente, aquelas que vivem às margens dos rios. As famílias ribeirinhas impactadas se deslocam para ambientes integralmente diferentes de seus locais de origem. As famílias precisam se reinventar, pois o novo ambiente que são inseridos

não dispõe e nem oferecem os mesmos elementos geradores de atividades molares que outrora acessavam (SASSEN, 2016). As crianças, por sua vez, são ainda mais expostas as mazelas sociais, econômicas e culturais.

Tomamos como materialidade ao exposto, a comunidade da extinta ilha de São José pertencente ao município de Babaçulândia, onde as famílias viviam em harmonia com a natureza se utilizando daquilo que o ambiente às margens do rio proporcionava. Impactados pela Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), parte dos moradores da ilha foram realocados no reassentamento Baixão em Babaçulândia, no estado do Tocantins. Longe do rio, as famílias tem que definir novas estratégias de sobrevivência, principalmente, no que diz respeito aos seus descendentes que agora vivem uma vida de ribeirinho longe do rio e das experiências que esse poderia proporcionar. Esses episódios põem as crianças ribeirinhas em estado de vulnerabilidade. Durante processo de deslocamento observa-se que elas passam por um episódio de invisibilidade, tendo em vista que não houveram estudos relacionados ou tratamento adequado a esse público.

Portanto, com base no exposto e considerando que, com a realocação forçada dos ribeirinhos da Ilha de São José para o reassentamento Baixão, a infância ribeirinha perdeu o contato com o rio, o foco dessa pesquisa recai em analisar a seguinte temática: como é a infância das crianças descendentes dos ribeirinhos da ilha de São José realocados no reassentamento Baixão?

Partindo da ideia de que a infância ribeirinha teve seu contato com o rio cindido, levantamos a seguinte hipótese: (1) a mudança de vida da família para um local sem acesso ao rio, acaba por negar às crianças a identidade ribeirinha com direito a uma infância em contato com o rio, a natureza e às brincadeiras que viriam desse espaço de pertencimento social.

Deste modo, a relevância desta pesquisa consiste no fato de que muitas pesquisas já foram feitas analisando a influência da construção da hidrelétrica de Estreito em diferentes contextos, no entanto são desconhecidos trabalhos que abordem os impactos desta na vida das crianças ribeirinhas de Babaçulândia. Além disso, a pesquisa contribui para fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais efetivas em relação ao modo que acontecem os processos de deslocamento e realocamento de comunidades ribeirinhas atingidas e impactadas pelos grandes empreendimentos do setor energético.

A presente pesquisa está filiada à Psicologia Ambiental a partir das teorizações de Urie Bronfenbrenner (1979) que trabalha com a temática dos contextos ambientais. A teoria versa sobre as influências do ambiente, seja ele proximal ou distante, sob o comportamento e atitudes dos indivíduos bem como a relação com seus pares. Nos estudos de Urie o primeiro ambiente

chamado de microssistema é o lugar onde a pessoa mora e convive com sua família; o segundo ambiente, o chamado mesossistema é o lugar onde se compartilha espaços próximos com a comunidade como o convívio com vizinhos, lugar de trabalho dos pais, bairro entre outros; o terceiro ambiente, é o chamado exossistema é o lugar dos ambientes públicos coletivos das cidades e seus habitantes; o quarto e último aspecto se chama macrossistema que tem dimensão do ambiente em sua totalidade e recursos naturais e populações.

Considerando o exposto, este trabalho objetiva analisar a infância das crianças descendentes dos ribeirinhos da ilha de São José realocados no reassentamento Baixão. Com este propósito, fez-se necessário investigar como foi a infância dos ribeirinhos na referida ilha e então analisar como as crianças do reassentamento Baixão constituem a identidade ribeirinha longe do rio e no contexto do novo local de vivência bem como compreender quais são as percepções das crianças sobre o processo vivido pelas famílias em função da instalação da hidrelétrica de Estreito.

Deste modo a dissertação está estruturada em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo denominado “Babaçulândia e a Usina Hidrelétrica de Estreito” inicialmente discorre sobre o município de Babaçulândia apresentando sua caracterização geográfica, econômica e populacional por meio de dados da SEPLAN (2017) e IBGE (2023); e histórico do município desde a chegada dos primeiros moradores, emancipação política e primeiras atividades econômicas. O diálogo está fundamentado sob o olhar dos estudiosos de JJ Leandro (2018) e da conterrânea Luz (2005).

Em seguida são apresentados o histórico e localização da UHE de Estreito, os municípios atingidos, seus impactos e maneiras de indenizações. As contribuições são aludidas pela fonte de dados disponibilizada pelo Ceste (2007, 2024), Cnec (2001), Ibama (2023) e problematizações levantadas por Pitombeira (2018), Soares (2023), Tavares *et al* (2018).

Na sequência são revelados o expressivo efeito que a UHE de Estreito teve sobre o município de Babaçulândia, o impacto na extinta ilha de São José, o realocamento de seus moradores para o reassentamento Baixão, além da fundamentação e relevância da temática da pesquisa por meio de estudo dos pesquisadores Sousa, Borges e Pacifico Filho (2025).

O segundo capítulo “A Infância na Amazônia Legal e em Babaçulândia/To” no qual realizou-se uma discussão sobre o conceito de infância e em qual período da história esse sentimento começou ser percebido ao redor do mundo e, sobretudo no Brasil. Aborda as várias infâncias dos dias atuais. A contextualização histórica é feita sob a luz dos estudos de Postman (1999), Ariès (1981), Del Priore (2000), Tedesco (2016) e Lopes (2012).

Posteriormente são revelados, por meio de dados da Fundação Abrinq (2023), Unicef

(2018, 2022, 2023), CECAD (2024) e Martins e Gomes (2024), o cenário infantil brasileiro. No âmbito desse são apresentados os desafios enfrentados pelo público infantil na Amazônia Legal com privação de direitos essenciais garantidos por lei. Reafirma-se ainda que as dificuldades acessadas pelas crianças amazônidas são discrepantes se comparadas com as experienciadas pelas crianças de outras regiões do Brasil.

Faz-se uma breve problematização acerca de como é percebida a identidade ribeirinha levantadas por Silva (2017), Cruz (2001). Ademais, são apresentadas informações específicas sobre o cenário infantil babaçulandense. O material é construído a partir da fonte de dados do CadÚnico, QEDU (2024), FMCSV (2022), IBGE (2024) e DATASUS (2024). Por fim, faz uma observação fundamentada em Papalia e Feldman (2013) e Moser (2018) sobre os problemas que as dificuldades multifatoriais podem causar no bem-estar físico, social e cognitivo das crianças e suas famílias.

O terceiro capítulo “Psicologia Ambiental: Fatores Intervenientes do Desenvolvimento Humano” inicia-se a partir da explanação introdutória do conceito de psicologia ambiental, sua origem e qual seu precursor, a saber, Urie Bronfenbrenner. As teorizações se baseiam nos estudos de Melo (1991), Assis, Ferreira e Fornasier (2021) e Benetti *et al.* (2013).

Seguindo nesta toada, apresenta-se as definições dos contextos ambientais e a interrelação ambiente e pessoa. Ademais, aborda a temática das transições ambientais e como elas interferem no sistema ambiental. Aqui é apresentado o conceito em que o rio é elemento gerador de atividade molares. As teorizações são mobilizadas a partir dos conceitos apresentados no livro *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados de Bronfenbrenner (1996)* sendo a base estrutural que sustenta a análise das entrevistas com os adultos.

Revela-se o método de análise para a investigação dos afetos dos sujeitos em relação ao ambiente que se relacionam, a saber, Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA). O instrumento se fundamenta por meio dos estudos de Bomfim (2023) sob a luz da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1991) e dos mapas cognitivos propostos por Lynch (1998). Neste viés, o instrumento utilizado faz relação com a Psicologia Ambiental a partir dos preceitos da teoria histórico-cultural de Vygotsky a qual possibilita entender como os indivíduos constroem conhecimento, como percebem o ambiente ao seu redor e como são influenciados por ele (Paoli; Rumenos, 2020).

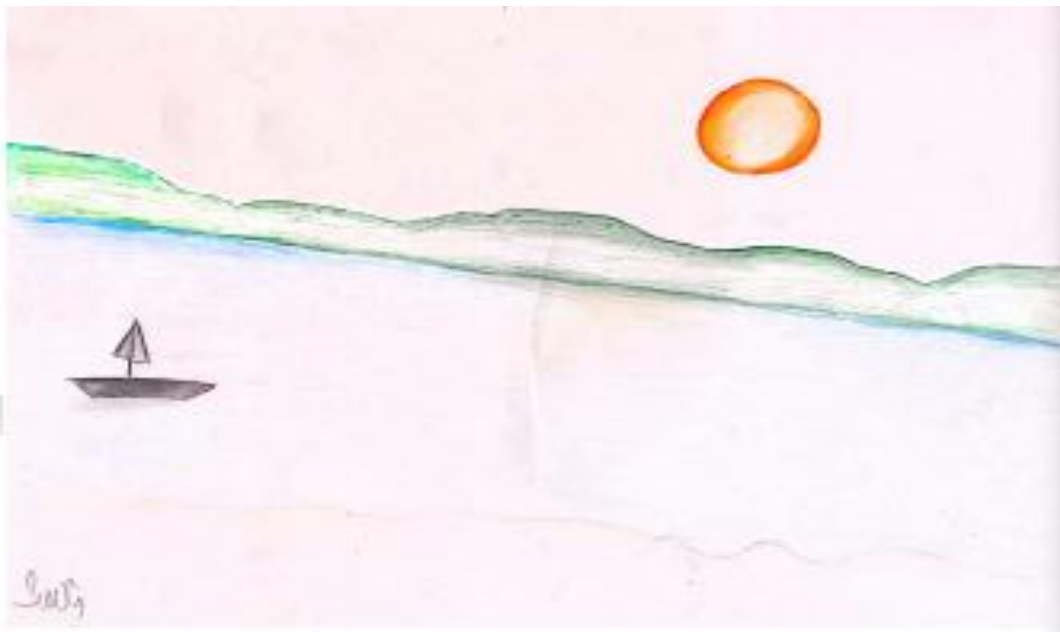
No quarto capítulo discorre-se sobre os caminhos metodológicos para alcançar os objetivos gerais e específicos da pesquisa. Para tanto, caracteriza-se o local e etapas da pesquisa. Em seguida é apresentado o método de análise utilizado, isto é, análise de conteúdo de Bardin

(1977).

Por último, o quinto capítulo, revela os resultados e discussões finais da pesquisa. Este é composto por duas partes: a primeira diz respeito às análises das entrevistas com os adultos, a qual possibilitaram o surgimento de três categorias temáticas com duas subcategorias cada uma. Ambas abordam como era a infância na ilha de São José, o processo de transição e os desafios enfrentados pelos moradores no reassentamento Baixão. A segunda parte emerge em função das análises dos desenhos infantis sobre a vida cotidiana das crianças no reassentamento e como compreendem o que foi a ilha de São José por meio das histórias que ouvem de suas pais e avós.

## 1 BABAÇULÂNDIA E A USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO

### 1.1 Caracterização do município de Babaçulândia



“Eu desenhei a praia porque a praia me traz muitas lembranças boas. Me traz lembranças de tá junto com minha família” (Inês<sup>2</sup>, 13 anos).

Babaçulândia é uma cidade amazônica brasileira localizada ao norte do estado do Tocantins à esquerda do rio Tocantins. O município possui extensão territorial de 1.790,297 km<sup>2</sup>. Tem seus limites geográficos ao leste com o município de Carolina no estado do Maranhão; no estado do Tocantins, ao norte com Wanderlândia e com Darcinópolis; à oeste,

---

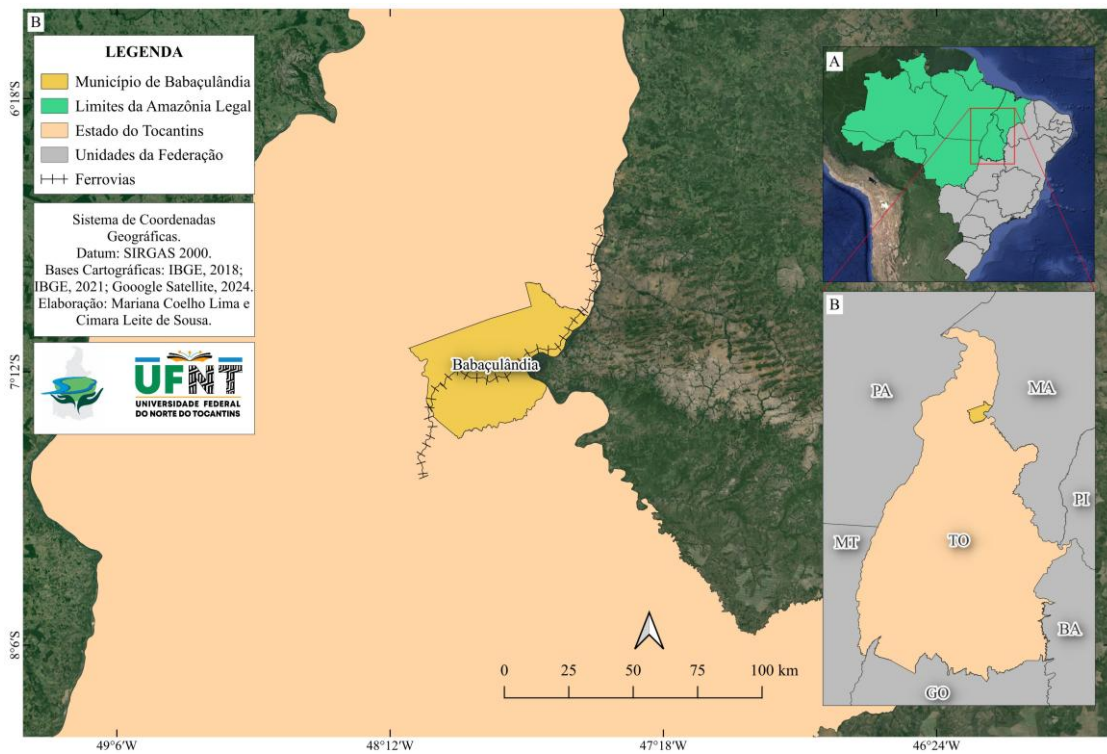
<sup>2</sup> Nativa de Babaçulândia e descendente de babaçulandense, estudante do 9º do ensino fundamental. A participação da adolescente foi devidamente autorizada pelos responsáveis legais.

com Araguaína e ao sul com Filadélfia. As coordenadas geográficas da sede municipal estão localizadas na Latitude S-07°12'17" Longitude O-47°45'25" situados na zona urbana (SEPLAN, 2017).

O município encontra-se na Microrregião Ocidental do Tocantins e compõe juntamente com outros 20 municípios a região imediata de Araguaína. Para tanto, está localizada aproximadamente 60 km da capital econômica do Estado<sup>3</sup> a qual tem uma relação de dependência; e 435 km de Palmas, capital oficial do Tocantins (IBGE, 2023).

Em se tratando de termos geográficos, a seguir, o **mapa 1**, caracteriza a localização geográfica do município de Babaçulândia, Tocantins.

**Mapa 1** – Localização do município de Babaçulândia



**Fonte:** elaborado pela autora (2025).

O povoamento do município foi ocasionado pela migração de camponeses que vieram do norte e nordeste do Brasil, a saber, principalmente dos estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Bahia, que fugiam das mais diversas dificuldades sociais oriundas da seca e da estrutura agrária arcaica no seu local de vivência. Este deslocamento populacional teve início por volta dos anos 20 e na década de 1970 se intensificou rumo a Amazônia dando origem às chamadas Bandeiras Verdes (Santos, 1988). O êxodo mencionado se deu a partir da necessidade de um lugar

<sup>3</sup> Araguaína foi declarada Capital Econômica do Estado do Tocantins por meio da lei n.º 4.200, de 18 de julho de 2023 (Tocantins, 2023).

tranquilo para viver e com boa terra para plantio. A direção seguida era rumo ao sol poente. Seu principal precursor foi Padre Cicero, conhecido por libertar os seus devotos da seca. Ele estimulava a procura pelas “[...] bandeiras verdes no fim dos tempos, estas foram identificadas como as matas amazônicas [...]” (Pereira Neto; Sousa, 2022).

Esse movimento migratório deu origem a muitos povoados – hoje cidades – ao longo da região norte às margens do Rio Tocantins e Araguaia (Pereira Neto; Sousa, 2022). Os migrantes que se adentraram até a região que hoje compreende Babaçulândia encontraram, nas terras às margens do rio Tocantins, riquezas como coco babaçu<sup>4</sup>, malva<sup>5</sup> bem como solo produtivo (Leandro, 2008). A seguir a **figura 1**, mostra a palmeira do coco babaçu e a amêndoa no cacho e de maneira individual.

**Figura 1** – Palmeira e cacho da amêndoa do coco babaçu



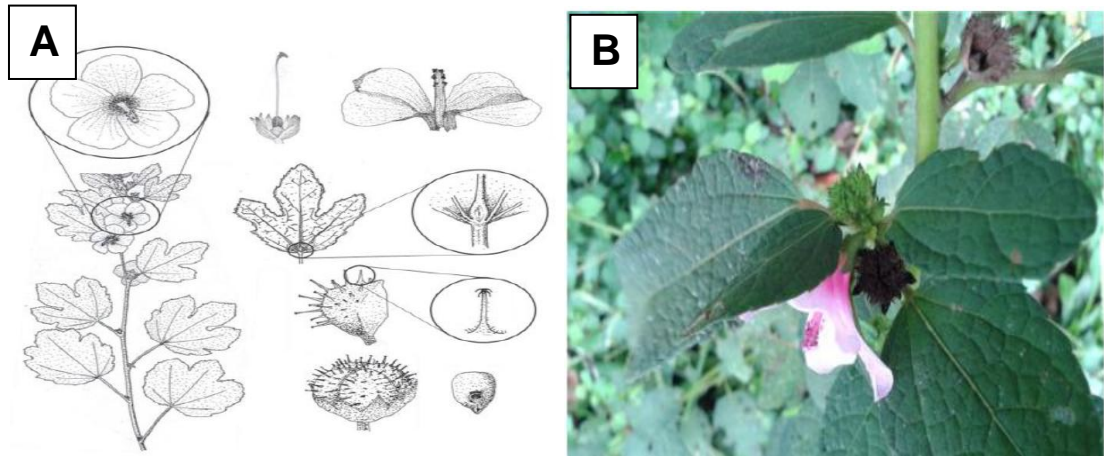
Fonte: Museu Nacional/UFRJ (2024).

A **figura 2** abaixo apresenta a malva (*Urena lobata* L.) em duas maneiras. A imagem “A” mostra os estudos introdutórios da planta apresentado por Joly (1966), o autor apresenta a descrição, identificação, nomenclatura e classificação detalhada da erva. A imagem “B” retratada recentemente por Bentes (2015) em estudo sobre o efeito de diferentes espaçamentos na produtividade das plantas de Malva para produção de sementes na região amazônica no estado do Amazonas, apresenta os desafios encontrados no cultivo da planta na atualidade.

<sup>4</sup> Coco babaçu é uma amêndoa de nome científico: *Attalea speciosa* da família: *arecaceae* e a distribuição geográfica vai da região amazônica e Brasil central. A amêndoa verde fornece um leite muito nutritivo e da amêndoa madura extrai-se um óleo incolor, de odor agradável, empregado na fabricação de sabões, sabonetes, detergentes, velas e na alimentação como hidrogenado em margarinas e gordura de coco e está sendo pesquisada para biodiesel (Museu Nacional/UFRJ, 2024).

<sup>5</sup> A malva é uma planta de nome científico *Urena lobata* L. da família das malváceas comumente cultivada em regiões de várzeas sendo nativa da região Amazônica inclusive, como já dito, na região dos vales babaçulandenses. A malva é utilizada para a produção de fibras utilizada principalmente na indústria têxtil (Bentes, 2015).

**Figura 2 – Malva (*Urena lobata* L.)**



**Fonte:** Joly (1966).

**Fonte:** Bentes (2015).

No contexto de povoamento do município, existem narrativas da presença da senhora Umbelina Pereira Rocha ainda no ano de 1906 na região. Há relatos de que ela foi uma das dez primeiras pessoas a circular pelo local. Nesta época, o lugarejo fazia parte do então norte do estado de Goiás sendo ainda pouco habitado onde predominavam as matas e os animais selvagens (Luz, 2005).

Em 1926, com a presença de Henrique Brito, que logo instalou um comércio no local após um ano de sua chegada, construiu a primeira casa coberta com telhas. Devido a sua vasta quantidade de coco babaçu formou-se ali um pequeno povoado nomeado de Coco (Leandro, 2008). Na divisão administrativa do município de Boa Vista de 1933, entre seus 10 distritos, o povoado aparece como Nova Aurora do Coco (IBGE, 1958). Júlio Paternostro<sup>6</sup> no seu livro *Viagem ao Tocantins*, escrito em 1935 e publicado em 1945, (1945, p. 155), descreve o Coco como “[...] único povoado existente entre Boa Vista e Carolina. Suas 110 palhoças alinham-se numa alta ribanceira do lado de Goiás.”

De acordo com JJ Leandro (2018, p. 47), o povoamento da região teve início partir do uso da beira do rio como instrumento para o “[...] escoamento da produção de gado e couro e extrativismo vegetal, bem como para aquisição das mercadorias oriundas de Belém do Pará [...]”. Por meio do Decreto-lei Estadual nº 557 de 30 de março de 1938, Nova Aurora do Coco passa a ser figurada como Babaçulândia sendo ela ainda distrito de Boa Vista – essa se tornaria Tocantinópolis, por meio do decreto-lei n.º 8.305 do quadro territorial do estado do Goiás, para vigorar no quinquênio de 1944-1948.

<sup>6</sup> Médico sanitário e psiquiatra brasileiro.

Segundo o livro *Pequena Monografia do Município de Babaçulândia*, escrito em 1956 pelo agente municipal de estatística da época Ruy Teixeira Simões e autorizado pelo então prefeito municipal José Vasconcelos Milhomem, a Lei Estadual n.º 741 de 23 de junho de 1953 eleva o povoado a condição de Município de Babaçulândia sendo instalado em 1º de janeiro de 1954.

Conforme os dados do IBGE, os nascidos na cidade recebem o gentílico de babaçulenses, contudo, conforme a cultura local, os nascidos em Babaçulândia são chamados de babaçulandenses. Tal denominação pode ser vista na obra de Eneida Luz<sup>7</sup> (2003, p. 25) que se dirige a população como “sociedade babaçulandense”. Logo no prefácio, a autora dedica a finalidade do trabalho “[...] à nova geração babaçulandense, que ainda não tiveram contato com a história da fundação do município [...]”. Nesta mesma obra, há relatos do poeta Aguilar Portela<sup>8</sup> que em um trecho revela “[...] todo velho babaçulandense sabe disso [...]” além de usar como título de um relato a seguinte frase “Pisando em solo babaçulandense”.

Neste mesmo viés, Antonio Brito<sup>9</sup> (2023) em seu livro *Vida em fragmentos: Uma história de vida antiga ao moderno* traz imediatamente na sua descrição bibliográfica o termo babaçulandense para designar os munícipes nascidos na cidade. Em consonância com o exposto, levando em conta que esta pesquisadora nasceu e se criou em Babaçulândia, a fim de valorizar a rica cultura apresentada neste trabalho, de agora em diante será cunhado o termo babaçulandense para designar tal povo.

Em se tratando de termos populacionais, o censo levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022 revelou que Babaçulândia conta com uma população de 7.880 habitantes, mostrando uma baixa populacional de aproximadamente 25% se comparada ao Censo de 2010 que foi de 10.424 habitantes com estimativa de 10.668 de habitantes para 2020. O fato apresentado reafirma o impacto negativo da hidrelétrica sob o município, tendo em vista que uma das hipóteses aqui levantadas é que o êxodo urbano e rural causado pela construção da usina tenha ocasionado a diminuição populacional do município.

Em 2022, a densidade demográfica – índice que mede a quantidade habitantes por quilômetros quadrados – totalizou 4,40 hab./km<sup>2</sup>, ficando muito abaixo da capital do Tocantins, Palmas, com 135,90 hab/Km<sup>2</sup> e do Brasil com 23,86 hab/Km<sup>2</sup>, o que era de se esperar em se tratando de uma cidade considerada pequena.

---

<sup>7</sup> Professora da Educação Básica servidora pública Estadual da Secretaria da Educação do Tocantins.

<sup>8</sup> Aguilar Portela (falecido em 2006) – foi escritor e poeta imortal da Academia de Letras de Araguaína (TO) ocupando a cadeira n.º 5 e patrono da cadeira n.º 39 (ACALANTO, 2024).

<sup>9</sup> Antonio Brito – poeta cordealista, membro da Academia de Letras de Araguaína (TO) titular da cadeira n.º 5 do imortal poeta das musas José de Arruda Aguiar - Aguillar Portella (SOUSA, 2021).

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – indicador usado para medir o desenvolvimento a partir de dados sobre educação, saúde e renda – no mesmo ano revelou ser da ordem de 0,642, sendo um índice médio de acordo com a faixa categórica estabelecida pelo Programa das Nações Unidas (ONU). Com esse resultado o município ocupa a 3.254 posição se comparado aos os municípios brasileiros, sendo 0,589 relacionados a renda, 0,792 correspondente a longevidade e 0,568 referente a educação municipal.

No ano de 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) – índice utilizado para medir o crescimento econômico de determinada região – teve uma *per capita* de R\$ 14.880,15. A renda média mensal dos trabalhadores formais para o mesmo ano revelou ser da ordem de 1,6 salários-mínimos. A população ocupada totaliza 469 pessoas, correspondendo à 5,95 % da população do último censo (IBGE, 2024). Os números apresentados chamam atenção pela disparidade de condição social entre renda *per capita* e os outros resultados revelados.

Em termos educacionais, de acordo com o censo 2010, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos de idade foi de 96,9%, o que coloca o município na 3751ª posição se comparado a todos os municípios do país. Desse modo, o município ocupa a 84ª posição no ranking estadual e a 9ª posição se comparado aos municípios de sua região geográfica imediata, a saber, Araguaína (IBGE, 2024).

Em 2021, as matrículas na rede pública do município contabilizaram 1.102 no ensino fundamental e 376 no ensino médio. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de 2021, da rede pública municipal para os anos iniciais do ensino fundamental é de 4,2 e 4,1 para os anos finais do ensino fundamental no mesmo segmento. De acordo com o site QEDu – base de dados mantida pela Fundação Lemann – o IDEB do município relacionado ao ano de 2019 para o ensino médio é de 3,3.

Os resultados do município se mostram relativamente baixo, em relação ao mesmo ano, se comparado ao município de Araguaína, que é de 5,7 para os anos iniciais, ou seja, ensino fundamental e de 4,9 para os finais; ao estado do Tocantins que é de 5,1 para os anos iniciais do ensino fundamental e 4,8 para os anos finais; e ao Brasil que é de 5,5 para os anos iniciais do ensino fundamental e 4,9 para os anos finais. Nisso, em relação aos resultados do ensino médio são respectivamente 4,1, 3,9 e 3,9.

## 1.2 Histórico da UHE de Estreito e os municípios impactados

O Rio Tocantins ficou assim

O nosso Rio Tocantins, agora ficou assim,  
Não corre na natureza, por todos estes confins,  
Porque a maldade do homem,  
Não teve pena de mim.  
Construiu a Barragem e parou o Tocantins.

Eu não pude fazer nada,  
Pois sou tão pequeno assim,  
Só me restam as lembranças  
E a velha esperança,  
Das margens do Tocantins.

A nossa praia que sumiu,  
E nossa rampa sumiu também,  
O colégio se afundou,  
Aqui tudo mudou,  
E hoje não vejo ninguém

O velho Rio Tocantins,  
Agora não é mais o mesmo,  
As suas águas pararam,  
E virou um pesadelo,  
Não aportamos mais, naquele porto primeiro.

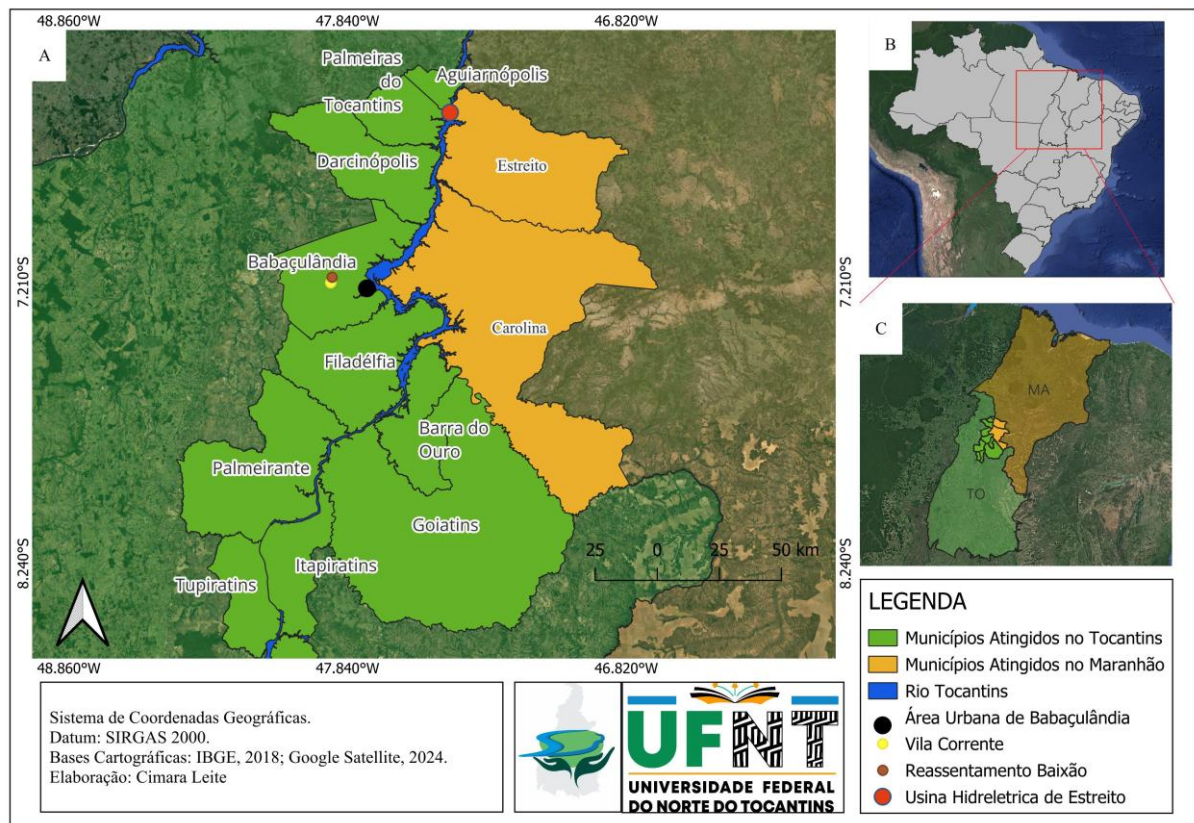
Plantar roças não se planta,  
Sumiram todas as baixadas,  
Aonde nós íamos plantar,  
Só nos restam as pedras e os morros,  
Pra Seriema cantar.

Antonio Brito Sousa, nativo de Babaçulândia. O poema compõe o livro *Vida em fragmentos: Uma história de vida antiga ao moderno* (2023).

A usina hidrelétrica de Estreito foi construída às margens do Rio Tocantins na divisa dos estados do Tocantins e Maranhão, na sub-bacia do Tocantins que compõe a Bacia Amazônica. A usina tem vida útil de mais de 100 anos, sendo de responsabilidade do Consórcio Estreito Energia (CESTE) que é composto pelas empresas Vale, Alcoa, Intercement e Engie.

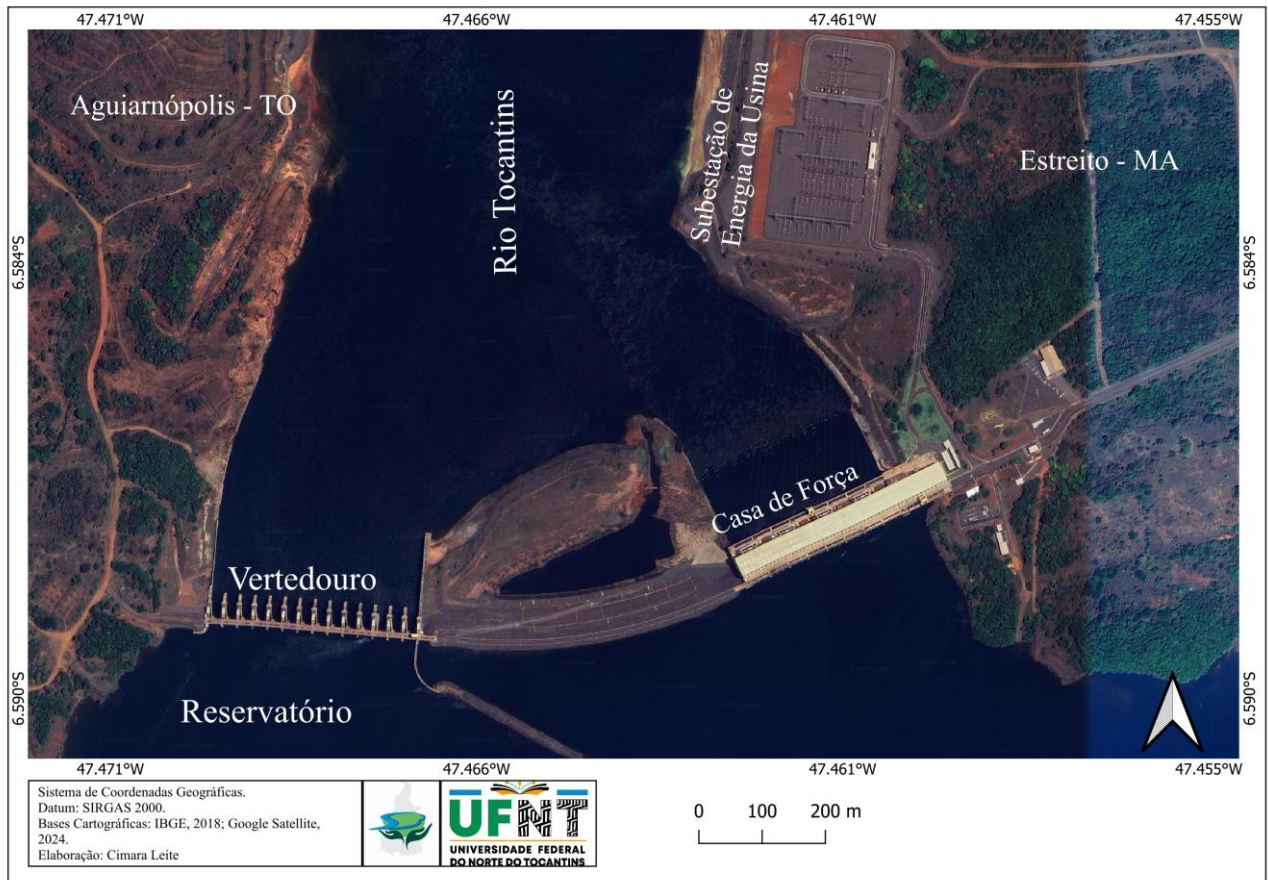
O empreendimento atingiu os municípios de Estreito e Carolina, ambos no Estado do Maranhão; Aguiarnópolis, Palmeiras do Tocantins, Barra do Ouro, Darcinópolis, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Filadélfia, Tupiratins e Babaçulândia no Estado do Tocantins. A seguir, o **mapa 2** mostra os municípios impactados bem como a localização e informações de localização da usina.

**Mapa 2** – Localização dos municípios impactadas pela UHEE



**Fonte:** elaborado pela autora (2024).

Como apresentado anteriormente, o **mapa 2** mostra que a Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) impactou doze municípios sendo dez no estado do Tocantins e dois no estado do Maranhão inundando uma área de 43.532 ha (CNEC, 2001). Na sequência, O **mapa 3** descreve a estrutura da usina.

**Mapa 3** – Detalhamento da estrutura da UHEE

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

A casa de Força e a linha de subestação da usina estão situadas no município de Estreito, estado do Maranhão, enquanto o vertedouro está localizado no município de Aguiarnópolis, no estado do Tocantins (CESTE, 2024). O reservatório possui extensão de 260,23 km e capacidade para  $5,400 \times 106\text{m}^2$  de água. Desse modo, sua potência energética é de 1,087 MW.

A construção do empreendimento foi financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Empresa Pública Federal Brasileira – e teve seu trâmite inicial na década de 90 mostrado no **quadro 1** a seguir:

**Quadro 1** – Trâmite da construção da (UHEE)

| ANO/ MÊS              |          | AÇÕES  |
|-----------------------|----------|--|
| Final da década de 90 |          | Elaboração do Plano Decenal de Expansão da oferta de energia elétrica (2000/2009), o qual relaciona a UHE Estreito como um empreendimento de geração de energia elétrica necessário para atender ao aumento da demanda nacional. |
| 2001                  | Janeiro  | A Eletronorte e Themag realizam estudo técnico das características gerais para implantação da usina.   |
|                       | Dezembro | O IBAMA liberou o Termo de Referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).  |

|      |                   |   |
|------|-------------------|---|
| 2002 | Janeiro           | O IBAMA protocola o EIA/RIMA, realizado pela CNEC Engenharia, para que seja dada continuidade ao processo de licenciamento ambiental.   |
|      | Março             | IBAMA recebe o EIA/RIMA. Em seguida o publica no Diário Oficial da União e solicita manifestação dos órgãos responsáveis pela implantação do projeto.   |
|      | Julho             | A ANEEL promove um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para o aproveitamento hidrelétrico de Estreito e saem vencedoras as empresas que compõem o CESTE (GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement, então Camargo Corrêa Energia). Dando início as audiências públicas nas cidades com áreas de impactos diretos do projeto. É criado o Programa de Comunicação Social voltado a atender as comunidades que serão atingidas pela UHEE. A saber, são: criação de centros de informação, distribuição de material impresso, divulgação em emissoras de rádio e TV regionais e reuniões com as comunidades. |
| 2003 | Agosto            | O IBAMA finaliza a análise do EIA/RIMA e solicita complementações ao documento.   |
| 2004 | Dezembro          | O IBAMA solicita novas audiências públicas.   |
| 2005 | Janeiro-Fevereiro | Novas audiências públicas são realizadas nas cidades de Carolina e Estreito (MA) e Babaçulândia, Filadélfia e Aguiarnópolis (TO).   |
|      | Abril             | O IBAMA emite a licença prévia para implantação da usina.   |
|      | Setembro          | O Ceste solicita ao órgão competente a licença de instalação da UHE.  |
| 2006 | Março             | O IBAMA conclui a análise do Projeto Básico Ambiental (PBA). O projeto define o cronograma de atividades que serão realizadas durante as construção e funcionamento do projeto sendo uma exigência legal do processo de licenciamento.  |
|      | Dezembro          | O IBAMA emite a licença de instalação, autorizando o início da construção da UHE.   |
| 2007 | Fevereiro         | Ocorre a assinatura do contrato de Fornecimento de Equipamentos necessários pra a construção e início da implantação do canteiro de obras.  |
|      | junho             | Início das Obras Civis – Fase 1 que compreende o início do funcionamento do canteiro de obras bem como do processo de negociação de indenizações com a população atingida.  |
| 2008 | Fevereiro         | Início das Obras Civis – Fase 2.  |
| 2009 | Setembro          | É iniciado o desvio do Rio Tocantins pela estrutura do vertedouro.  |
| 2010 | Maio              | Acontece o início da construção da barragem.  |
|      | Novembro          | Licença de Operação concedida pelo Ibama.   |
|      | Dezembro          | Início do enchimento do reservatório da UHE de Estreito.  |
| 2011 | Março             | Houve aparecimento de uma grande quantidade de peixes mortos abaixo do eixo da barragem. Posteriormente o Ceste foi multado em R\$ 3.500.000,00 pela AI 501460/D de 17/05/11.   |
|      | Maio              | Finalização do enchimento do lago e necessidade de instalação de fossas herméticas em residências nas cidades de Carolina e Filadélfia.   |
|      | Julho             | Segunda unidade geradora da hidrelétrica entra em operação comercial.   |
|      | Novembro          | Realocação adicional de moradores em Carolina e Filadelfia em decorrência de erros nos levantamentos iniciais da área a ser alagada.  |
| 2012 | Outubro           | A oitava unidade geradora entra em operação acionada simbolicamente pela então presidenta da República, Dilma Rousseff. Na ocasião, a UHE de Estreito é inaugurada e passar a fornecer 1.087 MW de energia ao país.   |
| 2014 | Julho             | Renovação de licença.   |
| 2023 | Setembro          | Ibama realiza vistoria de análise técnica para a possível renovação de Licença de Operação da UHE Estreito, em 2024.  |

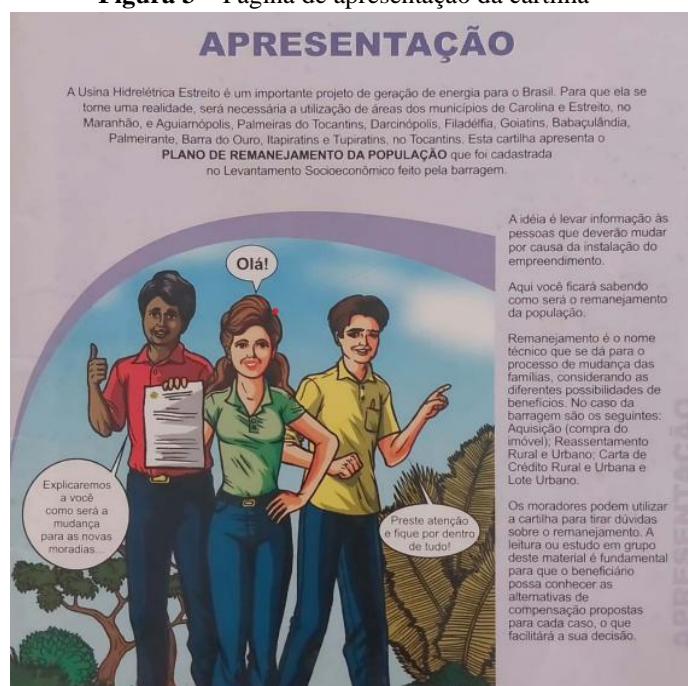
**Fonte:** Pereira (2015), Soares (2023), IBAMA (2023) e Ceste (2024) | Organizado pela autora (2024).

De acordo com o **quadro 1** referido, entre os anos de 1990 e 2023 as ações citadas demonstram a trajetória da construção da hidrelétrica, que se dividem em 3 fases: pré-instalação, referente ao trâmite judicial precedente à construção; a fase de instalação, sobre o início da construção da estrutura dos vertedouros, indenização mais desterritorialização e reterritorialização dos moradores e enchimento do lago culminando no começo da geração de energia. E por último, a pós-instalação, dizendo respeito aos procedimentos pós-enchimento que envolvem a legalização prática jurídica própria, reajuste no projeto em função de erros nos levantamentos iniciais e recentemente potencial renovação de licença de operação em 2023/2024 estando em aberto.

No tocante as maneiras de indenização e realocação dos moradores, o Ceste, em agosto de 2007, elaborou o Plano de Remanejamento da População. Nele, foram estabelecidos os procedimentos gerais e específicos para o remanejamento da população localizada na área a ser atingida pela UHE de Estreito.

Paralelo ao Plano de Remanejamento da População foi intensificado a circulação de informações nos mais variados meios de comunicações da região como revistas, jornais, panfletos etc. Em 2007, entrou em circulação uma cartilha criada pelo Ceste e distribuída nas áreas de influências da usina. Ela continha 20 páginas e trazia como título *Energia... Uma Nova Vida*. A seguir, a **figura 3** mostra a apresentação da cartilha o qual tratava do remanejamento da população de maneira explicativa e “didática”.

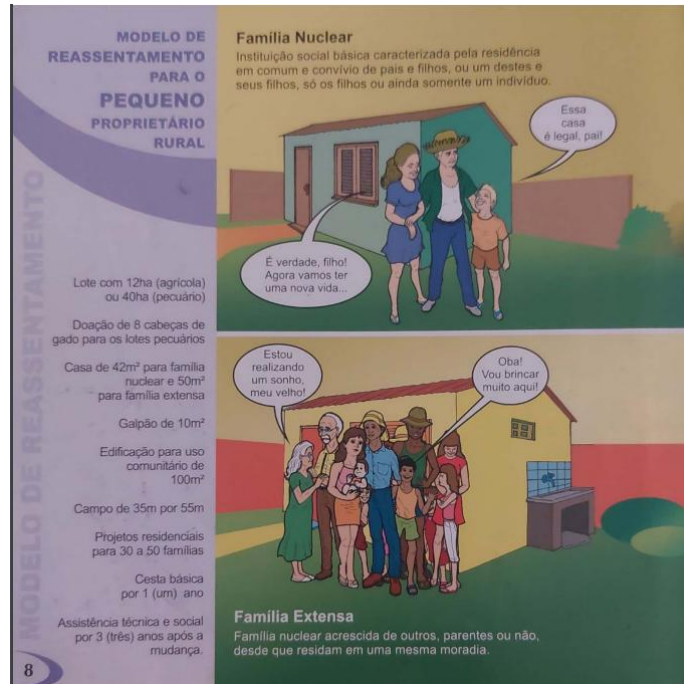
**Figura 3** – Página de apresentação da cartilha



**Fonte:** CESTE (2007) | Organizado pela autora (2025).

O conteúdo da edição trazia sempre o discurso de uma nova vida melhor em outro lugar. O texto retratava os moradores a serem remanejados sempre de maneira satisfatória com a mudança e com as opções de indenizações como mostra a **figura 4** abaixo:

**Figura 4** – Página extraída da cartilha de 2007



**Fonte:** CESTE (2007) | organizado pela autora (2025).

Segundo a cartilha as modalidades de remanejamento ocorriam de três maneiras: a) indenização em dinheiro, b) carta de crédito rural e urbana e c) reassentamento coletivo rural e urbano e lote urbano.

A primeira modalidade de indenização ocorria por meio da compra do imóvel com pagamento em dinheiro. Esta era válida somente ao proprietário urbano e rural. O imóvel ou propriedade rural passavam por um tipo de avaliação das “benfeitorias”. A partir daí eram feitas as propostas de compra apesar de nem sempre o valor atender a expectativa dos moradores.

Na carta de crédito urbana o proprietário poderia escolher outro imóvel na cidade ou em outra localidade. O outro imóvel a ser comprado passava por avaliação do Ceste antes de ser efetuada a compra. Deste modo, foi fixado o valor de R\$ 40.000,00 para o proprietário residente e R\$ 25.000,00 para o não-proprietário residente, ou seja, aqueles que se classificavam como inquilinos. Ambos os públicos recebiam um ano de cesta básica.

Na segunda modalidade, a carta de crédito rural, o proprietário ou inquilino poderiam escolher outra propriedade de acordo com o núcleo familiar. Era disponibilizado carta de crédito de R\$ 50.000,00 ao proprietário com família nuclear e R\$ 55.000,00 para os com família

extensa e o valor de R\$ 5.000,00 para compra de produtos agropecuários em ambos os casos. Ao inquilino, o valor de R\$ 35.000,00 mais R\$ 2.500,00 para compra de produtos agropecuários. Esta modalidade também daria “direito” a um ano de cesta básica e assistência técnica social de três anos para novas aquisições dista 200 km do reservatório.

No reassentamento coletivo rural o proprietário teria acesso ao lote de 12 (ha) com casa de 42m<sup>2</sup> para família nuclear e 50m<sup>2</sup> para família extensa, 08 cabeças de gado, cesta básica por um ano e assistência técnica e social por 3 anos após a mudança. O não-proprietário contaria com os mesmos benefícios, no entanto a casa disponha de tamanho fixo independentemente do tamanho do núcleo familiar. Ademais, esta modalidade de projetos abarcava projetos residenciais para 30 a 50 famílias e estes contavam com campo com e de 35m a 55m, galpão de 10m<sup>2</sup> para uso comunitário.

No modelo de reassentamento urbano coletivo este era formado pelo conjunto de lotes de 360m<sup>2</sup> com casas de 30 a 80m<sup>2</sup> dependendo da estrutura familiar da atual moradia e um ano de cesta básica. Esta opção era ofertada somente para o morador proprietário.

Na opção de lote urbano o proprietário urbano contaria com um lote de 360m<sup>2</sup>, uma carta de crédito de R\$ 20.000,00 para compra de materiais de construção. Ao não-proprietário era ofertado um lote de 250m<sup>2</sup>, uma carta de crédito de R\$ 12.000,00 para compra de materiais de construção. Ambos receberiam um ano de cesta básica.

O **quadro 2** abaixo ilustra de maneira panorâmica as modalidades de pagamento oferecidas pelo Ceste aos proprietários urbanos e rurais bem como aos não-proprietário, onde estes se enquadravam como inquilinos urbanos e rurais.

**Quadro 2** – Plano de remanejamento da População

| <b>Modalidade</b>  | <b>Proprietário</b>   | <b>Inquilino</b>  |
|--|---|---|
| Indenização em dinheiro<br>(somente para proprietários urbano e rural) | Compra com pagamento em dinheiro. O imóvel ou propriedade rural passavam por um tipo de avaliação das “benfeitorias” a partir daí eram feitas as propostas de compra.   | Este público não era contemplado com esta opção de pagamento.   |
| Carta de crédito rural   | Escolher outra propriedade de acordo com núcleo familiar.<br>R\$ 50.000,00 para família nuclear.<br>R\$ 55.000,00 para família extensa.<br>R\$ 5.000,00 para compra de produtos agropecuários em ambos os casos.<br>Um ano de cesta básica. | Carta de crédito ou outra propriedade no valor de R\$ 35.000,00 e R\$ 2.500,00 para compra de produtos agropecuários.<br>Um ano de cesta básica.<br>Assistência social de 3 anos para aquisição de propriedades dista 200 km do reservatório. |

|   |   |  |
|---|---|--|
|   | Assistência social de três anos para aquisição de propriedades com até 200 km do reservatório.  |  |
| Carta de crédito urbana<br>(somente para proprietário urbano e não-proprietário urbano) | Opção de comprar imóvel na cidade ou em outra com valor fixo de R\$ 40.000,00 após avaliação do Ceste.<br>Um ano de cesta básica.   | Carta de crédito no valor de R\$ 25.000,00 e auxílio de um ano de cesta básica.  |
| Reassentamento coletivo rural   | Lote de 12 (ha) com casa de 42m <sup>2</sup> para família nuclear.<br>Lote de 12 (ha) com casa de 50 m <sup>2</sup> para família extensa,<br>08 cabeças de gado.<br>Um ano de cesta básica<br>Assistência técnica e social por 3 anos após a mudança. | Lote de 12 (ha) com casa de 42m <sup>2</sup><br>08 cabeças de gado<br>Auxílio de cesta básica por um ano.<br>Assistência técnica e social por 3 anos após a mudança.<br>Galpão de 10m <sup>2</sup> para uso comunitário. |
| Reassentamento coletivo urbano<br>(somente para proprietários urbanos)                  | lotos de 360m <sup>2</sup> com casas de 30 a 80m <sup>2</sup> de acordo com a estrutura familiar.   | Este público não era contemplado com esta opção.   |
| Lote Urbano<br>(somente para proprietário urbano e não-proprietário urbano)             | Lote de 360m <sup>2</sup> e carta de crédito de R\$ 20.000,00 para compra de materiais de construção.<br>Auxílio de cesta básica de um ano.   | Lote de 250m <sup>2</sup> e carta de crédito de R\$ 12.000,00 para compra de materiais de construção.<br>Auxílio de um ano de cesta básica.  |

**Fonte:** Cartilha do Plano de Remanejamento da População (CESTE, 2007) | Organizado pela autora (2025).

Vale ressaltar que estudos de Pitombeira (2018), Soares (2023), Tavares *et al* (2018) revelaram a insatisfação dos moradores em relação ao valor das indenizações, estruturas das casas, falta de assistência na modalidade reassentamento urbano coletivos e reassentamento urbano rural. Para tanto, após a mudança houve um grande quantitativo de pessoas que abriram processos na justiça para reaver os valores recebidos ao mesmo tempo que contestaram o direito de serem beneficiário, pois não se enquadravam em nenhum dos critérios para receber indenização.

Somado a isso, Oliveira (2020) revela os possíveis impactos na economia local a longo prazo, tendo em vista que em Babaçulândia e região visualiza-se que os arranjos produtivos foram interrompidos ou alterados. Um exemplo sucedeu com os moradores da Ilha de São José que foram realocados no Reassentamento coletivo Baixão onde 80% dos trabalhadores tiveram suas profissões alteradas em decorrência da mudança compulsória (Pitombeira, 2018).

Em termos quantitativo populacional remanejado, de acordo com a CNEC (2001) – empresa responsável pelo EIA/RIMA da UHE Estreito – aproximadamente 1.290 famílias seriam deslocadas compulsoriamente de suas residências nas zonas urbanas e rurais dos 12 municípios atingidos. Na sequência, o **quadro 3** mostra a quantidade de famílias que saíram de suas residências em função do enchimento do lago em cada município.

**Quadro 3** – Famílias atingidas pela UHEE

| Cidades            | Atingidos    |              |
|--------------------|--------------|--------------|
|                    | Zona Urbana  | Zona Rural   |
| Aguiarnópolis      | -            | -            |
| Babaçulândia       | 213          | 216          |
| Barra do Ouro      | -            | 115          |
| Carolina/MA        | 19           | 272          |
| Darcinópolis       | -            | 18           |
| Estreito/MA        | -            | 50           |
| Filadelfia         | 36           | 168          |
| Goiatins           | -            | 75           |
| Itapiratins        | -            | 34           |
| Palmeiras do TO    | -            | 25           |
| Palmeirante        | -            | 46           |
| <b>TOTAL</b>       | <b>268</b>   | <b>1.019</b> |
| <b>TOTAL GERAL</b> | <b>1.287</b> |              |

Fonte: (CNEC, 2001, p. 103) | Organizado pela autora (2025).

Neste contexto, em resposta ao ofício nº 25-2023 PPGDire/UFNT, datado de 13/09/2023, o Ceste informou que ao total foram 3.396 imóveis submersos pela implantação da UHE de Estreito, dos quais 1.520 localizados na zona urbana e 1.876 na zona rural.

Cabe ressaltar que o município de Aguiarnópolis não teve quantitativo populacional remanejado de suas moradias. Então, o seu impacto relacionado à sede da usina foi em seu território e ocupando 16% da sua extensão territorial. Os municípios de Barra do Ouro, Darcinópolis, Goiatins, Itapiratins, Palmeiras do Tocantins, Palmeirante no Tocantins e Estreito no Maranhão tiveram sua população deslocada somente na zona rural.

Os municípios de Babaçulândia, Filadélfia e Carolina tiveram impactos na população das zonas urbanas e rurais. O primeiro lugar no ranking das três cidades com maior número de pessoas expulsas na zona urbana é ocupado por Babaçulândia. O município contabilizou 915 pessoas distribuídas em 213 famílias deslocadas. Levando em consideração o povoado Palmatuba, que apesar de suas características rurais – esse foi considerado bairro – contabilizando parte urbana. Nesse, foram computadas 150 pessoas distribuídas em 35 famílias atingidas no local (CNEC, 2001).

Filadelfia ocupa a segunda posição no *ranking* com 147 pessoas distribuídas em 36 famílias. Deste total, 26 famílias correspondem ao povoado Cana Brava que apesar de dispor de características rurais foi caracterizada como povoado vinculado a zona urbana do município. O terceiro lugar no ranking é ocupado por Carolina/MA com o quantitativo de 86 pessoas distribuídas em 19 famílias (CNEC, 2001). Na zona rural, de acordo com dados da Cnec (2001), foram deslocados de suas residências perto de 1.019 famílias. As três cidades mais impactadas na sua população rural foram o município de Carolina constando 272 famílias deslocadas; Babaçulândia, a qual contabilizou-se 216 famílias expulsas e Filadelfia com 168 famílias.

### 1.3 Efeitos em Babaçulândia e deslocamento da Ilha de São José para o Reassentamento Baixão

#### A Grande Mudança

A mudança tá chegando,  
 O desassossego também  
 Todo mundo tá mudando,  
 Carregando o pouco que há,  
 Só resta à lembrança  
**Quando a represa chegar.**

(...)

Os vizinhos que de antes,  
 Hoje não se sabe mais,  
 Cada um para seu canto,  
 Cuidando de seus animais,  
 Acaba toda amizade,  
**Quando a represa chegar.**

O que lhe pertencia,  
 Hoje não pertence mais,  
 Só nos resta o sentimento,  
 Saudade e nada mais,  
 Tudo começa de novo,  
**Quando a represa chegar.**

Os filhos do meu vizinho,  
 Vão ter que ser acostumar,  
 Pois vivia entre nós,  
 Sem ter que se preocupar,  
 Hoje só fica na lembrança,  
**Quando a represa chegar.**

Suas terras que de antes,  
 Eram tão boas de plantar,  
 Hoje fica submersa,  
 Na imensidão desse mar,  
 Tudo fica diferente,  
**Quando a represa chegar.**

(...)

Antonio Brito Sousa, nativo de Babaçulândia. O poema compõe o livro *Vida em fragmentos: Uma história de vida antiga ao moderno* (2023).

Historicamente, Babaçulândia iniciou sua povoação em decorrência do seu forte potencial agrícola para o cultivo de malva e coco babaçu. Em meados da década de 1950 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1958, p. 60) a descreveu como [...] terras privilegiadas, por si só representam uma verdadeira fortuna onde o babaçual, nativo e inesgotável, constitui uma permanente fonte de riqueza”. Dessa forma, a trajetória do município compreende desde o seu surgimento passando pelo crescimento da extração do coco babaçu e da malva, onde essa foi submetida a uma espécie de interrupção e latência no que tange sua produção ímpar.

O município dispunha de um cais que servia como ponto de embarque e desembarque de cargas para distribuição nos municípios vizinhos. Por volta dos anos 1958, os meios de transportes do tipo rodoviário absorveram boa parte da logística da época. A saber, a construção da Belém–Brasília<sup>10</sup> trouxe um outro sentido de desenvolvimento para a região (Leandro, 2008).

No hiato de tempo entre os anos de 1960 a 2000, o município experienciou um período de estagnação devido à baixa economia do então norte goiano e também da desvalorização da malva e do babaçu. Após este período, chegaram na região os empreendimentos financiados pelo Governo Federal. Primeiro, a ferrovia Norte-sul; depois, a usina hidrelétrica de Estreito. Esta última, alterou a dinâmica de vida dos moradores ocasionando sucessivos deslocamentos de dezenas de moradores de suas residências, deixando um rastro simbólico e atravancador ainda em processo de adaptação pelos moradores e ex-moradores até o presente momento.

Diante dessa configuração, aproximadamente 14% da extensão territorial do município foi submerso pela água (Massoli; Borges, 2014). Do percentual aproximado de 1.287 famílias previstas pelo EIA/RIMA para serem deslocadas, nas zonas urbanas e rurais nos municípios da região de influência da UHE de Estreito, a população babaçulandense foi e ainda continua sendo a mais impactada. No município foram deslocados compulsoriamente 429 famílias nas zonas urbanas e rurais, o que corresponde a 33,3% do total geral das famílias deslocadas em todos os municípios atingidos pela usina.

A infraestrutura urbana impactada pela usina compreende aproximadamente 2,5 km de vias públicas e infraestrutura de serviços urbanos de abastecimento de água e energia elétrica bem como o sistema de captação e tratamento de água. A zona urbana, na época, dividia-se em

---

<sup>10</sup> Construída no final da década de 50, a Transbrasiliana recebe ao longo do seu trajeto as nomenclaturas Belém–Brasília, Rodovia Bernardo Sayão, BR-010 e BR-14 (Sousa; Pacheco, 2013). A rodovia federal corta oito estados brasileiros e tem uma extensão de aproximadamente 2 mil km na floresta amazônica ligando as regiões brasileiras. (Andrade, 2019).

duas áreas de urbanização sendo o Bairro D'Areia, no entroncamento, que liga a cidade aos municípios de Wanderlândia e Araguaína, até o campo de futebol; e o núcleo principal que inclui a área central da cidade e a Beira Rio (Cnec, 2001).

Foram inundados a Beira-rio e as conhecidas “Ruas de Baixo”, ou seja, Rua Apinayé, Rua do campo e Rua do Santos Dumont e ponta da Rua Getúlio Vargas (Soares, 2023). No caso, estas duas últimas foram parcialmente atingidas onde foram deslocados os moradores apenas de um lado da rua e do outro os moradores permaneceram. Nessas áreas atingidas foram realizadas infraestruturas da orla e praia e atualmente a área urbana do município é composta pelos bairros Centro, Bairro de areia, Vila Novo Milênio I e II. Estas últimas foram ampliadas em decorrência do êxodo urbano ocasionado pela Usina de estreito.

De acordo com o apresentado no **mapa 4** da próxima página, o êxodo urbano ocasionado pela Usina de Estreito provocou o aumento da área de domicílios 1 compreende a Vila Novo Milênio I e II; e da área de aumento de domicílios 2 onde se localiza a nova orla da cidade.

Conforme o EIA/RIMA foram contabilizadas 194 edificações atingidas na zona urbana da cidade. Estas edificações compreendem estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços sendo bares, hotel, açougue e sorveteria. Semelhantemente, estabelecimentos de uso comunitário como o campo de futebol, a igreja e o cemitério. Nessa área, as residências totalizaram aproximadamente 178, o que corresponde a 90% das edificações deslocadas na zona urbana (Cnec, 2001).

Dentre os outros pontos submersos em Babaçulândia estão a praia que ficava do outro lado do rio fazendo parte do estado do Maranhão e foi realocada para o lado oposto, o lado tocantinense.

**Mapa 4 – Mapa histórico de Babaçulândia**  
**BABAÇULÂNDIA 2003 - 2024**



Sistema de Coordenadas Geográficas.  
Datum: SIRGAS 2000.  
Bases Cartográficas: IBGE, 2018; IBGE, 2021 Google Satellite,  
2024; Google Earth, 2003.  
Elaboração: Mariana Coelho Lima e Cimara Leite de Sousa.



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Na zona rural do município foram totalmente submersas a comunidade Palmatuba e a Ilha de José. Em termos específicos, a Ilha de São José localizava-se do lado esquerdo do Rio Tocantins entre os estados do Tocantins e Maranhão distando-se acerca de 40 km de Babaçulândia, em um trajeto de uma hora de viagem pelo rio. Em termos de extensão territorial, a ilha ocupava uma área de 10 km de comprimento por 3 km de largura. A **figura 5** mostra: a) os morros e plantações nativas da região e b) o pôr do sol no horizonte da ilha antes de ser inundada pela UHE.

**Figura 5:** Vista panorâmica da Ilha de São José antes da UHE



**Fonte:** IPHAN (2016).

A ilha comportava uma vasta biodiversidade com terras férteis e produtivas. Essa ilha era composta por pequenos produtores rurais como pescadores, o qual utilizavam 100% da produção para consumo próprio; vazanteiros, que atuavam no plantio e colheita de lavouras de subsistência e vendiam o excedente da produção em cidades circunvizinhas; extração de coco babaçu e também da criação de animais como porcos, galinhas e vacas.

Os ribeirinhos mantinham, desde crianças, uma forte ligação com a natureza. Além dos conhecimentos ensinados de pai para filho acerca das histórias do lugar de vivência (Pitombeira, 2018). Os pais cresceram tendo experiências diretas com o rio e tinham tradições repassadas de geração a geração.

Os alunos estudavam até o 9º do ensino fundamental na Escola Municipal Valdivino Paixão situada na comunidade. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação do Município, a unidade escolar atendia cerca de 150 (cento e cinquenta) alunos nos períodos matutino e vespertino com um quantitativo de 6 (seis) professores (as) lecionando de maneira ativa até o ano 2009.

Residiam no local cerca de 70 famílias contendo em média 350 pessoas no total. Em 2009, em decorrência da construção da usina, as famílias foram realocadas no reassentamento Mirindiba pertencente ao município de Araguaína/TO; e no município de Babaçulândia, nos reassentamentos Bela Vista, Santos Estêvão e Baixão – este último é objeto desse estudo.

Sousa, Borges e Pacifico Filho (2024), em estudo recente, fazem uma revisão sistemática da literatura acerca dos trabalhos que versam sobre os impactos da UHE de Estreito sobre a população de Babaçulândia no período de 2010 a 2023. O estudo é pautado na teoria da socióloga Saskia Sassen (2016) o qual problematiza as expulsões causadas pela atuação do capitalismo contemporâneo. Na pesquisa, os autores localizaram, sistematizaram e analisaram os materiais encontrados nas bases de dados do Google Acadêmico, Capes – Catálogo de Teses e Dissertações e Scielo – *Scientific Electronic Library Online*.

Os estudiosos classificaram o material encontrado em quatro categorias temáticas, sendo elas: i) condições socioeconômicas e ambientais que abordam os efeitos da UH de Estreito na sociedade, ambiente e economia babaçulandense; ii) reterritorialização da população impactada que incluem pesquisas envolvendo “[...] o processo e descolamento e realocação dos moradores, o modo de vida na nova localidade e as novas narrativas construídas [...]” (Sousa; Borges; Pacifico Filho, 2024, p. 17); iii) gênero e resistência com estudos que versam sobre o empoderamento feminino ribeirinho bem como os modos de resistências da comunidade em geral; iv) memórias e violações de direitos que tratam dos sentimentos e lembranças dos atingidos pelo seus locais de origem como também as violações de direitos a que sofreram.

De acordo com o material, os impactos da hidrelétrica de Estreito sobre as cidades atingidas têm sido estudados por pesquisadores de diferentes esferas do conhecimento, os quais argumentam os diversos impactos negativos produzidos nos mais diversificados aspectos ambientais, sociais, econômicos e humanos.

A análise aponta ainda que nenhuma das pesquisas elaboradas problematiza, de maneira direta ou indireta, “[...] a temática da infância ou como a criança ribeirinha se apresenta após a violência da desterritorialização e o distanciamento do rio, mostrando uma lacuna temática” (Sousa; Borges; Pacifico Filho, 2024, p. 19).

Em consonância com o exposto, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), órgão que defende os direitos e interesses das populações impactadas, não conta em seu site aba de direcionamento específico ou notícias envolvendo de maneira direta assuntos relacionados ao público infantil enquanto receptor da violência causada através dos empreendimentos energéticos no Brasil.

Por conseguinte, por meio do ofício n.º 25-2023 PPGDire/UFNT, em 13/09/2023, foi solicitado ao Ceste informações referentes ao número de crianças remanejadas nas zonas urbanas e rurais em decorrência da hidrelétrica. Para tanto, o órgão competente forneceu dados de maneira superficial informando a quantidade de imóveis inferidos em sua área de influência e não da quantidade de crianças como o foi solicitado.

Assim, percebe-se a necessidade de pesquisas direcionadas ao estudo dos impactos sofridos pelo público infantil causados pelas brutalidades produzidas na construção de hidrelétricas no território nacional sobretudo o território amazônico.

## 2 A INFÂNCIA NA AMAZÔNIA LEGAL E EM BABAÇULÂNDIA/TO

### 2.1 Contextualização histórica do conceito de Infância



Elaborado por Gabriele<sup>11</sup>, 05 anos.

“As crianças são as mensagens vivas que enviamos a um tempo que não veremos”. (POSTMAN, 1999, p. 11).

O conceito de infância é uma ideia nascida na perspectiva da sociedade moderna. Segundo Postman (1999, p. 21), autor do livro *O Desaparecimento da Infância*, os primeiros fatos sociais relacionados a infância surgiram na Grécia Antiga quando estes inventaram a ideia de escolas, onde “algumas das quais se tornariam veículos de disseminação da cultura Grega em muitos lugares do mundo”. Contudo, nesta época não existiam restrições morais ou legais para a prática do infanticídio.

Os Romanos pegaram emprestado dos gregos a ideia de escolarização e a ela acrescentaram a noção de vergonha. Este momento pode ser considerado o ponto crucial na evolução do conceito de infância, pois “[...] sem uma noção bem desenvolvida de vergonha a infância não pode existir” (Postman, 1999, p. 23). Os romanos superaram a noção grega a respeito

---

<sup>11</sup> Nativa de Babaçulândia e descendente de babaçulandense. A participação da criança foi devidamente autorizada pelos responsáveis legais.

da infância. Esta noção pode ser vista na arte onde revela-se “[...] uma extraordinária atenção à idade, à criança pequena e em crescimento, que só seria encontrada novamente na arte ocidental do período da Renascença” (Postman, 1999, p. 23).

Em meados do século IV d.C., a invasão dos Bárbaros do Norte gera o agravamento da crise econômica o que desemboca no colapso do Império Romano do Ocidente. Por conseguinte, o sepultamento da cultura clássica e a imersão da Europa Ocidental na chamada Idade das Trevas e logo depois na Idade Média resultaram no desaparecimento da capacidade de ler e escrever, da educação, do sentimento de vergonha e como consequência destes três fatores desaparece o próprio conceito de infância entendido na época (Postman, 1999). Logo, na Idade Média não existiam características do sentimento de infância, sendo esta invisível diante da história. E de acordo com estudos de Ariès, (1981),

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia (ARIÈS, 1981, p. 156).

Ante o supramencionado, no período entre o século IV ao século XV, a criança era educada por meio da convivência com outras famílias para adquirir habilidades sociais de bons hábitos, costumes, valores e comportamentos. Segundo Postman (1999), na Idade Média, as poucas escolas que existiam eram direcionadas ao público masculino elitizado com idade a partir dos dez anos e estes ficavam sozinhos em alojamentos longe da família e cercado por adultos. Não existiam nenhuma concepção de desenvolvimento infantil, pré-requisitos de aprendizagem sequencial ou de escolarização como preparo para o mundo adulto. As importantes interações sociais aconteciam de maneira oral o que permitia a entrada da criança na esfera social dos adultos. E para reforçar tal descoberta:

Essa sociedade via mal a criança e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a um período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança, então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem; mas, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades desenvolvidas de hoje (ARIÈS, 1981, p. 10).

Conforme o argumento, a criança retornava ao convívio familiar a partir dos sete anos pois era nesta idade que ela já dispõe de habilidades orais utilizadas para a prática de alguns

serviços, uma espécie de “estágio de trabalho”. Deste modo, a sociedade medieval não conhecia a ideia de infância ou tentava compreendê-la (Ariès, 1981).

Ainda conforme Ariès (1981), a partir do século XIV surge, por influência da igreja católica, a ideia de criança mística ou angelical relacionada a imagem do menino Jesus. Por conseguinte, no século XVII começaram a aparecer as primeiras mudanças a respeito do sentimento e cuidado da infância por influência da igreja, escola e poder público.

E vale ressaltar que para Tedesco (2016) mesmo existindo estudos direcionados ao entendimento da infância, essa só era reconhecida nas classes mais abastadas da sociedade. E pelos estudos de Ariès (1981), na crescente industrialização, a criança das classes mais populares foi subordinada como mão de obra barata. Portanto, o sentimento de infância demorou alcançar o público menos favorecido socialmente.

Pelos escritos de Portman (1999), o autor atribui a nova forma de se perceber a criança ao surgimento da imprensa e da alfabetização socializada no século XVII. Segundo ele “[...] a imprensa criou uma nova definição de idade adulta baseada na competência da leitura, e, conseqüentemente uma nova concepção de infância baseada na incompetência de leitura”. Contudo foi somente a partir do século XVIII e XIX que a ideia da criança e sua infância foram objetos de estudos por diferentes frentes de pesquisas. O sentimento de infância começa a ser percebido na modernidade a partir da necessidade de compreender a criança como sujeitos detentores de direitos e que devessem ser reconhecidos socialmente como alguém que precisa de proteção (Ariès, 1981).

O sentimento de infância brasileiro aconteceu em um processo demorado em relação a outros países como Estados Unidos, Espanha e França. O Brasil, enquanto país colonizado por Portugal, herdou a maneira de tratar o público infantil. Os portugueses imprimiam pouco valor às crianças e as que conseguiam sobreviver a viagem para o Brasil eram tratadas como adultos em miniaturas tendo que trabalhar para se sustentar (Ramos, 1999).

José de Aguiar (2022), quadrinista renomado, retrata em seu livro *A infância do Brasil*, o drama infantil vivenciado pelas crianças a partir do século XVI até os dias atuais. Na obra é possível perceber a invisibilidade e sofrimento experienciados pelas crianças ao longo da história. Um dos episódios conta que as crianças pertencentes as famílias muito empobrecidas, mães solteiras ou fruto de racionamentos extra conjugais eram entregues nas igrejas ou Santas Casas. Elas eram deixadas na roda dos expostos<sup>12</sup> ou roda dos enjeitados, uma espécie de barril

---

<sup>12</sup> A roda dos expostos surgiu no XV, na Europa e instaladas no Brasil em meados do século XVII em Salvador - BA.

aberto dos lados que giram em torno do seu próprio eixo. Isso garantia o sigilo de vínculos com os familiares.

Entre os séculos XIX e XX, as crianças brasileiras eram vistas como força de trabalho assim como em outros períodos da história. “Nas diversas épocas, as crianças, principalmente as provenientes de extratos populares, foram usadas para suprir a mão-de-obra adulta” (Straub, 2010, p. 33). A crescente exploração de menores levou as crianças de classes populares para um estado de escravidão. O trabalho infantil era visto como forma de complementação da renda familiar das famílias pobres e muitas vezes o trabalho era sempre priorizado em detrimento da pouca instrução escolar da época (Priore, 2000).

Em 1917, começaram a surgir grandes movimentos grevistas reivindicando direitos trabalhistas e contra a exploração infantil. A partir daí começou ser esboçada algumas políticas sociais por parte do governo. O decreto n.º 16.272 de 20 de dezembro de 1923, regulamenta a proteção aos menores abandonados e delinquentes e o Código de menores regulamentava o trabalho infantil, contudo a constituição de 1934 proíbe o trabalho de menores de 14 anos sem autorização judicial. Em 1927, por meio da criação do código de menores (decreto n.º 17.343/A, de outubro de 1927) o estado respondeu pela primeira vez com internação. Agora, “os abandonados estavam na mira do estado” (Priore, 2000, p. 355).

Mais adiante, a década de 1990, foi marcada pelo início do surgimento das políticas públicas, por meio de ações governamentais, na busca pelo bem-estar e social das crianças e jovens, enfatizando a importância da educação na formação do futuro cidadão. Em meados de 1990, foi criado pela Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) que prevê proteção integral dos direitos da criança e os coloca como sujeitos detentores de direitos, proteção e garantias específicas. O estatuto foi criado com o objetivo de complementar o artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

Parafrazeando Tchman (1978 *apud* Postman, 2012, p. 33), ainda que as características de sentimento de infância na Idade Média se diferenciem do sentido na contemporaneidade, “nenhuma é tão contundente quanto a falta de interesse pelas crianças”. Vale frisar que apesar das crianças atualmente serem objetos de estudos e terem direitos garantidos por lei, essas ainda atravessam desafios consideráveis em diferentes regiões do país.

Priore (2000), problematiza que, no Brasil e em outros países, existe uma grande distância entre o mundo infantil defendido e idealizado pelas autoridades, organizações internacionais não governamentais onde habita o ideal de criança feliz – aquela que sorri e brinca, e a bem assistida e cuidada socialmente; e o mundo o qual a criança está inserida, sendo orientada ao trabalho e exposta às barbáries sociais.

Na atualidade a infância tem sido alvo de estudos nos seus aspectos pessoais, culturais, sociais, econômicos e simbólicos. É possível ver a infância ser descrita também em diferentes esferas da literatura brasileira como poesias, contos, desenhos etc. Lopes (2012, p. 78) argumentou que a infância não é somente um simples período de vida, indo da gestação até a adolescência, e que não pode ser e não é percebida como algo único e igual em todo o território brasileiro, sobretudo na região amazônica e cada criança experiencia a vida de acordo com a vivencia do grupo a que pertence. A autora revela também que os pesquisadores descrevem de maneira singular de acordo com sua lupa teórica ou classe social que estuda. Para tanto, é “[...] crível asseverar que existem diferentes infâncias, separadas (ou não), no tempo e no lugar.”

Nas palavras de Tedesco (2016, p. 79) as crianças da Amazônia Legal são “[...] sujeitos históricos e sociais, que fazem suas vidas nesse ambiente e produzem cultura.” A partir do estudo da identidade da criança ribeirinha pantaneira, a estudiosa descreve que a infância também tem múltiplos sentidos e que não é apenas uma fase inicial da vida e do desenvolvimento, trata-se por igual forma de “[...] sentimentos, rupturas, acontecimentos, experiências, ritmo, poesia, resistências.”

Comungando do pensamento de Tedesco (2016) e Lopes (2012), neste trabalho compreendemos a criança como pessoa em desenvolvimento psíquico moral e social e que precisa de proteção integral, além de atuar como sujeitos capazes de escrever sua própria história a partir de experiências cotidianas, que brincam, correm e se divertem. Para tanto, entendemos a infância de maneira heterogênea onde cada região brasileira oferece sentido diferente a esse conceito a partir de sua diversidade cultural e socioeconômica.

Assim, acrescentamos que o foco da nossa pesquisa é mostrar as especificidades que atravessam as infâncias nos estados da Amazonia Legal, sobretudo, as do município Babaçulândia/TO onde nos debruçamos a tentar compreender o silenciamento e a modificação das práticas sociais sofridas pelo público infantil em decorrência das ações governamentais e privadas na busca por seus anseios capitalistas. Por conseguinte, objetivamos analisar a infância das crianças descendentes dos ribeirinhos da ilha de São José realocados no reassentamento Baixão bem como analisar como constituem a identidade ribeirinha longe do rio e no contexto do novo local de vivência e compreender quais são as percepções das crianças sobre o processo de vivido pelas famílias em função do processo de instalação da hidrelétrica de Estreito.

## 2.2 O contexto infantil na Amazônia Legal

O público infantil brasileiro experiencia variados tipos de violência nos dias atuais. Os dados do IBGE do ano de 2022, revelam que no Brasil vivem por volta de 40.129.261 de crianças e adolescentes com até 14 anos de idade, o que corresponde a aproximadamente 19 % da população total do país, a saber, 203.080.756.

De acordo com a Fundação Abrinq (2023, p. 13), no ano de 2021 “[...] aproximadamente 72,4 milhões de pessoas declararam viver com uma renda domiciliar *per capita* de até meio salário-mínimo [...]” o que corresponde hoje a uma renda de R\$ 706,000. Assim sendo, 31,2 milhões destas pessoas revelaram que vivem com metade desta que renda o que corresponde à R\$ 353,00.

Por conseguinte, a Fundação Abrinq (2023) revela que em 2021 aproximadamente 24,1% crianças de 0 a 14 anos de idade sobrevivem com uma renda até  $\frac{1}{4}$  de salário-mínimo, e ainda, 26,7% sobrevivem com mais de  $\frac{1}{4}$  até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo e que 50,8% das crianças e adolescentes menores de 14 anos de idade sobrevivem em condição domiciliar de baixa renda.

Os dados do relatório de Pobreza Multidimensional na Infância e adolescência realizado pela Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) revelam que:

A Pobreza Multidimensional na infância e na adolescência varia entre 60% e 64%, a depender dos anos – os mais recentes – e das faixas etárias selecionadas. Tal percentual corresponde a um número de cerca de 31,9 milhões de crianças, do total de 52,8 milhões em 2022 (UNICEF, 2022, p. 07).

O mesmo relatório aponta que em 2022 o percentual de crianças e adolescentes brasileiros com alguma privação chegou a 60,3%. Os resultados mostram ainda os infantes juvenis que sofreram qualquer privação ou alguma privação não-monetária. Eles estão localizados nos estados mais ao norte do país, região que compreende a Amazônia legal.

Segundo a Unicef (2023), a Amazônia Legal é local de moradia de milhões de crianças e de adolescentes, muitas delas expostas as fragilidades sociais que privam, de maneiras múltiplas, seus direitos básicos de acesso a serviços de saúde, de educação, de moradia, de saneamento básico e de proteção.

A Amazônia Legal é composta pelos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) em conjunto com os estados do Maranhão e do Mato Grosso. Sua extensão territorial é de aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup> que corresponde cerca de 60% do território nacional (UNICEF, 2018).

Seus dados populacionais, segundo informações levantadas no site da Fundação Abrinq (2023), constam 27.770.232 habitantes na região em 2022, o que equivale a 13,6% da população brasileira já mencionada. Encontram-se nesse território por volta de 6.846.316 de crianças e adolescentes com idade entre 0 e 14 anos, o que corresponde a 24,6% da população da região distribuídos em 808 municípios e nove estados. Assim, a quantidade de crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos em cada estado que compõe a Amazônia Legal bem como a população total brasileira está elencada no **quadro 4** abaixo:

**Quadro 4** – População do Brasil e da Amazônia Legal

| <b>Estado</b> | <b>População total (2022)</b> | <b>População de 0 a 14 anos (2022)</b> | <b>% d população de 0 a 14 anos em relação a população total</b> |
|---------------|-------------------------------|--|--|
| Tocantins     | 1.511.460                     | 350.986                                | 23,2 %   |
| Acre          | 830.018                       | 221.160                                | 26,6 %   |
| Amapá         | 733.759                       | 198.176                                | 27,0 %   |
| Pará          | 8.121.025                     | 1.990.942                              | 24,5 %   |
| Rondônia      | 1.581.196                     | 348.152                                | 22,0 %   |
| Roraima       | 636.707                       | 186.208                                | 29,2 %   |
| Maranhão      | 6.755.805                     | 1.645.580                              | 24,4 %   |
| Amazonas      | 3.941.613                     | 1.075.426                              | 27,3 %   |
| Mato Grosso   | 3.658.649                     | 829.686                                | 22,7 %   |
| <b>TOTAL</b>  | <b>27.770.232</b>             | <b>6.846.316</b>                       | <b>24,7 %</b>  |
| <b>Brasil</b> | <b>203.080.756</b>            | <b>40.129.261</b>                      | <b>23,2 %</b>  |

Fonte: IBGE (2022) | Organizado pela autora (2025).

De acordo com o **quadro 4**, os estados do Para e Maranhão têm os maiores índices populacional e especificamente de crianças e adolescentes de 0 até 14 anos de idade. Nos dois estados existem 3.636,522 de crianças e adolescentes. Logo, estão na faixa etária indicada, este número corresponde a cerca de 53,11% da população da mesma idade na região. Outro ponto a ser observado é que de sete dos nove estados terem percentual de população infanto-juvenil em relação a população geral acima do percentual da federação.

A Unicef (2019, p. 05) aponta que a Amazônia Legal “[...] é a casa de povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, mas também de grandes centros urbanos [...]” e que os meninos e meninas amazônidas que vivem com suas famílias em um território bastante extenso, porém pouco povoado se comparado as demais regiões do Brasil.

Por conseguinte, esta mesma organização problematiza que o território amazônico é um dos piores lugares para ser criança no Brasil em função da grande concentração de habitantes nas áreas urbanas correspondem a 72%.

A urbanização e a baixa densidade demográfica regional resultam em áreas rurais desassistidas e com acesso limitados a serviços essenciais básicos. Esses fatores tornam esta população vulnerável e exposta a desafios que colocam em risco suas vidas e seu bem-estar social (UNICEF, 2019).

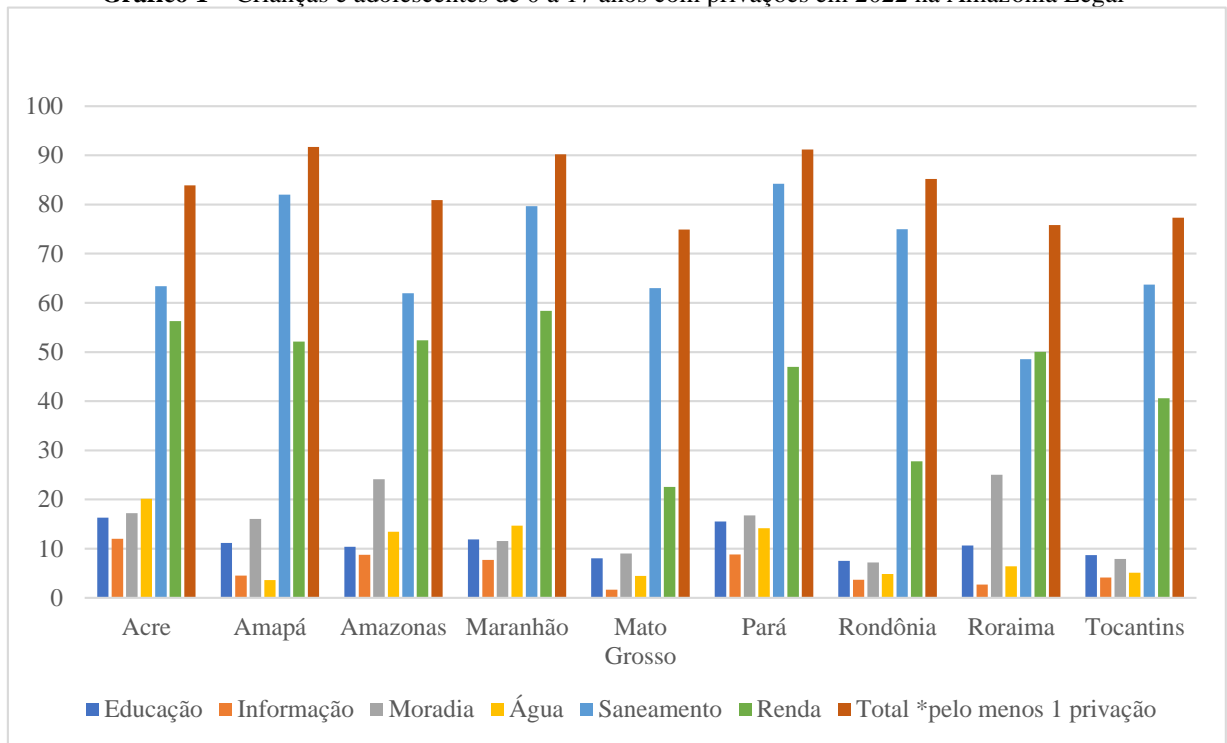
De acordo com Mendes *et al* (2022) o processo de urbanização dos estados amazônicos é marcado pelas desigualdades econômicas, urbanas e consequentemente sociais. Tais problemáticas são oriundas do desordenado crescimento urbano e também dos projetos integradores a qual a região tem ambiente geográfico propício para atender essas demandas. Em estudos recentes, Cruz (2022, p. 37) argumenta que infância amazônica é:

[...] assinalada pela escassez de bens, de recursos e de serviços, em um território em que muitas das famílias com crianças vivem abaixo da linha da pobreza, com uma renda mínima insuficiente para aquisição de nutrientes necessários e indispensáveis para o crescimento e sobrevivência[...] (CRUZ, 2022, p. 37).

## 2

Em se tratando de indicadores sociais, de acordo com a Unicef (2022), em 2022 três dos quatro estados da federação apresentaram mais de 90% das crianças e adolescentes sofrendo privação de algum de seus direitos fundamentais estão situados na Amazônia Legal. E os estados são: Pará, Amapá e Maranhão com as porcentagens de 91,2%, 91,7% e 90,2% ordenadamente.

**O gráfico 1** a seguir mostra a dimensão de público com até 17 anos que vivem em condições de privação de direitos na área da educação, informação, moradia, água, saneamento e renda em cada estado da Amazônia Legal. E também o percentual de infante-juvenis na mesma idade com pelo menos um de seus direitos básicos privados.

**Gráfico 1** – Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos com privações em 2022 na Amazônia Legal

Fonte: UNICEF (2022) | Organizado pela autora (2025).

De acordo com os indicadores do **gráfico 1**, o acesso a saneamento básico e renda estão entre os desafios mais enfrentados pelas crianças e adolescentes dos estados amazônicos. Em seguida, estão as privações ligadas ao acesso à moradia adequada e a água de qualidade o que se contrapõem ao fato região amazônica ser “[...] banhada pelos maiores rios do mundo e disponha da maior reserva de água doce do Brasil [...]” (UNICEF, 2018, p. 14).

Assim, é sabido que o país tem uma referência em dispor de um território ainda não explorado. E dentro desta temática, em 2022, o índice de Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos com privações nos estados Amazônidas ultrapassou os 74%. Os estados que lideram o ranking com ao menos uma privação para este público são respectivamente: Amapá, 91,7%; Pará, 91,2%; Rondônia, 85,2; Acre, 83,9%; Amazonas, 80,9 e Tocantins, 77,3%.

E pelo exposto acima e dentro do campo da mortalidade infantil, o **quadro 5** da próxima página mostrará, por estado, o índice de mortalidade infantil de crianças até 1 ano de idade dividido pelo total de nascidos vivos. Portanto, o cálculo resulta na taxa de mortalidade infantil na Amazonia Legal.

**Quadro 5** – Mortalidade infantil na Amazônia Legal

| <b>Estado/<br/>Federação</b> | <b>Índice de<br/>mortalidade infantil<br/>(até 1 ano)</b> | <b>Nascidos vivos</b>   | <b>Taxa de<br/>mortalidade</b> |
|------------------------------|---|-------------------------|--------------------------------|
| Acre                         | 268   | 15.193                  | 17,6 %                         |
| Amapá                        | 265   | 15.065                  | 17,6 %                         |
| Amazonas                     | 1.118   | 72.056                  | 15,5 %                         |
| Maranhão                     | 1.428   | 95.898                  | 14,9 %                         |
| Mato Grosso                  | 791   | 58.059                  | 13,6 %                         |
| Pará                         | 1.838   | 126.071                 | 14,6 %                         |
| Rondônia                     | 326   | 24.811                  | 13,1 %                         |
| Roraima                      | 244   | 13.056                  | 18,7 %                         |
| Tocantins                    | 272   | 22.284                  | 12,2 %                         |
| <b>Média</b>                 | <b>728</b>  | <b>49.166</b>           | <b>15,3 %</b>                  |
| <b><i>Brasil</i></b>         | <b><i>32.257</i></b>                                      | <b><i>2.561.922</i></b> | <b><i>12,6 %</i></b>           |

Fonte: DATASUS (2022) | Organizado pela autora (2025).

O **quadro 5** acima revela uma taxa de mortalidade de infantil de 15,3% na região da Amazônia Legal superando a taxa de 12,6% obtida pelo Brasil. Este resultado supera a média das regiões Sul e Sudeste que contam com 10,2% e 11,7% respectivamente. A comparação sugere que de fato as crianças amazônidas atravessam maiores violações de direitos dentro do contexto brasileiro, tendo em vista a taxa de mortalidade ser reflexo da não efetivação das políticas públicas.

No cenário amazônico, a quarta parte os estados que compõem a região têm a taxa de mortalidade infantil mais elevada que a média de toda a Amazônia Legal. A saber, os estados de Roraima (18,7%), Acre (17,6%), Amapá (17,6%) e Amazonas (15,5%). Para tanto, 88,8% das federações, a taxa de mortalidade é superior que a do nível brasileiro de 12,6%.

Outro fator que revela a precariedade que atravessa o público infantojuvenil amazônida é a quantidade de crianças e adolescentes com a até 14 anos inscritas no CadÚnico e Bolsa Família. De acordo com dados levantados no site da CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico), período-base março de 2024, na Amazônia Legal conta com 5.917.944 entre 0 e 15 anos inscritas no CadÚnico o equivalente a 20% do público da mesa faixa etária no país.

Assim, o **quadro 6** mostra o quantitativo de crianças e adolescentes que estão cadastrados no CadÚnico e no programa Bolsa Família nos estados membros da Amazônia Legal no território brasileiro.

**Quadro 6** – Quantitativo de infantojuvenis inscritos no CadÚnico e Bolsa Família

| Estado                      | CadÚnico          | Bolsa Família           |
|-----------------------------|-------------------|-------------------------|
| Acre                        | 201.361           | 175.598 (87%)           |
| Amapá                       | 185.071           | 154.128 (83%)           |
| Amazonas                    | 976.163           | 861.210 (88%)           |
| Maranhão                    | 1.523.327         | 1.372.626 (90%)         |
| Mato Grosso                 | 558.455           | 365.196 (65%)           |
| Pará                        | 1.789.743         | 1.551.657 (86%)         |
| Rondônia                    | 252.798           | 165.196 (65%)           |
| Roraima                     | 149.241           | 114.163 (76%)           |
| Tocantins                   | 281.785           | 207.928 (73%)           |
| <b>Total Amazônia Legal</b> | <b>5.917.944</b>  | <b>4.967.702 (83%)</b>  |
| <b>Brasil</b>               | <b>29.077.387</b> | <b>22.110.107 (76%)</b> |

Fonte: CECAD (2024) | Organizado pela autora (2025).

Ressalta-se que nas informações aludidas, vale considerar que no território amazônico legal tem um percentual de 6.846.316 de crianças e adolescentes de zero até 14 anos e na mesma região tem um quantitativo de 5.917.944 crianças e adolescentes com até 15 anos, pressupõe-se que acima de 80% destes estão inscritos no CadÚnico.

A Amazônia Legal tem 4.967.702 de infanto juvenis entre zero e 15 anos beneficiários do programa Bolsa Família. Este dado corresponde a 83% dos menores inscritos no CadÚnico. Vale ressaltar que estar inscrito neste cadastro não credencia necessariamente um benefício do tipo Bolsa Família. Para receber o benefício do Bolsa Família, o candidato carece estar inscrito no CadÚnico e compor família com renda familiar *per capita* de até R\$218,00 e que se enquadra nos critérios de pobreza e/ou extrema pobreza conforme as diretrizes sociais inerentes.

Dentre os estados que a compõe o cenário amazônico, 7 deles portam quantidade igual ou superior à média do país em relação a quantidade de crianças e adolescentes inscritas no CadÚnico que recebem o Bolsa Família. Martins e Gomes (2024) ao analisarem o perfil socioeconômico da primeira infância nas regiões brasileiras, observaram que o norte e nordeste apresentam perfis mais desafiadores em relação às outras regiões federativas. O Nordeste, seguido pelo Centro-Oeste e Norte revelaram maiores incidências de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza estando beneficiárias do Bolsa Família. Em complemento a isso,

25% das famílias inscritas no CadÚnico estão localizadas na região norte e nordeste do país são pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE).

Esses dados reafirmam ainda mais as dificuldades atravessadas pelo público infante juvenil na região que compreende a Amazônia Legal, principalmente, os desafios das populações ribeirinhas. Assim, essa discrepância percebida anteriormente atinge diretamente ao público infantil ribeirinho e esse aparece em segundo plano, tendo em vista que a proteção e cuidados da sociedade atual não são iguais em todas as regiões.

Em razão do que foi dito até aqui, o cerne do nosso trabalho está no reassentamento Baixão localizado em Babaçulândia-TO, tendo como objeto de estudo as crianças moradoras do local que são descendentes dos ribeirinhos da Ilha de São José. Com isso, pretendemos compreender as alterações de infâncias sofridas por esse público, além de analisar o contexto atual das famílias no que tange a saúde, educação e assistencialismo.

### 2.3 A infância ribeirinha em Babaçulândia

Ao longo da história, acenderam-se muitas discussões sociais e teóricas a respeito do conjunto de representações, simbologias e identidades que cercam as populações tradicionais sobretudo os ribeirinhos. Cruz (2001) problematiza três maneiras errôneas de se perceber a identidade dos ribeirinhos, quais sejam, olhar naturalista, olhar tradicionalista/romântico e o olhar moderno/colonial.

O olhar naturalista compreende a Amazônia e suas identidades ignorando e invisibilizando seus processos históricos e culturais considerando a região somente como natureza. Esse ponto de vista age produzindo “[...] uma geografia das ausências e uma história de silêncios” nas populações ribeirinhas. O olhar tradicionalista/romântico que produz a idealização do “bom selvagem”. Essa maneira percebe a região por meio de um idílico, em que o ribeirinho, sua identidade e sua diversidade cultural se mantêm intactas do “pecado original da modernidade”. O olhar moderno/colonial visualiza um estereótipo do ribeirinho como “caboclo”. Esse olhar é o mais arraigado no imaginário social e traz consigo um conjunto de preconceitos e estigmas sociais (Cruz, 2001, p. 5).

Assim, é preciso compreender qual o conceito de ribeirinho e como este constrói sua identidade. De acordo com Silva (2017), os ribeirinhos:

[...] dependem tanto da terra quanto da água para seu trabalho, este por sua vez é baseado nas atividades de subsistência como a pesca, a agricultura, a extração de produtos florestais, a caça, a criação de pequenos animais domésticos, comércio e

ainda em pequenas madeiras, todas estas atividades necessitam tem como norte o ciclo da natureza, pois é este que dita quando pescar, plantar e colher, se existir uma enchente, por exemplo, grande parte de suas atividades ficam comprometidas (SILVA, 2017, p. 4).

Este mesmo autor acrescenta que é a partir dessa relação com a natureza e seus conhecimentos empíricos passados gerações a geração que os ribeirinhos constroem seus modos de vida e sua identidade. No contexto Amazônico, existe uma grande diversidade cultural, o que possibilita a formação de variados modelos de infâncias como “[...] a indígena, a sem-terra, a do campo, a quilombola, a rica, a pobre, a sem-teto, a trabalhadora, a urbana, a rural, a ribeirinha [...]” (Lopes, 2012, p. 78).

Desse modo, a infância ribeirinha é caracterizada pela relação e importância do rio na vida das crianças. Os ribeirinhos habitam às margens do rio, tendo-o como fonte geradora de sustento das famílias por meio do extrativismo, pesca, criação de gado e pequenos animais, dentre outros. Além da cultura de autoconsumo reproduzida como meio de sobrevivência (Lopes, 2012).

No município de Babaçulândia/TO, de acordo com o censo de 2022, conta com uma população infantil de 2.159 crianças com idade entre 0 e 14 anos, equivalente a 27,3% da população geral (IBGE, 2024). Além disso, a localidade tem 721 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos vivendo a primeira infância.

No que se refere a assistência social, em 2012 o município contou com 1.872 famílias inscritas no CadÚnico. Esse número passou para 2.319 famílias em agosto de 2024 sendo declaradas 1.172 em situação de pobreza, 399 em baixa renda e 748 que recebem acima de ½ salário-mínimo. Nesse mesmo ano o município contou 5.718 pessoas no CadÚnico deste número 1.607 crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 15 anos representando 28,1 % da população cadastrada.

Brum (2021) descreve como os empreendimentos hidrelétricos transformam os “povos-florestas” — ribeirinhos que moram as margens do rio e tem seus sustentos tirados dali — em populações menos favorecidas que, deserdados do rio, tem que viver em outros lugares onde não conseguem levar o mesmo modo de vida, impactando diretamente o fator socioeconômico familiar. No contexto babaçulandense, é possível ver esse argumento materializado nos índices de cadastros sociais onde houve um aumento nos contemplados por programas sociais como o Bolas Família.

No **quadro 7** abaixo, é possível visualizar a quantidade de famílias babaçulandenses inscritas no CadÚnico que se encaixam no perfil de Grupos Populacionais Tradicionais e

Específicos (GPTE). A saber, esses grupos “[...] referem-se às categorias sociais que possuem características culturais, étnicas, territoriais ou de gênero específicas, que podem influenciar significativamente suas condições socioeconômicas” (Martins; Gomes, 2024, p. 22).

**Quadro 7** – Quantitativo de famílias no GPTE no CAD em Babaçulândia

| DESCRIÇÃO FAMILIAR                              | QTD.       |
|---|------------|
| Acampadas                                       | 07         |
| Agricultores familiares                         | 35         |
| Atingidas por empreendimentos de infraestrutura | 107        |
| Assentadas da reforma agrária cadastradas       | 04         |
| Catadores de material reciclável                | 01         |
| Pescadores artesanais                           | 57         |
| Resgatadas do trabalho análogo ao de escravo    | 06         |
| Ribeirinhas cadastradas                         | 02         |
| <b>Total</b>                                    | <b>282</b> |

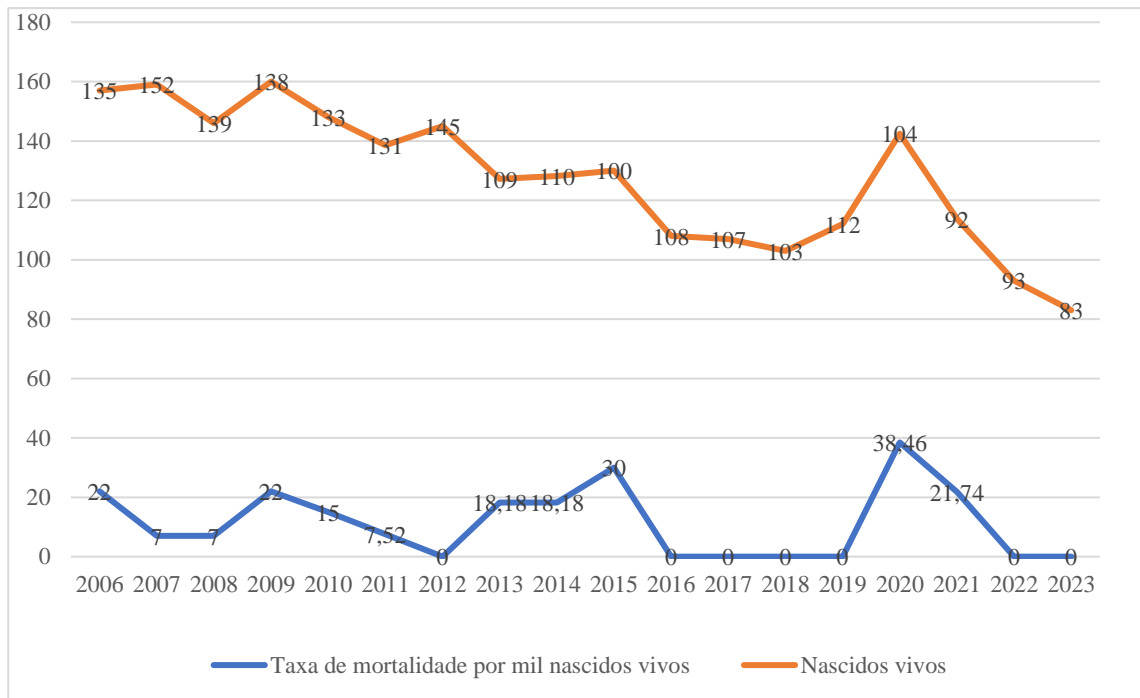
**Fonte:** CECAD (2024) | Organizado pela autora (2025).

Para tanto, em abril de 2024, o município teve 1.302 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Outro detalhe: 3.606 pessoas foram e são beneficiadas pelo programa federal. Entre elas estão 1.396 crianças e adolescentes com idade de 0 até 15 anos.

Em relação a educação, de acordo com o site QEDu (2024), em 2023 o município contabilizou 124 matrículas em creches, 210 em pré-escolas e 559 matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental. As matrículas foram distribuídas em 7 unidades educacionais. Além do mais, de um total de 444 crianças nascidas em 2003, 2004 e 2005, atualmente 104 delas estão fora das escolas o equivalente à 23,4% dos nascidos no período.

Em 2020, o percentual de atendimento em creches para população de 0 a 3 anos foi de 22,27% sendo considerado ruim ficando abaixo da taxa nacional de 0% a 35,5%. E no mesmo ano, o percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos foi de 75,5% sendo considerando ruim, pois está abaixo da Média Nacional de 92,7% (FMCSV, 2022).

No que tange ao Percentual de peso elevado para idade – 0 a 5 anos em 2022 foi de 4,06%. Isso mostrou que ficou bem abaixo do nível alcançado pelo tocantins de 5,67% e do Brasil de 7,72% ordenadamente (FMCSV, 2022). E, dizendo respeito a taxa de mortalidade infantil, esta teve um grande salto no decorrer dos anos como mostra o **gráfico 2** a seguir:

**Gráfico 2 – Taxa de mortalidade Infantil em Babaçulândia**

Fonte: IBGE (2024); DATASUS (2024) | Organizado pela autora (2025).

Conforme visualizado no **gráfico 2** a taxa de mortalidade infantil em Babaçulândia passou por observáveis oscilações no hiato de tempo entre 2006 e 2022. Em 2006 a taxa marcou 22 mortes por mil crianças nascidas vivas. Os anos de 2007 e 2008 tiveram suas taxas de mortalidade em 7 mortes para mil crianças nascidas vivas em cada ano respectivamente. Em 2009, a taxa se elevou pra 22 e declinando nos anos seguintes marcando ordenadamente 15 e 7,52 mortes para mil nascidos vivos.

Taxa de mortalidade dos anos de 2012, 2016, 2017 e 2018 apresentam variação em relação aos outros anos sendo legitimamente objeto de questionamentos. A taxa de mortalidade dos anos supramencionados ficou zerada e tiveram respectivamente 145, 108, 107 e 103 nascidos em cada ano. Em 2020, a taxa atingiu seu limite, mas alto do período apresentado marcando 38,46 óbitos e 21,74 em 2021. No ano de 2022 o índice ficou zerado. De acordo com a secretaria de saúde do município de Babaçulândia nasceram 93 crianças não havendo óbitos de crianças na faixa etária de 0 a 1 ano de idade.

De acordo com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV, 2022), o percentual de mortalidade infantil (até 1 ano) por causas evitáveis em 2013 foi de 50% tendo uma alta considerável em relação a 2014, que finalizou com percentual de 100% de mortes infantis por causas que de algum modo poderiam ser evitadas. Em 2015, tal percentual teve leve diminuída ficando na casa dos 66,67% ficando acima do percentual do Tocantins (65,14) e abaixo do

percentual do Brasil. No ano de 2020, o indicador marcou 100% novamente e se manteve no ano seguinte (2021).

Conforme o exposto, podemos observar que assim como em toda a região da Amazônia Legal as crianças babaçulandenses atravessam desafios multifatoriais. Elas encontram dificuldades de acesso à serviços essenciais tendo uma infância de precariedade e vulnerabilidade. É notório destacar que os fatores ambientais e as experiências influenciam o desenvolvimento humano. O nível socioeconômico pode afetar o bem-estar físico social e cognitivo das crianças e das famílias. A pobreza, a falta de acesso a saúde, escolarização, alimentação adequada trazem como consequência problemas emocionais e comportamentais (Papalia; Feldman, 2013).

Neste sentido, Moser (2018), argumenta que a inter-relação entre o sujeito e o meio em que o indivíduo está inserido interfere diretamente no comportamento, percepções, avaliações e representações destes com as contingências à que os seres humanos estão submetidos.

### **3 PSICOLOGIA AMBIENTAL: fatores intervenientes do desenvolvimento humano**

#### **3.1 Introdução a Psicologia Ambiental**

A psicologia ambiental surgiu no hemisfério sul por volta do final dos anos 1950 e início dos anos 60. Inicialmente seu estudo era voltado para assuntos locais como casa, locais de trabalho, espaços escolares, meio urbano e conceituação de afiliação, território e identidade. Neste período, havia uma necessidade crescente de reconstruir arquitetonicamente as cidades após a Segunda Guerra Mundial levando em conta não somente a importância dos fatores estéticos das construções, mas também as necessidades psicológicas e comportamentais dos futuros habitantes do local. Dado a esses fatores, a teoria recebeu inicialmente o nome de *Psicologia da Arquitetura* (Melo, 1991).

A psicologia ambiental se formou a partir de duas grandes vertentes. A primeira vertente deu-se na Inglaterra passando pelos países ao norte do continente europeu recebeu influência da arquitetura; a segunda, nos países como Itália, Alemanha, França e Espanha, foi originada da psicologia geral, sendo seus estudos voltados para as ciências sociais (Moser, 1998).

É interessante ressaltar que enquanto os profissionais da área da arquitetura e planejamento se empenhavam em analisar, de maneira direta e sistemática, qual comportamento os seres humanos manifestam em relação ao ambiente construídos e criado por eles, os profissionais da psicologia analisavam os motivos que levam os indivíduos a se comportarem

de diferentes maneiras em distintos lugares além de “[...] analisar regras ambientais e sociais, papéis ocupacionais, objetivos e interações dos usuários de um determinado ambiente função do local, atividade X ambiente [...]” (Melo, 1991, p. 2).

Na década de 80 a Psicologia Ambiental começou a ser alvo estudos chegando a ser ofertada como disciplina na Universidade de Nova York e logo surgiram publicações de livros e textos em revistas respeitadas do meio acadêmico (Melo, 1991). Segundo Carvalho (1993), a Psicologia Ambiental se constitui por vários ramos da pesquisa sendo usadas tanto para solução de problemas ambientais como para a compreensão de conceitos sobre a interação homem-ambiente. Moser (1998, p. 126) ensina que:

A Psicologia Ambiental tem uma posição transversal dentro da Psicologia. Além disso, a Psicologia Ambiental é muitas vezes pluridisciplinar, ou multidisciplinar, no sentido de que a complexidade dos problemas ambientais costuma exigir uma abordagem a partir de diferentes pontos de vista[...] (Moser, 1998, p. 126).

É nesse contexto de ramificação que aparece o estudioso Urie Bronfenbrenner e Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH). Urie tem origem Russa, mas viveu nos Estados Unidos boa parte de sua vida. A partir dessa vivência, ele pode ter acesso a um convívio social multicultural, com crianças de diferentes culturas e etnias (Assis, Ferreira e Fornasier, 2021). Essa mudança vivida por Urie pode exemplificar, segundo sua própria teoria, a “transição ecológica”. Sobre esse assunto trataremos mais adiante.

Bronfenbrenner fez suas primeiras observações no trabalho de seu pai, que era neuropatologista e trabalhava em uma instituição para pessoas com sofrimento psíquico/ou com necessidades especiais. Ali ele observou que os pacientes adoeciam ainda mais a partir do momento em passavam a conviver no instituto (sanatório). Por outro lado, Urie observou que os pacientes avaliados “menos doentes” que poderiam trabalhar nas casas dos funcionários de alguma maneira aumentavam seu coeficiente intelectual (Benetti *et al.*, 2013).

Passados os anos, Bronfenbrenner se formou em psicologia na Universidade de Cornell, fez mestrado na Harvard e doutorado em Psicologia do Desenvolvimento na Universidade de Michigan. Inquieto com a fragmentação que se estudavam o desenvolvimento humano na época, sendo cada uma focada no seu respectivo contexto — só criança, só família, só sociedade e etc., em 1979, Urie desenvolve inicialmente o modelo denominado “ecológico” o qual o ambiente é visto como “[...] ingrediente fundamental para a compreensão de como o indivíduo desenvolve-se”. Ele foi influenciado pelo pensamento de Kurt Lewin, seu professor e estudioso da *Teoria de Campo*; e pela Teoria Sócio-histórica de Vygotski (Benetti *et al.*, 2013, p. 92).

Anos mais tarde, este modelo foi revisto pelo próprio estudioso. Como resultado, a teoria evolui para o que é conhecida atualmente como *Teoria Bioecologia do Desenvolvimento Humano* — elemento base da Psicologia Ambiental. Esta teoria compreende a relação ambiente e indivíduo a partir de contextos que se relacionam de maneira bidirecional. (Benetti *et al.*, 2013). Outro precursor da psicologia ambiental contemporânea é Moser (2018). Ele a define como a disciplina que:

[...] estuda o indivíduo no seu contexto físico e social, no intuito de desembaraçar a lógica das inter-relações entre o indivíduo e o seu ambiente, pondo em evidência as percepções, atitudes, avaliações e representações ambientais, de uma parte, e, da outra, os comportamentos e condutas ambientais que as acompanham (MOSER, 1991, p. 582 *apud* MOSER, 2018, p. 21).

É possível observar que a psicologia ambiental pode ser interpretada de duas maneiras bidirecionais. Assim como o ambiente físico e social causam efeito sobre as condutas humanas, os ambientes também são percebidos e avaliados pelo indivíduo. Sobre este assunto, na esteira do que nos diz Bronfenbrenner (1979), trataremos mais a fundo no próximo subcapítulo. Os dois autores divergem na nomenclatura das esferas que compõem o contexto, no entanto, o conceito pouco se modifica.

### 3.2 A pessoa, o ambiente e o contexto

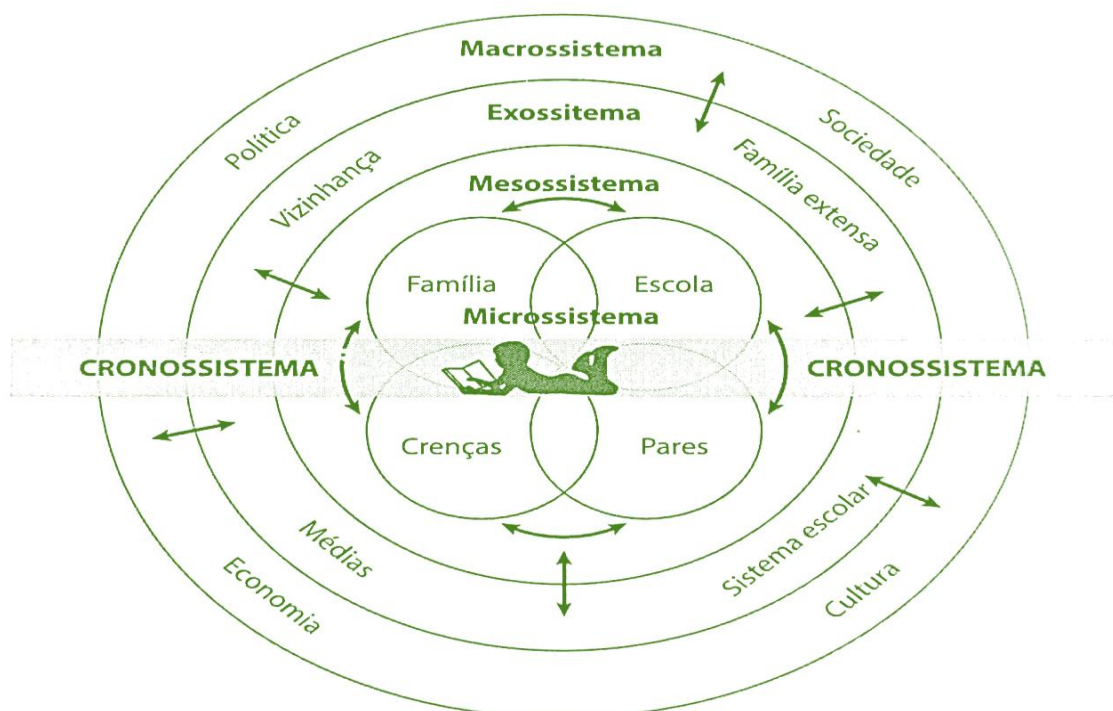
Para compreender melhor como ocorre o processo, é necessário compreender o conceito de pessoa, de ambiente e de contexto dentro da teoria. No que diz respeito a pessoas, apesar de reconhecermos a importância de fatores genéticos e biológicos para o desenvolvimento humano, na psicologia ambiental, é dada importância maior “[...] às características pessoais que os indivíduos trazem com eles para as situações sociais[...]” (Benetti *et al.*, 2013, p. 93). Essas características são influenciadas por demandas de interação ou não com outros indivíduos no ambiente proximal; por recursos materiais e sociais como acesso a boa comida, moradia, oportunidades educacionais etc.; e fatores de disposições relacionadas as diferenças de temperamento, motivação, persistência e capacidade de elaborar atividades de progressiva competência (Bronfenbrenner; Morris, 2006).

O ambiente é entendido como cenário, o lugar, onde acontecem as diferentes inter-relações (Senna, 2011). Dito de outro modo, o ambiente é um campo onde existem variadas possibilidades de ações e/ou comportamento dentro de cada contexto ou nível de interrelação. Essa caracterização de inter-relação acontece de maneira bidirecional e transacional na relação

ser humano-ambiente. O ambiente pode ser entendido como físico e/ou social influenciando o ser humano e sendo modificado pelo indivíduo (Carvalho, 1993).

O contexto diz respeito ao ambiente em que as pessoas estão inseridas e efetuam trocas entre si. Os contextos formam um sistema complexo e dividem-se em quatro subestruturas aninhadas umas nas outras, isto é microambiente, mesoambiente, exossistema e macroambiente. A **figura 6** a seguir representa as quatro subestruturas dentro do modelo ecológico mostrado por Moser (2018) citando Anthony e Watkins (2002) a partir do conceito de Bronfenbrenner (1979):

**Figura 6** – Modelo Ecológico de Bronfenbrenner



**Fonte:** Urie Bronfenbrenner (1979) *apud* Moser (2018 p. 61).

Pela **figura 6** visualizada, o microsistema é o ambiente proximal onde o indivíduo habita e convive com a família. É dotado características físicas sociais e simbólicas. Nele o sujeito vivencia um [...] padrão de atividades, papéis sociais e relações interpessoais [...]" (Bronfenbrenner, 1996, p. 18). É aqui que as interações imediatas acontecem de maneira direta.

O mesossistema se refere a conexão entre dois ou mais ambientes tendo a pessoa como participante ativa do processo. É a inter-relação de espaços próximos compartilhados como comunidade, o convívio com seus pares, lugar de trabalho, bairro, crenças entre outros. Assim o mesossistema é uma ampliação do microsistema.

O exossistema o sistema em que um ou mais ambientes se interagem. Nele, a pessoa

não é agente ativa do processo, contudo, é afetada pelos eventos que ocorrem nesta interação. Um exemplo de exossistema é uma pessoa que, mesmo não estando presente no local, sofre influências do trabalho dos pais ou companheiros, políticas locais e assim por diante.

O macrossistema dispõe de uma estrutura mais ampla e abrange todos os outros sistemas (micro, meso e exo) (Senna, 2011). Ele faz menção da cultura e subcultura existentes ou não no sistema anterior. Aqui estão as influências culturais, ideológicas, valores sociais, crenças, costumes dominantes na sociedade e políticas públicas.

O contexto apresentado sofre influências do cromossistema que é a dimensão temporal incorporada aos níveis ambientais (Bronfenbrenner, 1996). Nessa perspectiva são relacionados os fatores encontrados no macrossistema como transições que ocorrem ao longo da vida como: mudanças na gestão política ou crises econômicas, o que pode impactar a vida das pessoas em seus ambientes imediatos ou não.

Dentro desse contexto, as atividades molares “[...] constituem a manifestação principal e mais imediata tanto no desenvolvimento do indivíduo quanto das forças ambientais mais poderosas que instigam e influenciam o desenvolvimento – as ações das outras pessoas” (Bronfenbrenner, 1996, p. 37). Urie (1996) compreende as atividades molares como um comportamento significativo, no entanto enfatiza que a atividade molar vai além de um evento momentâneo. Assim, neste trabalho compreendemos o rio como elemento gerador de atividades molares permanentes.

As chamadas transições ecológicas são definidas como “[...] um fenômeno que é ao mesmo tempo um produto e um produtor de mudança [...]”. Elas ocorrem sempre que a posição de uma pessoa sofre uma alteração em qualquer um dos quatro níveis ambientais (Bronfenbrenner, 1996, p. 22).

Há também o fenômeno chamado “macrossistema em movimento” o qual nos remete a ideia de que macrossistema também sofre um processo de mudança. Quando isso acontece todos os outros níveis se movimentam no mesmo ritmo até o nível da pessoa. Um exemplo é quando a comunidade de um indivíduo sofre interferências políticas ou econômicas e essa ação desencadeia uma série de problemas sem resoluções. Esses problemas vão causando uma mudança social e cultural que age de maneira bidirecional dentro do sistema e mudanças sociais e seus efeitos são comumente investigadas por estudiosos sobretudo da área das ciências sociais.

A título de exemplo, cita-se o caso das crianças ribeirinhas da Ilha de São José que viviam em um ambiente em contato direto com a natureza e sua biodiversidade e se mudaram abruptamente para outra localidade que o ambiente não dispunha dos mesmos recursos referidos outrora vivenciados por seus pais e a comunidade em geral. Transições ambientais como essas

ocasionam percas significativas nos modos de vida dos infantes e revelam uma necessidade de adaptação contínua e agora reconstruir práticas culturais e de relacionamentos longe das atividades que o rio poderia propulsionar.

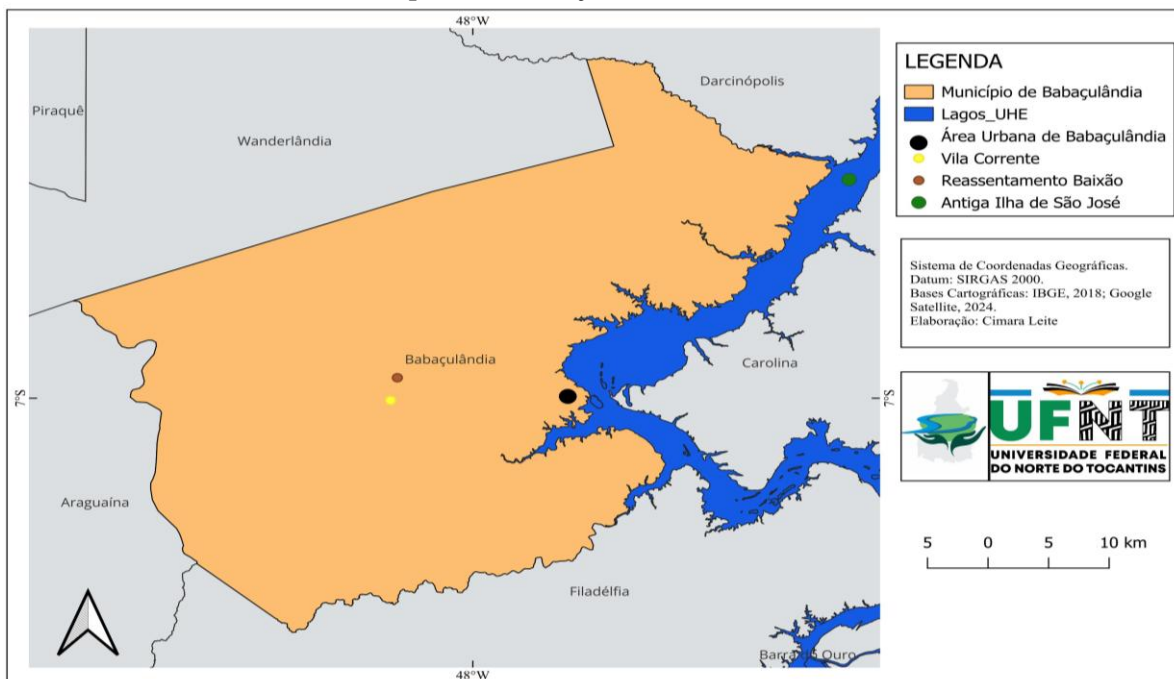
## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Caracterização do local da pesquisa

Antes de apresentar o caminho metodológico utilizado, é de suma importância fazer caracterização do local em que foi realizada a pesquisa. A área urbana do município Babaçulândia é composta pelos bairros Centro, Bairro de areia, Vila novo milênio I e II. Estas últimas foram ampliadas em decorrência do êxodo urbano ocasionado pela Usina de Estreito. A zona urbana é composta por fazendas e chácaras de pequenos proprietários rurais bem como por reassentamentos. Entre os reassentamentos que compõem o município existe o reassentamento Coletivo Baixão.

A seguir, no **mapa 5**, visualiza-se numa escala geográfica em km, o reassentamento coletivo Baixão. Ele fica a 20 km de distância da cidade de Babaçulândia, sentido Araguaína, Tocantins. Isto é, pela TO-424, sua entrada se dá no povoado Corrente e percorrendo 4 km, chega-se ao referido assentamento (Pitombeira, 2018).

**Mapa 5** – Localização do reassentamento coletivo Baixão



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

O Reassentamento Coletivo Baixão surgiu em decorrência dos deslocamentos dos ribeirinhos da Ilha de São José em Babaçulândia expulsos compulsoriamente pela UHE de Estreito em meados de 2009. Para melhor compreender a dinâmica do local, a seguir apresenta-se na **figura 7** do mapa elaborado pela agente de saúde Ana Cleia de Sousa Lima para localização no âmbito do seu trabalho.

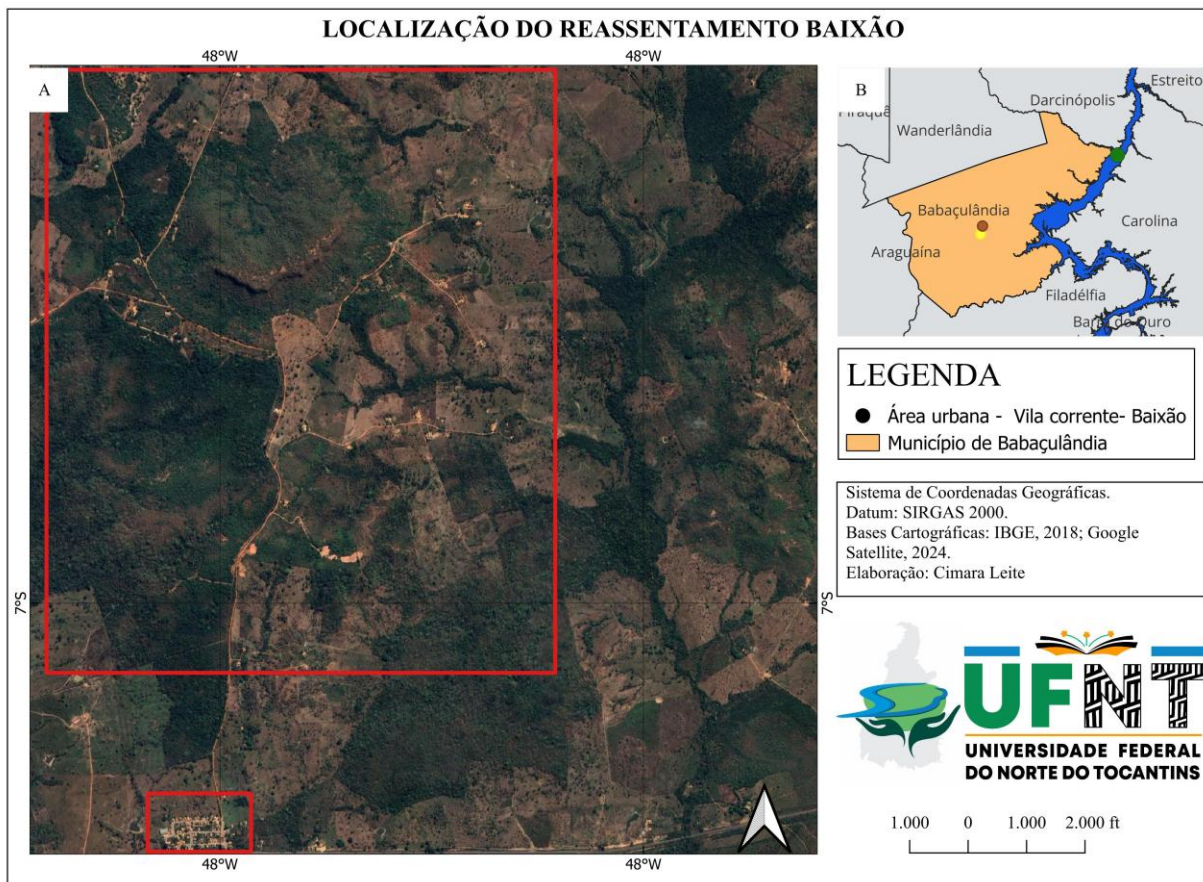
**Figura 7** – Localização do reassentamento coletivo Baixão



Fonte: Elaborado por Ana Cleia de Sousa Lima (2024)

O trabalho elaborado pela agente de saúde local referida na **figura 7** é rico de detalhes, uma vez que é possível observar a TO que liga Babaçulândia à Araguaína passando pelo povoado Vila Corrente. Do lado direito, próximo ao povoado, nota-se as estradas e chácaras que compõem o Reassentamento Baixão. O próximo mapa (**mapa 6**) foi elaborado no programa de informação geografia Qgis mostrando a localização do reassentamento e suas coordenadas geográficas.

**Mapa 6** – Localização imediata do reassentamento



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

No reassentamento foram realocados cerca 26 famílias (Pitombeira, 2018). No decorrer dos últimos anos algumas famílias venderam ou cederam suas terras para outras famílias. Atualmente, no local, residem 20 famílias distribuídas em 17 chácaras. Esta diminuição representa uma baixa de 23%. As famílias residentes atualmente são compostas por 73 pessoas entre adultos, idosos e crianças.

## 4.2 Caminho metodológico

A presente pesquisa tem natureza social pois busca estudar soluções, causas e explicações da vida cotidiana dos indivíduos e das populações (Flick, 2012). Para tanto, esse estudo está filiado à abordagem qualitativa sendo de “particular relevância ao estudo das relações sociais devido a pluralização das esferas da vida” (Flick, 2009, p. 21). Além de valorizar o estudo empírico e os conhecimentos e práticas locais respeitando os participantes em suas diversidades (Flick, 2009).

No que diz respeito ao método procedimental para levantamento de dados de cunho primário, e visando aprofundar o conhecimento acerca do objetivo proposto, este trabalho foi feito na esteira da Pesquisa Compreensiva do autor Jean-Claude Kaufmann (2013) que tem como base compreender o contexto que o entrevistado está inserido por meio de uma participação interativa por parte do entrevistador.

Deste modo, foi realizada uma entrevista semiestruturada, que possui um roteiro pré-estabelecido, no entanto, é flexível e dispõe de perguntas abertas em que o entrevistador pode fazer perguntas não estabelecidas previamente e que surgem de acordo com as demandas apresentadas pelos entrevistados. Para tanto, a intenção é explorar amplamente questões que surgem durante o diálogo (Marconi; Lakatos, 2021).

Nesta pesquisa, considerando a complexidade que envolve o objeto e como já pontuado, foi utilizado o método qualitativo. Esta técnica demonstra ser adequada por ser um trabalho que se preocupa com a experiência real e com a dinâmica das relações sociais (Flick, 2009).

Seguindo a mesma toada, este estudo tem como objetivo analisar a infância das crianças descendentes dos ribeirinhos da ilha de São José reterritorializados para reassentamento Baixão em 2009. Assim como compreender quais são as percepções das crianças sobre as violências vividas pelas famílias em função do processo de instalação da hidrelétrica de modo a fazer a cartografia social da infância das crianças deserdadas do rio.

A coleta de dados aconteceu por meio de entrevista. Foram 05 ribeirinhos que residiam na Ilha de São José quando eram crianças e depois de adultos foram reterritorializados no Reassentamento Baixão e que também sejam pais de crianças que tenham 03 a 14 anos de idade; 04 professores que exerceram função na escola da ilha.

### 4.3 Coleta de dados

As entrevistas<sup>13</sup> tiveram duração de aproximadamente 20 a 30 minutos, permitindo idas e vindas no diálogo e o estabelecimento de relação de confiança. As entrevistas foram organizadas na seguinte ordem demonstrada no **quadro 08** logo abaixo.

**Quadro 08** – Organização das entrevistas

| Bloco | Público   | Quantidade   |
|-------|---|--|
| 1º    | Entrevista com professores (as) que exerceram função na escola da ilha de São José.   | 04 entrevistados   |
| 2º    | Entrevista com adultos que são pais das crianças foco da próxima etapa.               | 05 entrevistados dos dois públicos os quais foram aglutinados.   |
| 3º    | Entrevista com adultos que, quando crianças, passaram a infância na Ilha de São José. |  |
| 4º    | Coleta de desenhos e suas significações, com crianças de 03 a 14 anos de idade.       | 08 crianças fizeram 02 desenhos cada. 01 sobre o reassentamento Baixão e outro sobre a Ilha de São José. |

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

Cada entrevista aconteceu da seguinte maneira: primeiramente, o estabelecimento de vínculo e seleção dos entrevistados; depois, a coleta de dados pessoais e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); e em terceiro, diálogo gravado com perguntas do roteiro de entrevistas. Os diálogos foram gravados com gravador de voz portátil com a capacidade adicional de funcionar como alto-falante e transcrita de maneira fonética preservando a fala natural dos entrevistados.

<sup>13</sup> As entrevistas realizadas na pesquisa foram legalmente aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do norte do Tocantins (UNFNT).

O bloco de entrevista número 2 que se refere a entrevista com adultos que são pais das crianças foco da próxima etapa e o bloco 3 que se refere a entrevista com adultos que, quando crianças, passaram a infância na Ilha de São José foram aglutinados em virtude da descoberta de que estes pais de crianças público-alvo da pesquisa são adultos que passaram a infância na referida ilha. Na ocasião já foi dado seguimento as perguntas do roteiro de entrevistas do público em questão.

#### 4.3.1 Primeira Etapa

O 1º bloco de entrevistas foi realizado com professores que atuaram na ilha nos anos de funcionamento da escola Valdivino Paixão localizada na ilha de São José. De acordo com a secretaria de Educação de Babaçulândia, trabalharam na escola 06 professores. Destes, foram entrevistados 04 professores; número superior a metade possibilitando a análise. Além do mais, a quantidade entrevistada sendo menor do que a quantidade que trabalhou no local, evita o risco de sofrerem alguma represália por parte da sociedade e costumeiramente por órgãos superiores depois de explicitarem suas percepções sobre as políticas públicas direcionadas ao reassentamento e sociedade babaçulandense de modo geral.

As entrevistas foram realizadas no dia 08 do mês de maio de 2024. A Pesquisadora foi até o atual local de trabalho dos entrevistados, em dois períodos do dia (manhã e tarde), conforme a disponibilidade dos entrevistados. O acesso ao local foi possibilitado pela intermediação de um agente local também professor. Para tanto, 50% dos entrevistados são do sexo feminino e 50% do sexo masculino. A idade é de 47 a 55 anos. Em relação a atual profissão dos entrevistados, todos mantiveram a profissão sendo eles atualmente professores com atuação na rede municipal e estadual de ensino. Deles, um é remanescente da antiga Ilha de São José, ou seja, é filho(a) de ribeirinho e passou boa parte da sua infância e vida na ilha.

#### 4.3.2 Segunda Etapa

A segunda etapa da pesquisa foi realizada no dia 25 de maio de 2024 com intermediação de uma agente local e remanescente da ilha de São José. Foram realizadas entrevistas com os ribeirinhos que residiam na Ilha de São José quando criança e com os ribeirinhos que são pais ou responsáveis de crianças com idade entre 03 a 14 anos. Este público representa o 2º e 3º bloco de entrevistas proposto inicialmente. Os dois grupos foram aglutinados em razão de, no

momento do estabelecimento de vínculo e seleção dos entrevistados, perceber-se que os pais de crianças público-alvo da pesquisa também são adultos que passaram a infância na referida ilha.

Foram visitadas 4 famílias moradoras do reassentamento e entrevistadas 05 pessoas. 2 dos entrevistados são do mesmo núcleo familiar. A seguir, o **quadro 09** mostra a caracterização familiar dos entrevistados:

**Quadro 09** – Caracterização familiar dos entrevistados<sup>14</sup>

| Descrição | Qtd. Entrevistados | Renda familiar               | Per capita |
|-----------|--------------------|------------------------------|------------|
| Família 1 | 2                  | 1 a 2 salário-mínimo         | R\$ 470,66 |
| Família 2 | 1                  | ½ salário a 1 salário-mínimo | R\$ 156,88 |
| Família 3 | 1                  | Menos de salário-mínimo      | R\$ 176,50 |
| Família 4 | 1                  | Menos de salário-mínimo      | R\$ 141,20 |

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

Conforme apresentado no **quadro 09** em questão, a média da renda familiar dos entrevistados é de R\$1.412,00 e 50% das famílias recebem abaixo de 1 salário-mínimo, o que corresponde a R\$ 1706 reais atualmente.

Neste enredo, 75% da renda *per capita* das famílias ficou abaixo de R\$200,00 reais. Assim é possível inferir que estas famílias estejam inseridas em programa sociais como o Bolsa família, tendo em vista que no Brasil são inscritos no programa as famílias classificados em situação de pobreza e baixa renda com rendimento *per capita* de até R\$218,00 e meio salário-mínimo (atualmente no valor de R\$706,00), respectivamente (Brasil, 2024). O **quadro 10** abaixo revela as características individuais dos entrevistados.

**Quadro 10** – Caracterização dos entrevistados<sup>14</sup>

| Nome           | Idade        | Sexo | Passou a infância na ilha |
|----------------|--------------|------|---------------------------|
| Entrevistado A | 60 a 80 anos | M    | Sim                       |
| Entrevistado B | 60 a 80 anos | F    | Sim                       |
| Entrevistado C | 20 a 40 anos | F    | Sim                       |
| Entrevistado D | 40 a 60 anos | F    | Sim                       |
| Entrevistado E | 40 a 60 anos | F    | Sim                       |

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

<sup>14</sup> Foram criados nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos entrevistados.

Os ribeirinhos entrevistados tem faixa etária de 20 e 80 anos de idade. O gênero feminino representa 80% dos entrevistados e o masculino 20%. Todos os participantes revelaram ter vivido a infância na Ilha de São José, sendo justificado assim a aglutinação do público do bloco de entrevista 2º e 3º apresentado anteriormente.

#### 4.3.3 Terceira Etapa

A terceira etapa foi realizada com as crianças na faixa etária de 03 a 14 anos de idade. A pesquisa foi devidamente autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pais e responsáveis e pelas próprias crianças. A coleta aconteceu de maneira conjunta com 08 crianças no dia 16 de novembro de 2024 na residência de um dos moradores. O acesso ao local foi intermediado por uma agente local e acompanhado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Thelma Pontes Borges e Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho ambos os professores do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), que na ocasião faziam pesquisa direcionadas ao público adulto do Reassentamento Baixão.

De acordo pesquisa *in loco* e cadastro territorial correspondente à microárea 12 da Unidade Saúde da Família Dona Aldelice localizada em Babaçulândia – TO, no Reassentamento Baixão constam 08 crianças e adolescentes na idade foco deste trabalho como demonstrados no **quadro 11** a seguir.

**Quadro 11**– Caracterização das crianças entrevistadas<sup>14</sup>

| Nome    | Sexo | Idade |
|---------|------|-------|
| Noélia  | F    | 09    |
| Nara    | F    | 07    |
| Roberto | M    | 05    |
| Rosa    | F    | 11    |
| Daniel  | M    | 08    |
| Vitor   | M    | 07    |
| Elias   | M    | 12    |
| Alberto | M    | 07    |

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

Os infanto-juvenis apresentados no **quadro 13** acima estão distribuídos nas 08 famílias mencionadas. Ademais, crianças a serem entrevistadas são 38% do sexo feminino e 62 % do sexo masculino. O cronograma de atividades foi composto por duas etapas distribuídos assim:

Na primeira a elaboração de um desenho sobre seu cotidiano no reassentamento seguido pelas explicações dos sentimentos do desenho produzido.

A segunda etapa foi a elaboração de desenhos que expressem o que compreendem sobre a ilha de São José baseado no que já ouviram de seus ascendentes biológicos seguido pelas explicações dos sentimentos do desenho produzido. A atividade teve média de 03:00 h seguidas de duração. Os áudios foram gravados com gravador de voz portátil com a capacidade adicional de funcionar como alto-falante e transcrito de maneira fonética preservando a fala natural dos entrevistados.

Os desenhos e as suas significações serão analisados por meio do instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA) que é um método de investigação que analisa os afetos das pessoas em relação ao ambiente em que participam. A técnica foi construída por Bomfim (2010) em sua tese de doutorado em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e posteriormente publicado em 2023 pela Editora Imprensa Universitária. É considerando o aspecto intangível dos afetos, que a autora define os mapas afetivos como um método capaz trazer tangibilidade aos sentimentos e emoções do sujeito por meios de [...] imagens e palavras, pela formulação de sínteses ligadas aos sentimentos, ligadas de forma menos elaborada e de forma mais sensível” (Bomfim, 2023, p. 137). Dito de outro modo, os afetos são materializados e recebem o movimento de síntese do sentimento através dos desenhos, suas metáforas e da linguagem escrita dos indivíduos pesquisados.

O método de trazer materialidade aos afetos referencia-se na Psicologia Ambiental e Social. A psicologia ambiental por sua vez aparece no instrumento pelo viés de percepção ambiental da perspectiva histórico-cultural de Vygostsky (1991) em que compreende que as “percepções dos indivíduos são construídas a partir de suas experiências sensitivas, e são moldadas com referência no contexto histórico e cultural” (Paoli; Rumenos, 2020, p.7).

O instrumento sustenta-se, como dito anteriormente, na perspectiva histórico-cultural de Vygostsky (1991) e nos mapas cognitivos propostos por Lynch (1998). No primeiro, os afetos são considerados como elemento essencial do subtexto da linguagem sobre o objeto estudado, que no caso dessa pesquisa, é a expressão efetiva baseada nos desenhos feitos sobre como as crianças imaginam que seria sua infância na ilha de São José, de como é sua infância no Reassentamento e das verbalizações sobre os dois locais. No segundo, são considerados as percepções ambientais subjetivas dos indivíduos a respeito do objeto estudado. Lynch (1998) leva em consideração apenas os aspectos físicos e da identidade do pesquisado. Neste interim, Bomfim (2023) insere os aspectos simbólicos que mediam as relações dos sujeitos com os lugares (Cabral; Bomfim; Sousa, 2022).

No que concerne aos desenhos e metáforas, Bomfim (2023, p. 137) os descreve como “[...] recursos imagéticos reveladores dos afetos que, juntamente com a linguagem escrita dos indivíduos pesquisados, nos dão um movimento de síntese do sentimento”. Nessa via, os desenhos são a estimulação para materialização das emoções e sentimentos e a verbalização escrita traduz a dimensão afetiva do desenho. As metáforas são vistas como um recurso de síntese. São a verbalização das palavras que fazem a relação entre significados, qualidades e sentimentos atribuídos aos desenhos. Assim, “os desenhos e metáforas são elementos essenciais para tornar tangíveis os afetos. O **quadro 12** apresenta a definição dos elementos abordados na construção do mapa afetivo elaborado por Bomfim (2010).

**Quadro 12** – Processo de categorização para a construção dos mapas afetivos

|  |   |
|--|---|
| <b>Identificação</b><br>Nome:<br>Idade:<br>Sexo: |   |
| <b>Estrutura:</b>                                | Cognitivo quando participante foca o seu desenho em elementos do ambiente físico.<br><br>Metafórico quando o desenho está relacionando a uma comparação do ambiente com alguma outra coisa. |
| <b>Significado</b>                               | Explicação do participante sobre o desenho.   |
| <b>Qualidade</b>                                 | Características do desenho ou do objeto de estudo apontados pelo participante.  |
| <b>Sentimento</b>                                | Expressão afetiva do respondente ao desenho e a cidade.   |
| <b>Metáfora</b>                                  | Comparação do objeto de estudo com algo, que tem como função a elaboração de metáforas.   |
| <b>Sentido</b>                                   | Interpretação dada pelo investigador a articulação de sentidos entre as metáforas da cidade e as outras dimensões atribuídas pelo respondente (qualidade e sentimentos).                    |

**Fonte:** Bomfim (2023) | Organizado pela autora (2025).

Com efeito, em relação a aplicação do instrumento, solicita-se que o participante faça um desenho a respeito do objeto estudo. Em seguida, são realizadas algumas perguntas em relação a produção feita: a) Que sentimentos são vinculados ao seu desenho? b) Que palavras sintetizam teus sentimentos? Além das perguntas, são solicitados os dados pessoais (sexo, idade e escolarização).

Antes disso, a análise dos dados tem como base a análise de conteúdo dos desenhos, dos sentimentos e das palavras. Bomfim (2023) propõe analisar os desenhos de duas maneiras. Primeiro por meio da classificação dos conteúdos conforme os elementos propostos Lynch (1998) considerando caminhos, limite, Bairros, confluências e monumentos. Estes compõem a estrutura categorial cognitiva no qual o desenho do indivíduo é focado em elementos presentes no ambiente físico. O segundo, por meio da categoria estrutural metafórica em que os desenhos e seus significados fazem relação ou comparação do ambiente com alguma outra coisa.

A partir das categorias são formadas outras cinco unidades de catalogação observando a frequência de sentimentos que materializam significados aos objetivos propostos, a saber, “*contrastes*”, “*insegurança*”, “*agradabilidade*”, “*destruição*” e “*pertencimento*”. O **quadro 13** a seguir revela de maneira panorâmica os conceitos apresentados.

**Quadro 13** – Síntese de categorias (unidades de catalogação e estima de lugar)

| <b>Categorias estrutural</b> | <b>Unidades de catalogação das imagens dos desenhos</b>  | <b>Estima de Lugar</b> |
|------------------------------|--|------------------------|
| Cognitiva                    | <b>Destruição:</b> expressam experiências negativas vivenciadas no local. É compreendida como o oposto da Agradabilidade.                    | Despotencializadora    |
|                              | <b>Insegurança:</b> são os sentimentos que envolvem: instável, inesperado, às vezes negativo. É compreendido como o oposto ao Pertencimento. |                        |
| Metafórica                   | <b>Agradabilidade:</b> manifesta sentimentos positivos relacionados ao local identificado como mola propulsora da sensação de bem-estar.     | Potencializadora       |
|                              | <b>Pertencimento:</b> revela o sentimento de identificação e apego com o lugar.  |                        |
|                              | <b>Contrastes:</b> são os sentimentos, palavras e emoções opostos e contraditórios em relação ao lugar.                                      | Mista                  |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

Ademais, de acordo com Bomfim (2023, p. 2018) as categorias estruturais pertencem a três diferentes estimas de lugar e são expressões dos significados do lugar por meio dos afetos do participante. Ela é “como expressão das dimensões afetiva, de atração do lugar [...] e indicadora de um processo de apropriação dos habitantes, de identificação e de ação-transformação”. A saber, as estimas de lugar são: “*estima despotencializadora*”, que diz respeito à expressão do sofrimento do participante sobre o lugar; a “*estima potencializadora*” é a expressão da afetividade dos participantes sobre o lugar; a “*estima mista*” é quando “[...] a afetividade, de um modo mais amplo – não podem ser qualificados como positivos ou negativos.”

#### 4.4 Análise dos dados

Nesta subseção, será apresentada a maneira que os dados qualitativos coletados no decorrer da pesquisa foram analisados. Para tanto, foi utilizado a técnica de análise de conteúdo pautados nas ideias de Bardin (1977). A técnica de análise de conteúdo proposta pela autora constitui uma organização sequencial que segue três etapas: I) pré-análise, sendo o processo de organização e planejamento das ações prévias a serem tomadas durante o percurso da pesquisa. Nesta etapa também são definidos elementos norteadores do projeto como o levantamento de

hipóteses, objetivos gerais e específicos além do arcabouço teórico a ser utilizado. II) exploração do material onde os conteúdos encontrados na coleta de dados são analisados a partir de uma leitura flutuante, que consiste na leitura rápida das entrevistas. Em seguida, o material passa por processo de codificação e decodificação e enumeração de dados levando a fase de categorização dos elementos em grupos. E III) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação. Nessa fase são feitas as inferências e interpretações relacionando teoria e material coletado. No caso desta pesquisa as entrevistas, a fim de responder os objetivos gerais e específicos propostos inicialmente.

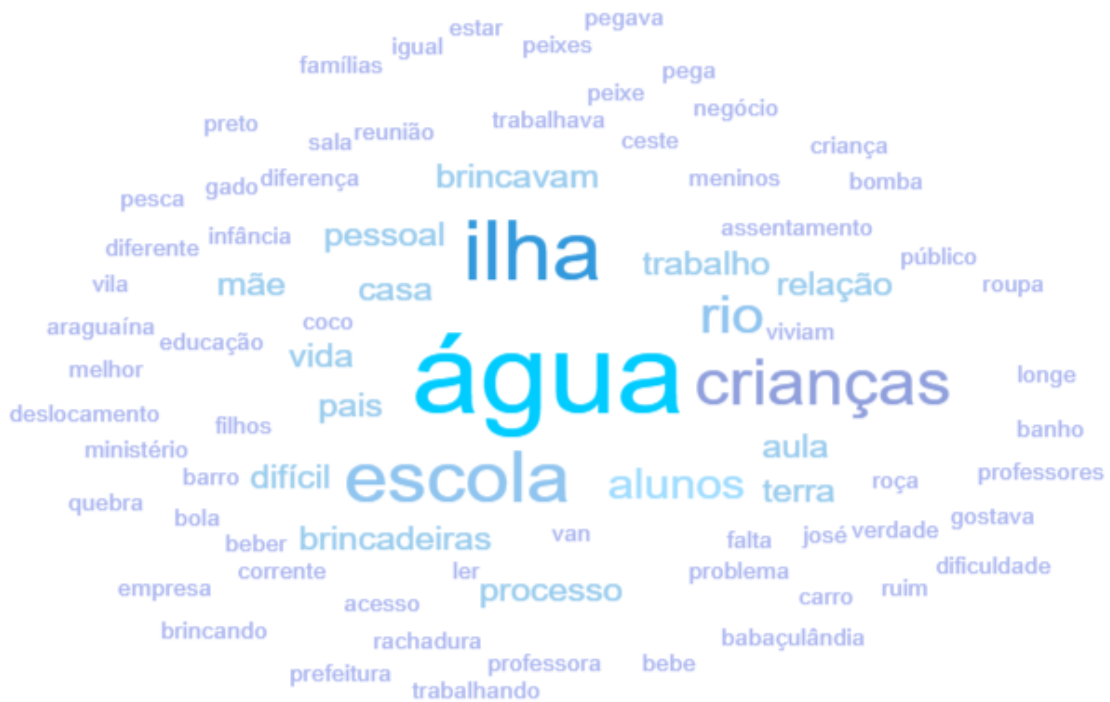
As entrevistas realizadas na coleta de dados compõem o *corpus* deste trabalho e a partir delas são realizadas as fases I e II da análise de conteúdo. Essa técnica possibilita analisar e quantificar as palavras viabilizando a interpretação do contexto em que palavra aparece. Ademais, juntamente com a técnica de análise de conteúdo, a utilização do software WebQda auxilia na construção de categorias temáticas e incidência de palavras mais frequentes durante as entrevistas chegando assim à nuvem de palavras. Além disso, a mencionada técnica busca compreender qual o significado por trás de cada contexto em que os entrevistados dialogam nas entrevistas (BARDIN, 1977).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 Categorização temática das entrevistas

Após a leitura flutuante do material, análise das entrevistas e organização de quadros, foi formada uma nuvem de palavras. A nuvem foi construída com material *corpus* da pesquisa (fala dos entrevistados) utilizando o *software* de análise qualitativa WebQda, como mostra a **figura 8** na sequência.

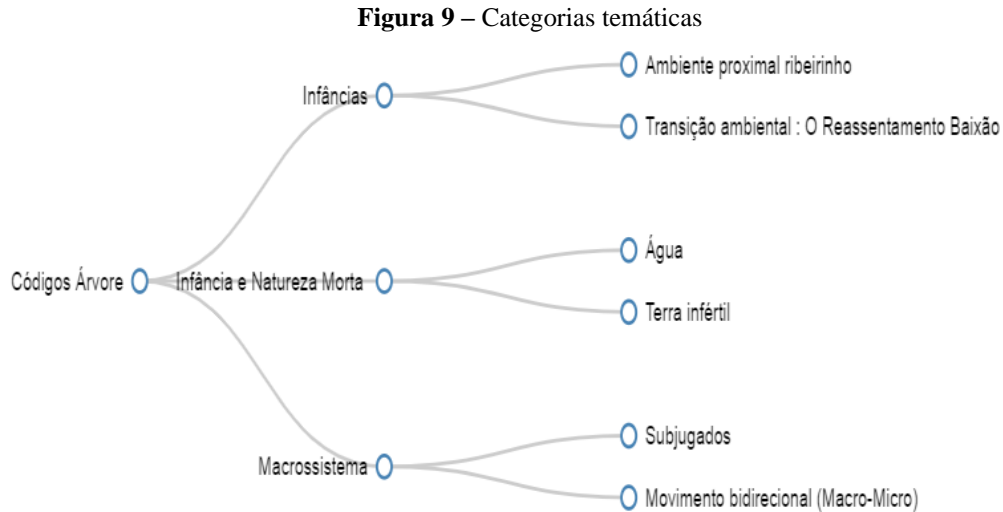
**Figura 8** – Nuvem de palavras das Falas dos entrevistados



**Fonte:** elaborado pela autora | WebQDA, 2025.

A nuvem de palavras é uma ferramenta que auxilia no processo de compreensão e de garimpagem daquilo que é relevante nas narrativas produzidas pelos entrevistados. Na **figura 8** é possível observar as palavras mais citadas direcionando o diálogo das entrevistas. Assim, as palavras mais frequentes foram “água”, remetendo a um dos maiores desafios enfrentados pelos reassentados que é falta de água potável na região; “escola”, “crianças” e “alunos”, remetendo a dificuldade de acesso à escola por diversos fatores; e “rio” e “ilha”, remetendo ao valor e importância que era dada a estes lugares.

Por conseguinte, a análise das entrevistas na exploração do material possibilitou organização dos assuntos em 2 categorias temáticas de análise os quais geraram 2 subcategorias cada conforme descrito na **figura 9** da próxima página.



**Fonte:** elaborado pela autora | WebQDA, 2025.

Assim, visualizamos na **figura 9** as categorias: (i) “*Infâncias*”, com as subcategorias Ambiente proximal ribeirinho e Transição ambiental: O Reassentamento Baixão; (ii) “*Infância e natureza morta*” englobando as subcategorias Água e Terra infértil; (iii) “*Macrossistema*” com as subcategorias Subjugados e Movimento bidirecional (Macro- Micro).

A primeira categoria temática “*Infâncias*” descreve como era a vivência das ribeirinhas e suas famílias no seu ambiente proximal que era a ilha, como era e é sua relação com o rio e qual a importância dele em seus hábitos cotidianos. Como são suas novas narrativas de vida no reassentamento após a mudança de ambiente. Nas duas subcategorias materializam-se os conceitos do microsistema proposto por Bronfenbrenner (1996) que trata da inter-relação entre a pessoa e o ambiente imediato em que vivem e a mudança social ocasionada pela transição ambiental compulsória sofrida. Neste caso, o modo como os ribeirinhos se relacionam com seu ambiente proximal, seus pares e também a maneira de o ambiente interferir com seu dia a dia, bem como foi a transição ambiental sofrida por eles ao serem deslocados para outro lugar e também como está sendo sua nova narrativa de vida no novo lugar de morada.

Dito isso, serão apresentados alguns recortes das entrevistas que permitem materializar as subcategorias analisadas, de igual modo como foi a transição ambiental sofrida por eles ao serem deslocados para outro lugar e como está sendo sua nova narrativa de vida no novo lugar de morada. A seguir serão apresentados alguns recortes das entrevistas que permitem materializar as subcategorias analisadas.

A primeira subcategoria **Ambiente proximal ribeirinho** descreve como era a vida dos ribeirinhos na ilha revelando qual valor e importância eram agregados ao rio e quais eram seus hábitos cotidianos. Aqui será descrito como era o microambiente das crianças ribeirinhas e como estas interagem com seu ambiente proximal em que viviam.

Na Ilha de São José era comum as crianças desde cedo aprenderam o manuseio com a terra e já iniciarem seu contato com o rio. Jonas trabalhou na ilha e foi um dos responsáveis pela implantação da escola Valdivino Paixão. Ele relata, no enxerto 1, como era a relação dos ribeirinhos com o rio e como as práticas culturais eram repassadas geração em geração:

O rio era tudo para eles, porque o rio eles tiravam o sustento, viviam do peixe, vendiam comiam, né, eles aprendiam desde cedo a pegar o peixe, não passava, não passavam fome e quando não tinha carne pegava o peixe no rio (...) (Jonas, enxerto 1 – entrevista cedida em maio de 2024).

Os hábitos cotidianos dos ribeirinhos giravam em torno daquilo que o rio podia lhes proporcionar. Daniela, nativa da ilha, conta como era a vida na ilha quando o rio enchia e eles tinham que se locomover para outro lugar:

(...) lá, no tempo das enchentes era assim, lá encheu quatro anos seguidos, [19]77, [19]78, [19]79 e [19]80. A De [19]80 foi a que banhou tudo mesmo, não ficou nada. Aí era assim, vazou hoje, amanhã já tinha um torrãozinho de terra, aí todo mundo já... Quem estava do lado do Maranhão, do lado do Tocantins, todo mundo já começava a arrastar bagagem pra trás de novo (...). (Daniela, enxerto – entrevista cedida em maio de 2024).

O relato de Daniela reafirma a maneira como o rio desenhava os hábitos dos moradores da ilha. O processo de encher e secar lavava o solo e o enchia de nutrientes naturais deixando a terra mais produtiva. O movimento de sair quando o rio enchia e voltar logo que ele começava a secar, demonstra o quanto eles gostavam e queriam morar na ilha. Vejamos como outra entrevistada descreve como era a relação com o rio e o que significava para eles: “Ah, era a vida deles, era a vida deles (...) O contato deles assim, é indescritível, era tudo” (Entrevista em maio de 2024).

O rio com sua dinâmica de encher e secar, nutria a terra para a plantação, direcionava quando e onde iam residir, era fonte de água potável, além de ser onde as famílias se divertiam. O rio era elemento essencial no cotiando dos ribeirinhos. Ele era a peça que impulsionava e fazia toda a engrenagem do ambiente proximal ribeirinho funcionar. Assim podemos observar que o rio era utilizado de diferentes maneiras. Assim, a seguir, o **quadro 14** revela as diferentes maneiras de utilização do rio.

**Quadro 14** – Maneiras de utilização do rio

| <b>Maneiras de utilização do rio</b> |                                  |
|--------------------------------------|----------------------------------|
| <b>Categoria</b>                     | <b>subcategoria</b>              |
| Fonte de alimentos                   | Água potável para consumo humano |
|                                      | Peixe para consumo e venda       |
| Meio de transporte                   | Alimentos                        |

|                |  |
|----------------|--|
|                | Pessoas  |
|                | animais  |
| Lazer do grupo | Brincadeiras em grupo e individual: pega-pega/nadar/bola |
| Uso doméstico  | banho  |
|                | Lavar roupa  |
|                | Lavar louça  |
|                | cozinhar   |
| Uso agrícola   | Adubagem da terra  |
|                | Irrigação do roçado                                      |
|                | Consumo animal   |

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

As crianças estudavam na escola mantida na ilha. A escola atendia no período matutino e vespertino o público de 1º ao 8º ano do ensino fundamental. Já no período noturno atendia o público do EJA – Educação de Jovens e Adultos. Os alunos utilizavam o rio como meio de transporte pois iam para a escola em embarcações da prefeitura ou particulares como relata o entrevistado a seguir:

Então as escolas, as crianças iam de barco. Oitenta por cento das crianças iam de barco. O barco era alugado, a prefeitura pagava o barco, dois barcos para conduzir seus alunos. Os lugares mais longe, eles iam de barco, de canoa, com os que moravam perto iam a pé” (...) (Jonas, enxerto 3 - entrevista cedida em maio de 2024).

O rio era utilizado como fonte de lazer das famílias. Ali eram realizadas brincadeiras em grupo e individual. Noêmia que nasceu, cresceu e teve filhos na ilha, descreve o prazer que era tomar banho no rio e como este era utilizado no dia a dia.

(...) Era bom demais, a gente tomava banho muito, era gostoso demais (...) Rum, era o dia todo, porque a gente pegava água no balde, né, para levar para casa, meio-dia já tinha feito muita viagem, meio-dia ia tomar banho, lavar roupa, à tarde também. E as três horas a gente ia banhar também (Noêmia, enxerto 2 – entrevista cedida em maio de 2024).

A respeito das brincadeiras: as crianças brincavam ao ar livre de diferentes maneiras. Eloisa morou e trabalhou como professora na escola Valdivino Paixão na ilha no período de funcionamento. Ela descreve um pouco de como eram as brincadeiras desenvolvidas na escola:

A gente...muito de futebol né, a gente tinha um campinho lá perto da escola e eles gostavam muito de brincar de futebol. É, a gente também desenvolvia aquelas brincadeiras antigas ali que a gente tinha um pátio, era tudo de areia em volta da escola, então a gente podia fazer pega-pega, dentro da sala de aula a gente desenvolvia as brincadeiras das cadeiras, né, ligavam um som e desenvolvia das cadeiras (Eloisa, enxerto 4 – entrevista cedida em maio de 2024).

A minha infância? Era essa vida de criança né, era brincando (...) Pega-pega no rio, banhando, brincando. ((risos)) (...) naquele tempo era macaco que *nós brincávamos*. De roda, essas coisas. Como que é. de macaco no chão. Essas coisas nós ficávamos brincando, né, jogar bola (...) (Noêmia, enxerto 5 – entrevista cedida em maio de 2024).

A partir dos diálogos de Noemia e Eloisa podemos entender que os hábitos cotidianos praticados pelos ribeirinhos são o que Urie Bronfenbrenner (1996, p. 37) chama de atividades molares sendo elas “[...]um comportamento continuado que possui um momento (quantidade de movimento, impulso) próprio e é percebido como tendo significado ou intenção pelos participantes do ambiente”.

Dito de outro modo, as atividades molares são os hábitos cotidianos que são formas de ligação e influência direta entre a pessoa em desenvolvimento, o ambiente e as outras pessoas envolvidas na situação. Assim, a pessoa em desenvolvimento sofre influência das pessoas que convive em seu ambiente proximal podendo assim ter indicadores de crescimento psicológico. No caso dos ribeirinhos, as crianças viam os pais pegando peixe no rio, plantar e colher para se alimentarem, aprendiam a executar as atividades e davam continuidade nas práticas sempre que necessitassem.

A segunda subcategoria categoria analítica intitulada **Transição ambiental: o Reassentamento Baixão** descreve como está sendo a infância das crianças no reassentamento Baixão. Aqui abordaremos as temáticas como acesso ao rio, brincadeiras praticadas pelas crianças atualmente no reassentamento e sua vida escolar. A subcategoria está pautada na ideia de Urie Bronfenbrenner (1996, p.22) de que “ocorre uma mudança ecológica sempre que a posição pessoa no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, ambiente ou ambos”. Vale ressaltar que ser humano passa por diversas transições físicas e ambientais ao longo da vida e essas são essenciais para seu desenvolvimento cognitivo, social e psicológico. Portanto, a transição que iremos tratar e aqui é em relação às mudanças do meio ambiente imediato ribeirinho e posteriormente como estas mudanças causam alterações nos outros níveis do ambiente ecológico.

A transição ambiental foi um momento difícil para os ribeirinhos. Segundo Regina, que viveu toda sua infância na ilha, a mudança compulsória “foi muito... triste. Foi bom não” (entrevista cedida em maio de 2024). Eloisa, que atuou como professora nos últimos anos letivos da ilha, descreve a tristeza dos moradores ao se despedirem da ilha e do rio no último dia de atividade da escola. No enxerto 7 ela diz:

Foi muito triste. Inclusive é, a gente se despediu da ilha em junho de dois mil e oito, em dois mil e nove, eu não me lembro mais direito, foi em uma... a gente fez uma quadrilha em junho, encerrou lá com a quadrilha. No outro dia a gente foi embora, né, foi o último dia que eu fui lá. Então assim, houve muito choro, foi muito triste sabe a despedida, porque era um papel crucial aquele rio, aquela ilha. (...)” (Eloisa, enxerto 8 – entrevista cedida em maio de 2024).

A despedida foi um momento difícil na vida dos ribeirinhos. No relato de Eloisa é possível notar que antes de acontecer a mudança, a possibilidade de deixar a ilha já causa angústia. O deslocamento abrupto ocasionou uma série de mudanças na esfera social e cultural das crianças e suas famílias. Após a transição, a adaptação em um novo local com novas realidades não foi diferente.

Lúcia morou na ilha por mais de vinte anos, foi professora na escola local e hoje trabalha em uma escola que recebe descendentes da ilha. Ainda relata, no enxerto 8, a dificuldade de adaptação das crianças e suas famílias no novo local de morada. No trecho, ela diz:

Quando foi para vir para cá para essa escola (...) que vê a escola é... como é o nome, meu Deus, é Valdino Paixão, que é a escola que eu trabalhei há muito tempo, que foi mudado de lá para cá, foi assim um impacto muito grande para eles se adaptarem com a região aqui, onde a gente tá hoje né(...). (Lúcia, enxerto 8 – entrevista cedida em maio de 2024).

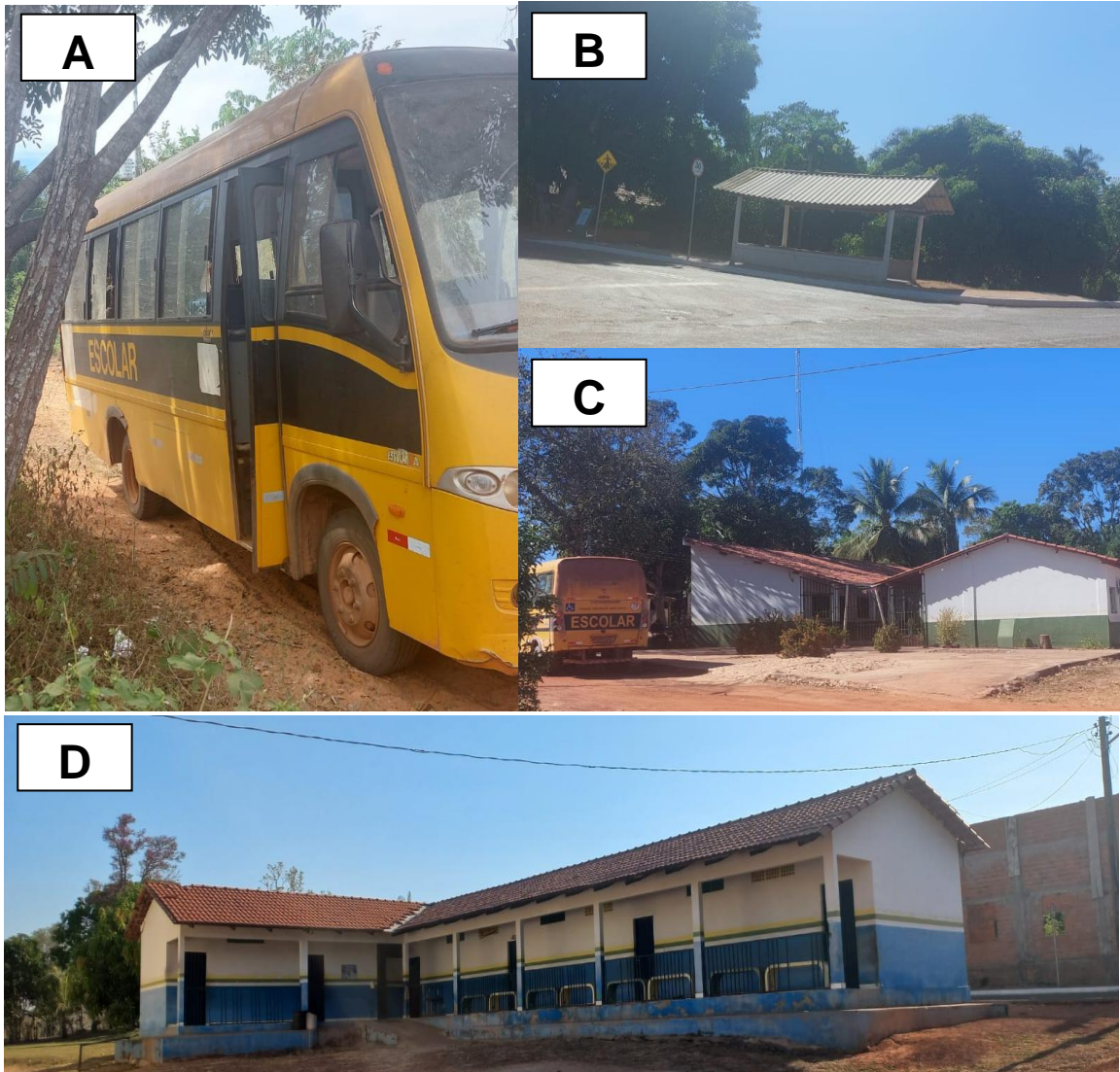
Outra mudança foi com relação ao transporte escolar. Na ilha, como dito anteriormente, os alunos que moravam mais perto iam até a pé para a escola os que moravam mais distante iam em barcos alugados pela prefeitura de Babaçulândia ou em embarcações particulares. Hoje, no reassentamento Baixão o transporte é feito por um ônibus escolar como relata Noêmia no enxerto 9:

Eu observo mais assim, é porque lá todos os dias eles iam para o colégio, aqui como tem essa van, nem dia que fica três dias, que a van quebra, é uma dificuldade para arrumar. Aí fica um dia sem ir para a aula, né? E lá não, lá a gente já... ia direto que era perto (...) inclusive assim, essa van o CESTE a colocou aqui um ano, aí só foi para rodar aqui dentro do Baixão, que ela... o CESTE deu uma van pro Baixão. Só que agora não é. Agora como tem as os meninos do que estuda lá na Babaçulândia, no estado, eles passam aqui seis horas, cinco e meia para pegar os meninos do estado e as crianças, para deixar aqui no... na, as crianças ficam lá até entrar aqui no colégio na Vila Corrente, sete horas. As crianças ficam lá (...) Na Vila, se tem criança que por exemplo que acorda três horas na madrugada para poder ir, por causa do... que não tem... (Noêmia, enxerto 9 – entrevista cedida em maio de 2024).

Como pontuou Noêmia, constantemente a van está com problemas mecânicos ficando impossibilitada de buscar os alunos. As faltas escolares acarretam diminuição na aprendizagem dos alunos. O transporte era feito por uma van que era exclusiva dos alunos do reassentamento

Baixão e passou a ser da comunidade em comum. O transporte faz a seguinte rota seguindo a ordem contida nas imagens da **figura 10** a seguir.

**Figura 10** – Transporte e rota dos alunos



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

A imagem “A” da **figura 10** mostra a van escolar que transporta os alunos. A van pega as crianças em toda a extensão do reassentamento. As crianças que cursam o ensino fundamental 1 e 2 são levadas para as escolas no povoado Corrente, mostrado na imagem “D”, e Barro Preto demonstrado na imagem “C”. As que cursam o ensino médio, disponibilizado em Babaçulândia, ficam no povoado Corrente no ponto mostrado na imagem “B” esperando uma outra van que vem com alunos da região do entroncamento com a mesma finalidade.

A meu mesmo, tem vezes que vai duas vezes na semana, quando vai é muito. Essa semana foi mais, porque não quebrou muito. Mas tem vezes que é duas, três vezes na semana, quando vai, porque quebra direto, direto. Aí falta. Aí como é que... O pessoal fica cobrando [[incompreendido]] como é que vai? Não vai de pé daqui pra lá. Ainda

vai daqui pra lá pra vila, pega outra van, e a gente vai. ...” (Regina, excerto 10 – entrevista cedida em maio de 2024).

Assim, os alunos não conseguem frequentar as aulas regularmente, o que possivelmente agrava ainda mais a qualidade do ensino e aprendizado deles. Para tanto, tais fatores deixam defasados os níveis educacionais inerentes a idade-série.

No sentido das brincadeiras, estas sofreram alterações significativas com a mudança de ambiente. Noêmia reflete a respeito das brincadeiras praticadas por suas filhas atualmente. Em um dos trechos “Não, as crianças meu mesmo não anda nem brincando acredita? Essas meninas minha, elas andam mais de bicicleta, é estudando” – entrevista cedida em maio de 2024).

Noemia também relata a falta de vontade e interesse em ir no lago que se formou após a construção da usina. No excerto 11 ela diz:

Não, que eu não sinto não, água parada também, sinto nem vontade, mas, parada, um gosto *vei* ruim de peixe, é ruim demais. Aí assim, muitos peixes que a gente tinha comia lá na ilha de São José, hoje não. Você não, não, não... eu nem vi mais depois que eu mudei para cá, não vi mais a pacu manteiga, né? Que lá era muita que tinha, nunca mais eu vi pacu manteiga, mandí é difícil, mas nós pegávamos lá. Então ficou difícil essa parte também né, do alimento do peixe. (Noêmia, excerto 11 – entrevista cedida em maio de 2024).

O Rio era parte essencial no cotidiano dos moradores que hoje não sentem vontade de tomar banho e/ou ter contato com o lago que se formou. O discurso de Noemia coaduna com estudo apresentado por Borges *et al.* (2025). Tais estudiosos analisaram as alterações no comportamento e estratégias diárias da vida cotidiana provocada pelas diferentes violências estatais advindas da construção da usina de Estreito. Entre outros, os pesquisadores observaram o sentimento dos moradores de Babaçulândia em relação ao Rio e o lago formado pela usina. De acordo com os autores “[...] o rio que vira lago e se torna uma ferida aberta e que não cicatriza [...]” (Borges *et al.* 2025, p. 14).

As especificidades materializam a transição ambiental apresentada por Bronfenbrenner (1996). O rio era o elemento gerador das atividades molares no ambiente proximal ribeirinho. Quando acontece a mudança abrupta de ambiente acontece uma cisão com o elemento aglutinador de afazeres a partir daí acontece uma mudança de função dos ribeirinhos no novo contexto social e pessoal. Dito de outro modo, a mudança de cenário do ribeirinho para um lugar distante da realidade em que estava acostumado viver resultou na alteração de suas atividades molares cotidianas.

A segunda categoria temática de análise **Infância e natureza morta** descreve os desafios relacionados a falta de água potável, terra improdutiva para plantação e a assistência

enfrentados pelas famílias atualmente e como estes fatores impactam a infância. O termo natureza morta coaduna com o conceito de terras e águas mortas apresentado pela socióloga Saskia Sassen. Para a autora, as ações políticas em associação com as ações das instituições privadas, resultam na expulsão de grupos populacionais de suas casas além de deixarem a terra e a água das localidades em estado de mortandade afetando assim o cotidiano das pessoas envolvidas com problemas de acesso a serviços básicos essenciais.

A categoria é construída a partir da noção de macrossistema em movimento apresentado por Bronfenbrenner (1996). Nele, o autor apresenta uma dinâmica no contexto ambiental do macrossistema. Esse movimento acontece quando há interferência política e/ou econômicas sobre os outros ambientes gerando um ciclo de problemas sem resolução que afetam diretamente o contexto do microambiente. Esse movimento podemos perceber inicialmente na primeira subcategoria “Água”. A falta de água potável é um problema que os moradores não imaginavam vivenciar. A falta frequente de água potável afeta diretamente todos os afazeres cotidianos dos moradores do reassentamento, que outrora eram acostumados com água de qualidade e em abundância. Vejamos o que relata Noêmia no enxerto 12.

Não, pra lá no rio era melhor para nós, agora aqui está na situação, hoje mesmo eu já recebi, que aí no grupo já tem um bocado de gente que não tem água, (...) tá sem água, nossa companheira dali, tem muita gente dizendo que não tem água, e a água que tá vindo, ela está salgada de novo. Eles... eles abriram ali dois poços já né, a empresa. Um não deu certo e está com outro está aberto, está funcionando, a água está funcionando (Noêmia, enxerto 12 – entrevista cedida em maio de 2024).

De acordo com Pitombeira (2018), ocorreram algumas tentativas do Ceste de regularizar a situação do grupo. A primeira delas foi a de represar a água do córrego Flecheira. O esforço não teve êxito pois o córrego tem seu volume de água baixo e o seu rompimento no período chuvoso impediu que a água fosse servida aos moradores. A segunda tentativa foi a perfuração de 26 poços artesianos, um em cada propriedade, e instalação de dois reservatórios de 1000 litros de água sendo um para consumo humano e outro para consumo animal. Os poços contavam com filtros e bombas hidráulicas e mediam entre 50 e 60 metros de profundidade. A tentativa também foi frustrada pois, devido à alta concentração de minerais no solo a água é considerada imprópria podendo causar problemas de saúde caso seja consumida.

A terceira tentativa foi o abastecimento diário de água por meio de carros pipas exceto aos domingos. Cada família recebia aproximadamente 1.300 litros de água para o consumo humano e 500 litros para o consumo animal. A água para consumo humano advinha do

reservatório de tratamento da empresa BRK Ambiental/Saneatins em Babaçulândia e a água servida aos animais vinha diretamente do reservatório sem tratamento.

De acordo com informações colhidas *in loco*, o Ceste construiu dois poços artesianos no reassentamento. O primeiro de 70 metros de profundidade e após estudos de viabilidade, foi perfurado outro poço de 178 metros de profundidade estando em funcionamento atualmente. A **figura 11** a seguir, mostra os poços artesianos, desativado e em funcionamento, e reservatório de água para distribuição nas residências.

**Figura 11** – Poço artesiano e reservatório de água no reassentamento Baixão



**Fonte:** Acervo pessoal da autora (2024).

Os poços artesianos construídos pelo Ceste estão localizados na sede da associação de moradores do Baixão que está localizada onde ficava a sede da Fazenda Baixão antes da vinda dos moradores da ilha. Na **figura 11**, a imagem “A” revela o poço em uso atualmente cujo a água considerada apropriada para consumo após análise realizada por um laboratório de Imperatriz- MA em 2011. Na imagem “B” observa-se o poço desativado. Segundo informações colhidas *in loco*, a água que sai do poço é bombeada para o reservatório de armazenamento apresentado na imagem “C” e em seguida é bombeada para as residências. O reservatório tem capacidade para 150.000 litros de água e funciona por meio de bombeamento hidráulico com uso de energia elétrica.

A respeito da distribuição de água, Noêmia argumenta que os moradores constantemente ficam sem água nas casas por causa de problemas técnicos no reservatório e quando o fornecimento regulariza a água que vem é muito salgada e não dá para consumir. Ela desabafa dizendo que “[...] a dificuldade daqui para nós é triste demais no assentamento, porque é, na semana atrasada aqui já ficou, faltou água na quarta-feira e veio ter água para nós no domingo[...]” e complementa “[...] hoje mesmo eu já recebi, que aí no grupo já tem um bocado de gente que não tem água, (...) tá sem água, nossa companheira dali, tem muita gente dizendo que não tem água, e a água que tá vindo, ela está salgada de novo [...]”.

As limitações de acesso a água potável exigem dos moradores do Baixão novas estratégias de sobrevivência no laboro diário. Adriana revela que cada um se “[...] vira como pode, vai buscar em algum córrego[...]”. Noemia completa que pega a água pra consumo “[...] pega na rua, por onde *nós andamos* [...]”. A seguir, são apresentadas imagens dos galões de água (**figura 12**) na residência de um dos moradores.

**Figura 12** – Galões de água



**Fonte:** Acervo pessoal da autora (2025).

Pela imagem referida e de acordo com informações colhidas *in loco*, os galões de água da **imagem A** são de 20 litros cada totalizando 60 litros. Os galões da **imagem B** são de 40 litros cada, totalizando 80 litros. Todos os galões juntos totalizam 140 litros. A moradora revela que, em períodos chuvoso, a quantidade é suficiente para uma semana no máximo. No entanto, quando é período seco é necessário repor duas vezes na semana.

Noemia conta que por um período, o Ceste distribuiu galões de água potável para as famílias, no entanto deixaram de fornecer. Veja o que ela diz no enxerto 13:

Mais atrás, uns dias atrás, quando nós reclamamos muito, eles colocaram... trouxeram água mineral para nós né. Aí eles fizeram análise dessa água e entregou essa água para nós dizendo que essa água era boa, e essa água não deu boas. Aí (...) fez uma análise de água particular e a água não deu certo, nós entramos no Ministério Público. Aí eles voltaram o galão de água mineral novamente, né. Aí cavaram outro poço aí, e está com essa água de novo aí. Só que ela... nós não bebemos dela (...) um dia eu peguei a bacia e coloquei o sabão e a água cortou todinha (Noemia, enxerto 13 – entrevista cedida em maio de 2024).

Diante desta descoberta, atualmente a água passou por uma nova análise realizada pela prefeitura municipal de Babaçulândia cujo resultado ainda não foi liberado. No relato anterior, é possível inferir que Noemia aponta outra queixa em relação a água. A água do poço além de inapropriada pra consumo devido sua quantidade de sal, não é boa para uso doméstico que necessite o uso de sabão como lavar louça e roupa. Norberto revela que em sua residência a água é servida apenas para os animais e que “[...] água daqui não cozinha, não ensaboa, não se usa pra beber [...]” e complementa dizendo que “[...] pra tirar sabão de roupa, basta manter a roupa lá onde tem ela e pronto, não tem mais sabão. Não tem sabão que segura[...]”.

A segunda subcategoria **Terra infértil** apresenta a dilema da baixa produtividade da terra enfrentada pelos moradores. Hoje eles acabam produzindo menos produtos que na ilha. Noemia argumenta que “[...] a diferença da ilha para cá, na ilha era melhor até a terra era melhor do que aqui”. Em outro trecho ela reflete que:

(...) a terra lá era mais fértil, era mais, tinha é, é, era mais barro do que aqui. Aqui é mais só é ((poá)), todas as coisas que estão de planta aqui são com adubo, lá não precisava né, a terra já era adubada, a terra era boa demais. Para plantio, até para criar gado, hoje em dia você, se você criasse cem gado lá, dentro de poucos alqueires, aqui você não cria, de jeito nenhum (Noemia, enxerto 14 – entrevista cedida em maio de 2024).

E dentro desta temática, a baixa produtividade da terra afeta diretamente a colheita do roçado. O solo do reassentamento precisar ser adubado, pois mesmo em período de chuva, a terra não conseguiu subsidiar as plantações. As famílias trabalham com plantio agrícola que envolve a plantação de mandioca, milho e criação de gado. A seguir, a **figura 13** apresenta a plantação de milho na residência de um dos entrevistados.

**Figura 13** – Plantação de milho na residência de um dos entrevistados



**Fonte:** Acervo pessoal da autora (2024).

A respeito do plantio e colheita de alimentos, Noêmia revela que “[...] aqui...aqui é pouco, não dá muito”. A venda dos excedentes também diminuiu haja vista antes vendiam muito e hoje apenas supri tão-só o consumo familiar. Segundo ela, “A gente vende algum litrinho em Babaçulândia, Araguaína, é assim [...]”.

Como dito em capítulos anteriores, a ilha dispunha de solo rico e repleto de um vasto babaçual que era matéria prima para variadas atividades extrativistas que garantiam o sustento de boa parte das famílias. A ilha era berço de várias espécies de peixes nativos da região. O pescado também garantia o sustento familiar tendo em vista que a ilha era composta por pescadores artesanais e profissionais.

No reassentamento, os moradores têm dificuldade de encontrar a matéria-prima para executar suas atividades como é o caso de Regina que desabafa que na região não tem muito coco e que no reassentamento “[...] não tem o que eu faço [[incompreendido]] de carvão. Pouco, pra cá não tem como na ilha tinha”.

As instituições governamentais em associação com empresas privadas realizam projetos que atuam expulsando populações inteiras de suas residências, a fim de construir mecanismos que atendam as demandas do setor energético movido pela dinâmica capitalista atual. Além de deixarem os moradores em estado de escassez de acesso a recursos básicos necessários e vulnerabilidade acabam causando mortandade das águas e da terra, o que altera drasticamente a biosfera planetária (Sassen, 2016).

Recentemente, em 15 de dezembro de 2023, foi promulgada a lei que institui a política nacional das populações atingidas por barragens (PNAB) que discrimina e estabelece os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB). Esta lei garante ao reassentado ser realocado em local com terras economicamente úteis após estudos de viabilidade agro econômica e ambiental do terreno pelo Comitê Local da PNAB.

Dito de outro modo, de acordo com a nova lei, a concessionária, por não possibilitar aos ribeirinhos acesso aos recursos naturais outrora acessados em seu local de origem, indica uma violação da medida migratória compensatória de cunho social apresentados na lei citada cabendo reparação pelos danos morais experienciados.

A terceira categoria temática intitulada “*Macrossistema*” descreve quais os instrumentos de domínio e força utilizados pela empresa responsável pela usina para tentar driblar os moradores do reassentamento de acessarem os seus direitos. Desse modo, a categoria também aborda a maneira que a alteração no microssistema ribeirinho modificou seu macrossistema e o seu movimento bidirecional.

A primeira subcategoria chama-se **Subjugados** e expõe a conduta do empreendedor frente aos processos de realocamento e solução de objeções levantadas pelos moradores do Baixão. O Ceste, enquanto empresa autorizada e financiada pelo governo federal para construir e administrar a usina, torna-se representante legal do Estado, no que diz respeito a política de tratamento aos atingidos, sendo responsável pelo estudo de impactos prévios, cadastro socioeconômico, pagamentos de indenizações e concessão de direitos.

A empresa foi responsável pela aquisição da fazenda onde parte dos ribeirinhos da ilha de São José foram residir, o Reassentamento Baixão. Logo na escolha do terreno, empresa se utilizou de artimanhas para induzir os moradores a escolher o local para morar. Os moradores argumentam que a terra foi apresentada em período chuvoso e que, apesar de terem visitado o local antes da compra, em momento algum foram informados sobre a problemática da falta de água potável e baixa produtividade do solo na região. Vejamos o que Noemia e Norberto dizem no enxerto 15 e 16 ordenadamente.

Vimos, só que quando nós vimos olhar aqui, quem vinha era só o meu marido que vinha, né, e isso aqui só era pasto, né, isso aqui só era pasto não era assim não, só era capim, né? Aí no caso eles fizeram até um mapa, a empresa fez um mapa dizendo que aqui tinha o tinha o como é que se chama, onde tem água gente, os córregos né, que não secava, né? Só que, acho que eles fizeram aquele mapa no inverno (...) Mas aqui não tem água, não tem, só tem no inverno (...) (Noêmia, enxerto 15 – entrevista cedida em maio de 2024).

[...]Vimos pra cá, na época tinha muita água, andamos por aí tudo debaixo de chuva, tinha muita chuva. Nesse mês estava chovendo muito, estava boa, a terra. Firmemos

nessa aqui, eles foram e compraram do fazendeiro”. (Norberto, enxerto 16 – entrevista cedida em maio de 2024).

A partir dos relatos apresentados é possível inferir que a empresa se utilizou de estratégias com objetivo de induzir a escolha dos ribeirinhos. Segundo os moradores, a administradora produziu mapas do terreno, expuseram que havia córregos que não secavam e apresentou o terreno em período chuvoso. Passado o período de chuva e instalados na nova localidade, os moradores se depararam com adversidades inesperadas.

De acordo com o MAB (2013), no período de construção da usina, a ausência de leis específicas deu lugar para cada empreendedora do segmento aplicassem suas políticas de tratamentos aos atingidos, ou seja, as populações atingidas ficam à mercê de seu alçoz e pouco são consideradas no processo. No caso dos agora moradores do Baixão subjugados pelo Ceste, iniciou-se um embate na busca por soluções aos problemas inesperados encontrados no novo local de morada.

Entre uma denúncia e outra ao Ministério Público após a construção dos poços artesanais, está a falta constante de água. Os moradores evidenciavam a falta de água para o Ministério Público por meio de fotos da parte de dentro do reservatório mostrando o baixo ou nenhum nível da água. De acordo com Noemia, “[...] quando esse reservatório secava, ele ia lá, tirava foto, né, e falava pro Ministério Público, pois eles foram lá, trancaram e agora não consegue mais abrir”. A figura a seguir (14) revela a tampa do reservatório de água trancada com um cadeado pelos representantes do Ceste.

**Figura 14** – Tampa do Reservatório de Água



**Fonte:** Acervo pessoal da autora (2024).

A atitude dos representantes do Ceste trancarem à cadeado a tampa do reservatório impedindo os moradores de ver o nível da água, é compreendido como uma tentativa de silenciar e impedir a busca pelo direito básico de acesso ao recurso natural água. Como mencionado, a água vinda dos poços não é apropriada para consumo, os moradores argumentam

que apesar da empreendedora querer enfiar a água “**goela abaixo**” da população, os próprios representantes da empresa não consomem a água quando participam de reuniões no reassentamento. Vejamos os relatos dos moradores nos enxertos (17) e (18):

Um dia um veio dizer na minha cara aqui, que todas as reuniões que eles vinham fazer eles bebiam dessa água. Eu disse: "Eu só acredito vendo." Falei bem na cara dele.(...) Não bebem coisa nenhuma. Não molha nem as mãos. (...) Eles trazem é a caixa de água mineral pra beber. E tem coragem de dizer pra gente... Eu disse pra ele, na cara dele. (Norberto, enxerto 17 – entrevista cedida em maio de 2024).

[...] porque esses dias o (...) que é o que manda lá, nas vezes que ele veio aqui, eu discuti com ele aqui foi muito, que eu até passei mal. Ele não tem educação, ele. Ele queria que nós recebêssemos essa água, eu disse “essa água não presta”, “ah, porque ((não tem outra)) e vocês bebem ela”, ele não a bebe aqui. (...) ele veio aqui entregar com maíus ignorância (Noêmia, enxerto 18 – entrevista cedida em maio de 2024).

Os poucos direitos concedidos a população até o momento foram por meio de muitas lutas e reivindicações. No enxerto anterior é possível observar a maneira de tratamento utilizada pelos representantes da empresa para resolver os problemas levantados pelos moradores. Eles não levam em conta os argumentos e reclamações levantados pela população e se utilizam de um diálogo unilateral por meio de um tratamento de silêncio na tentativa de obter o controle da situação. Veja o enxerto 19 a seguir:

Do CESTE. **Ele me bloqueou porque ele queria que nós bebêssemos essa água**, e quando foi um dia eu peguei a bacia e coloquei o sabão e a água cortou todinha. Aí eu mandei um áudio para ele, que nós não íamos beber aquela água não, e **ele foi me bloqueou né**, ele zangou porque eu falei aquilo, (Noêmia, enxerto 19 – entrevista cedida em maio de 2024).

O mesmo tratamento é utilizado em relação a documentação das chácaras no reassentamento. De acordo com o Plano de Remanejamento Populacional elaborado pelo Ceste como medida migratória, a empreendedora assumiria as despesas de escrituração e registro do lote no reassentamento no prazo de cinco anos após a usina entrar em operação. Hoje, 14 anos após, os moradores ainda reclamam da falta da legalização do título. Segundo os moradores, os representantes quando questionados, “[...] eles não dizem nada não [...]”. Tal entrave impede que os moradores busquem oportunidades de financiamentos bancários a fim de tentar sanar os problemas da produtividade do solo e da falta de água.

Isto posto, a empresa dispõe de um discurso que invalida o modo de vida ribeirinho. Os representantes da empresa partem da ótica de que os ribeirinhos da ilha tinham uma qualidade de vida questionável pelo simples fato de não terem energia elétrica em suas residências e

distarem a aproximadamente quatro horas da cidade. Veja o relato (enxerto 20) de um morador a respeito de uma audiência no Ministério Público com um dos representantes do Ceste:

(...) o Ministério Público teve uma reunião com o (...) representante lá do CESTE né, lá da empresa, que ele veio aqui e queria que nós recebêssemos a água sem água está boa, né? Aí (...) fez uma análise particular, né, e jogou no Ministério Público. Aí teve a... naquele tempo era online por causa da COVID, né, (...) aí o rapaz do Ministério Público falou pro (...) foi ele mesmo, ele alegando que o **peçoal morava na ilha e não tinha energia, passava é três horas, quatro horas pra chegar na cidade**. Aí o homem do Ministério público perguntou assim pra ele, não, **mas lá era gosto deles, era gosto deles. Eles saíram de lá foi porque vocês tiraram**. (Noêmia, enxerto 20 – entrevista cedida em maio de 2024 – grifo nisso).

E a partir desses relatos, segundo Zhouri *e cols.* (2011), a terra tem significados diferentes sendo interpretada de acordo com o interesse de cada grupo. É notória a disparidade de significado da ilha de São José para ambos os lados – empresa e população. Dessa maneira, enquanto para a população ribeirinha a terra significa o local onde são realizadas atividades que são fonte de renda familiar e comunitária, e como patrimônio coletivo de memória. Para os empreendedores do setor elétrico, a terra é vista como mercadoria de troca e venda, e as populações são entendidas como empecilhos para o desenvolvimento regional.

Considerando o exposto, é plausível ressaltar que as comunidades ribeirinhas até querem ter acesso a alguns recursos tecnológicos no seu dia a dia. O que eles não querem é ter que abandonar seus modos de vida em função da geração de lucros para os grandes empreendimentos. No caso dos nativos da ilha de São José, eles estavam na ilha porque queriam e gostavam de viver lá, no entanto foram expulsos pela expansão do setor energético brasileiro.

A segunda subcategoria – **Movimento bidirecional (Macro- Micro)** – relação de causa e consequência entre os contextos macrossistema (influência governamental) e o macrossistema (ambiente proximal ribeirinho). A força política por meio de projetos como a construção da usina produz ações que impactam diretamente o modo de vida das populações envolvidas.

Os ribeirinhos da ilha de São José enquanto população remanejada de seu habitat natural, sofreu uma transição ambiental afetando o ambiente proximal ocasionando a alteração de suas atividades e práticas sociais tradicionais. As alterações sofridas são sentidas em diferentes esferas como: contato com rio, sustento familiar, práticas sociais e culturais, acesso a recursos naturais como água potável e solo frutífero pontuados anteriormente.

Os empreendimentos hidrelétricos causam transformações no ambiente físico e biótico dos locais atingidos. Além da ruptura nas maneiras em que os atores envolvidos vivem e

interagem coletivamente. Desse modo, O espaço físico social e econômico é transformado a partir do deslocamento e realocação da população afetada. Assim, novas estruturas sociais são formadas e outras modificadas (Acsegrad; Silva, 2011).

As modificações do ambiente imediato são observadas e sentidas na pele pelos moradores restando apenas a saudosa lembrança dos dias vividos na terra de origem. Percebam o que uma moradora relata exposto no enxerto 21:

Isso que a gente acha a diferença, assim, que é diferente mesmo. Você vivia tranquilo, dentro do rio, pescando, plantando roça, era plantando coco, morava mesmo dentro do cocal. Eu mesma criei meus filhos quebrando coco pra comprar as coisas pra dar de comer (...) era dentro do cocal. Quebrava coco e vendia, comprava coisa e... Pagava uma coisa, fazia outra e... Bom demais. Melhor do que aqui, que [[incompreendido]]. Eu mesma, agora não faço mais nada não. Um tempo desse inventei de quebrar uns cocos aí, passei não sei quanto tempo com as pernas dormentes, não aguentava nem caminhar. Mas quebrei o dia todinho... (Daniela, enxerto 21 – entrevista cedida em maio de 2024).

Nesse segundo trecho, outra moradora (enxerto 22) descreve a diferença no convívio social e cultural experienciado atualmente pelos moradores do Baixão. Segundo ela, a realidade dos moradores hoje é bem diferente devido as novas práticas sociais inseridas no ambiente individual e familiar deles. Ela diz:

Muito diferente, eles...não é igual não, é diferente. Porque eles já se misturaram com outro tipo de pessoas né, outros convívios diferentes (...) A diferença é porque aqui hoje, é, lá eles não tinham o que tem aqui hoje né? Aqui tem, cada um hoje tem o seu celular, tem internet na sua própria casa. Aí eles têm, ao invés de eles estar conversando, é, pessoalmente, eles vão conversar mandando mensagem (...) É... porque o celular tem é influído muito na... no psicológico das crianças. As crianças hoje, elas, a gente está falando com eles, eles estão muito desatentos, lá eles eram mais atenciosos para aprendizagem então mudou totalmente o estilo de vida né, pensamento, né, (...) (Lúcia, enxerto 21 – entrevista cedida em maio de 2024).

Uma vez que o ambiente coletivo do indivíduo sofre modificações a partir do convívio com outras práticas sociais, o próprio indivíduo sofre essas influências e passa a ter seus costumes hábitos alterados ou modicados. No trecho anterior, Lúcia narra a mudança no estilo de vida dos moradores no Baixão. Segundo ela, o ambiente tecnológico em que foram inseridos de maneira desordenada mudou o comportamento das crianças e jovens deixando-os mais desatentos. A alteração das atividades que faziam antes pelas que praticam hoje não substituem o que o ambiente da ilha representava na vida deles sendo comum sentirem saudades ou pensar em voltarem se tivessem oportunidade. Além disso, veja o que outros moradores relatam no enxerto 22 na sequência:

Gosto. É onde fui criado foi lá. Saudade porque na ilha não tem água mais... Só olhar lá pra direção onde era e pronto(...) eu sinto falta, que não posso ir lá fazer nada [[risos]] ... Se pudesse voltar eu voltaria. A gente sente falta de tudo, lá é tudo diferente daqui. (Norberto, enxerto 22 – entrevista cedida em maio de 2024).

Eu escolho, eu ia lá para a ilha novamente de novo, porque o problema é a água, nós ia para onde tinha água. ((risos)) Ah é, a gente não ia ficar dessa maneira que está não, né? (Noêmia, enxerto 23 – entrevista cedida em maio de 2024).

Devido a transição de ambiente, o modo de vida dos ribeirinhos sofreu uma brusca mudança nas esferas sociais, econômicas, ambientais, comportamentais e culturais. Assim, o **quadro 15** a seguir sintetiza a mudança na vida dos ribeirinhos antes e depois da expulsão pela construção da hidrelétrica de Estreito.

**Quadro 15** – Transição ambiental ribeirinha

| Sistemas      | Infância Ribeirinha  | Infância Ribeirinha Mutilada   |
|---------------|--|--|
| Microsistema  | <p><b>Dimensão afazeres domésticos</b> - acompanha a família na lida diária de lavar roupa, cozinhar.</p> <p><b>Dimensão Sustento</b> – pesca, barco, plantação e colheita de alimentos.</p> <p><b>Dimensão lazer</b> – brincadeiras no rio, longe do capital e das interferências da internet, rio perto de casa.</p> | <p><b>Dimensão Sustento</b> – ausência de barco e pesca, diminuição da plantação e colheita de alimentos de alimentos</p> <p><b>Dimensão lazer</b> – ausência de brincadeiras no rio – proximidade do capitalismo e seu fomento, inferência da internet, rio distante de casa.</p> |
| Macrossistema | <p><b>Dimensão cultural</b> – práticas culturais de manuseio da terra e crenças e costumes a respeito do lugar, do rio e de seus antepassados.</p> <p><b>Dimensão políticas públicas</b> – ausência de projeto voltados para a infância no ato da mudança de ambiente.</p> <p><b>Economia da comunidade</b> -</p>      | <p><b>Dimensão cultural</b> – rompimento das práticas culturais, crenças e costumes ribeirinhos.</p> <p><b>Dimensão políticas públicas</b> - ausência de projeto voltados para a infância no reassentamento.</p>   |

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025).

O **quadro 15** revela as alterações na infância ribeirinha no âmbito do microsistema, mesossistema, macrossistema resultando em uma infância ribeirinha mutilada com as percas significativas e que afetam os princípios do cerne ribeirinho. No microsistema, a criança acompanhava os pais nos afazeres domésticos, a família tinha um sustento digno garantido, tinha lazer com brincadeiras saudáveis sem interferências do contato potencialmente adoecedor da internet e dos anseios capitalistas predatórios. Na nova realidade, a infância sofre uma cisão com interferências negativa da internet, ausências de brincadeiras no rio, pois este já não está mais ao alcance de seus olhos, além da ausência da pesca e diminuição da plantação e colheita de alimentos o que outrora garantiria os sustentos familiares.

Esses sistemas modificam a dimensão cultural da identidade ribeirinha descrita no macrossistema. Portanto, o rompimento das práticas culturais, crenças e costumes comuns e essenciais do modo de vida ribeirinho são modificados.

## 5.2 Crianças Narradoras

O presente capítulo apresenta os resultados colhidos após a leitura flutuante do material, análise dos desenhos das crianças e suas significações. Neste espaço as crianças são as protagonistas de suas histórias e narram, cada uma a seu modo, por meio de desenhos e explicações, suas experiências cotidianas. O resultado se forma partir de duas subdivisões. O primeiro apresenta 08 mapas afetivos com as narrativas das crianças sobre seu dia a dia no reassentamento Baixão; o segundo apresenta 08 mapas afetivos os quais revela quais percepções elas têm sobre ilha de São José baseado no que seus pais, avós ou responsáveis contam e finaliza com as análises estatísticas complementares dos 16 mapas.

### 5.2.1 Narrativas sobre Infância no Reassentamento Baixão

Nesse subcapítulo serão apresentadas a análise qualitativa dos mapas afetivos produzidos pelas crianças sobre o espaço em que vivem e o que experenciam em seu dia a dia. O subcapítulo está pautado no conceito dos contextos ambientais de Bronfenbrenner (1996). Para tanto, reconstitui pela ótica das crianças, o seu microambiente, o ambiente imediato compartilhado com seu núcleo familiar constituído por pais e irmãos; e o mesoambiente, o ambiente em que revela a relação do micro e mesoambiente. Dito de outro modo, sua relação com a escola, os vizinhos e meio de transporte escolar.

A análise dos desenhos e suas significações possibilitou organizar a percepção das crianças nas categorias a seguir: “*contrastes*”, “*insegurança*”, “*destruição*” e “*agradabilidade*”, conforme apresentado anteriormente. Na sequência, visualiza-se o detalhamento dos mapas afetivos.

### 5.2.1.1 Contraste

A categoria contraste contou com três desenhos relacionados ao cotidiano das crianças no reassentamento Baixão. Os sentimentos recorrentes nos mapas foram “alegria”, “união”, “tranquilidade”, “paz”, “convivência” e “tristeza”.

**Figura 15** – Representação 1 | Contraste



**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025)

**Quadro 16** – Síntese do desenho 1 | Contraste

|   |  |
|---|--|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Roberto<br>Idade: 05<br>Sexo: masculino |  |
| <b>Estrutura:</b>   | Cognitiva  |
| <b>Significado</b>  | Um conflito de sentimentos entre gostar de onde vive, gostar da escola e o desafio de ter que acordar de madrugada para esperar a van escolar.   |
| <b>Qualidade</b>  | “Desenhei uma casa e a serra e a cancela lá de casa e a van que vou pra escola. É muito bom ir na van. Fiz esses dois desenhos por que moro na casa e vou pra escola na van”.  |
| <b>Sentimento</b>   | Alegria, união e tristeza  |
| <b>Metáfora</b>   | “eu gosto da escola. Só que eu acordo 05:00 da manhã e a van passa 5:30 pra me levar pra escola.”  |
| <b>Sentido</b>  | O autor demonstra ter apreço pelo ambiente em que vive desenhando elementos do ambiente em que vive e estuda, , no entanto, direciona sentimento de tristeza ao revelar que acorda de madrugada para esperar a van escolar que o leva para a escola. |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

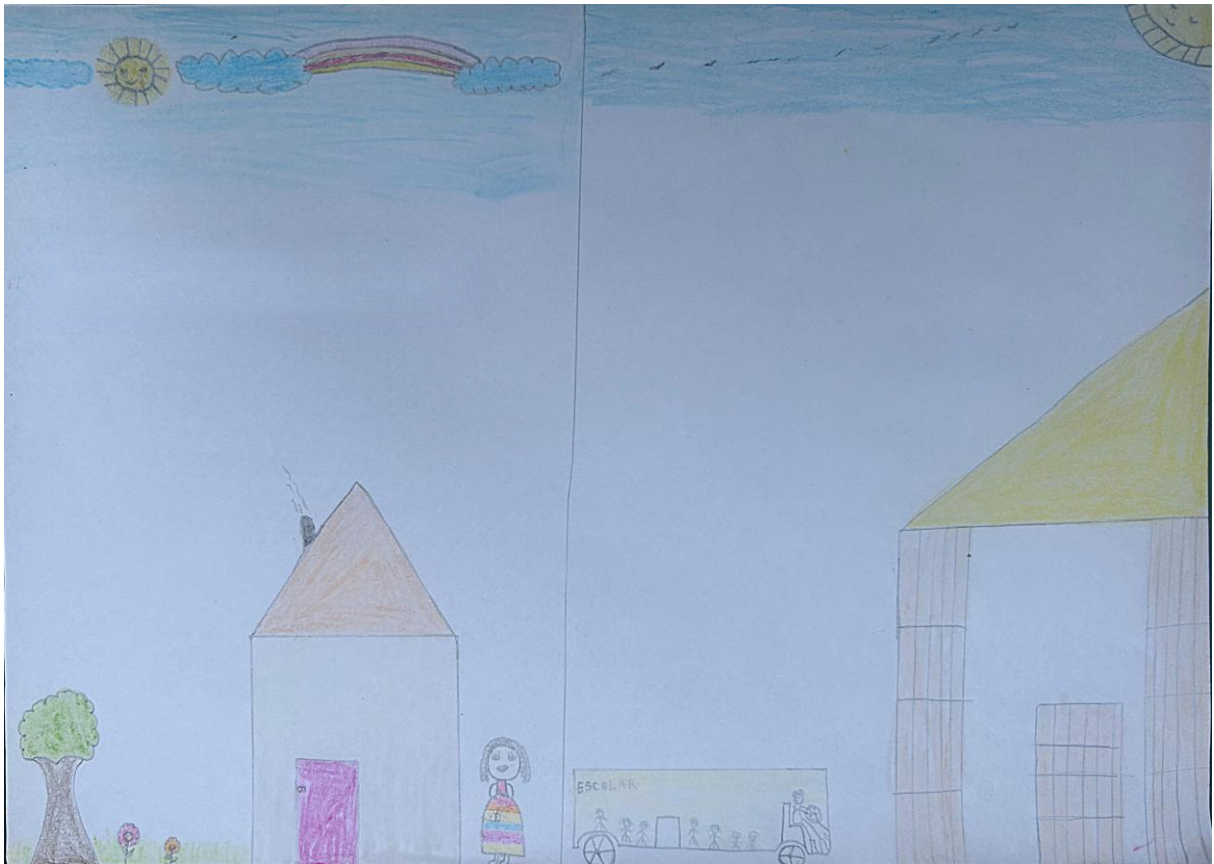
**Figura 16** – Representação 2 | Contraste

**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025)

**Quadro 17** – Síntese do desenho 2 | Contraste

|   |  |
|---|--|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Vitor<br>Idade: 07<br>Sexo: masculino |  |
| <b>Estrutura:</b>   | Cognitiva  |
| <b>Significado</b>  | Sentimentos contraditórios em relação ao trajeto e transporte de ida e volta para a escola.  |
| <b>Qualidade</b>  | “Desenhei isso aqui que é quando eu vou pra escola. A estrada e o mato quando eu vou esse é o cavalo que eu tenho o curral o pé de mamona cachorra”.   |
| <b>Sentimento</b>   | Tranquilidade, convivência, tristeza.  |
| <b>Metáfora</b>   | “A van leva todos os dias só que algumas vezes ela quebra. Só quando está no tempo de chuva que ela é ruim pra andar um pouco porque cria lama e tem buraco e os carro atola a van da escola já atolou algumas vezes.”   |
| <b>Sentido</b>  | O contraste pode ser percebido pois apesar de gostar do trajeto de ida e volt para escola, infelizmente sente-se frustrado pelo fato da estrada ficar intransitável em períodos chuvosos causando o atolamento da van escolar e impossibilitando a ida a escola. |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

**Figura 17** – Representação 3 | Contraste

Fonte: Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 18** – Síntese do desenho 3 | Contraste

|   |   |
|---|---|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Rosa<br>Idade: 11<br>Sexo: feminino |   |
| <b>Estrutura:</b>   | Cognitivo   |
| <b>Significado</b>  | Sentimentos positivos em relação sua casa e escola e negativos em relação ao transporte escolar utilizado.  |
| <b>Qualidade</b>  | “Eu desenhei minha casa as árvores, as flores eu desenhei o céu um sol as nuvens um arco iris. Eu desenhei a van nos indo para escola”.                             |
| <b>Sentimento</b>   | Paz, tranquilidade, convivência   |
| <b>Metáfora</b>   | “Eu gosto da escola. Lá eu aprendo as coisas. No começo do ano a van quebrava quase todo dia, mas agora ela quebra lá uma vez só de vez em quando.”                 |
| <b>Sentido</b>  | O mapa revelou um conflito existente entre gostar de sua casa, escola, no entanto revela insatisfação em relação ao transporte escolar utilizado para ir à escolar. |

Fonte: Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

Os mapas apresentados foram de ordem cognitiva sendo o desenho focado em elementos que compõem o ambiente físico. Neles, as crianças expressaram apreciar o convívio familiar desenhando suas casas e plantas existentes em seus quintais. Expressaram gostar de ir para a escola, da paisagem no trajeto e do momento compartilhado com colegas no percurso até o local. No entanto, relatam não gostarem dos episódios em que a van quebra e ficam sem aula,

no período de chuva a estrada fica enlameada fazendo que a van quebre ou fique atolada. Outro apontamento observado é o fato de ter que acordar pela madrugada para esperar o transporte escolar que faz o trajeto do Baixão até a escola<sup>15</sup>.

#### 5.2.1.2 Insegurança

A categoria insegurança contou com apenas um desenho e demonstra vulnerabilidade do autor em relação a fatos relacionados ao cotidiano no reassentamento Baixão. As palavras usadas para materializar os sentimentos expressos na imagem foram “*convívio familiar*”, “*reconhecimento*”, “*perigo*” e “*medo*”.

**Figura 18** – Representação | Insegurança



**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

---

<sup>15</sup> Percurso mostrado na página 81.

**Quadro 19** – Síntese do desenho | Insegurança

|  |   |
|--|---|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Daniel<br>Idade: 08<br>Sexo: masculino |   |
| <b>Estrutura:</b>  | Metafórico  |
| <b>Significado</b>   | Sentimento de um acontecimento negativo inesperado.   |
| <b>Qualidade</b>   | “Eu desenhei uma casa, uma árvore, um caminhão e o sol. O caminhão é do amigo da minha vó o nome dele é Neto”.  |
| <b>Sentimento</b>  | Convívio familiar, reconhecimento, perigo, medo.  |
| <b>Metáfora</b>  | “A casa é da minha avó, mora eu meu vô minhas 2 irmãs e só. Eu desenhei o caminhão porque o dono dele nos ajudou a apagar um fogo lá na nossa casa”.  |
| <b>Sentido</b>   | A insegurança vista no mapa pode ser percebida pela vulnerabilidade do risco de queimadas percebido pelo autor do desenho. Para tanto, demonstra gratidão pela ajuda do amigo de sua avó, no entanto expressa insegurança e medo com o perigo eminente. |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

A análise do mapa indica que a criança narradora gosta do convívio com o núcleo familiar que está inserido e do local que mora. O autor demonstra sentir gratidão pelo amigo de sua avó por tê-los ajudado a apagar o fogo na residência deles. A partir dos impressos colhidos *in loco* durante a coleta de dados, é possível inferir que a criança se sente insegura em relação a acontecerem queimadas, tendo em vista que, a região é seca e dispõe de pouco recursos hídricos.

### 5.2.1.3 Agradabilidade

A categoria agradabilidade contou com quatro produções envolvendo a temática apresentada. Os sentimentos que mais apareceram foram: “felicidade”, “tranquilidade”, “amizade” e “união”.

**Figura 19** – Representação 1 | Agradabilidade

**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 20** – Síntese do desenho 1 | Agradabilidade

|   |  |
|---|--|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Noélia<br>Idade: 09<br>Sexo: feminino |  |
| <b>Estrutura:</b>   | Cognitivo  |
| <b>Significado</b>  | Sentimentos positivos em relação ao ambiente que compartilha com sua família e amigos.   |
| <b>Qualidade</b>  | “Eu fiz a minha casa, a árvore com frutas, as flores, o sol, as estrelas, as nuvens e o arco-íris, eu brincando com minha amiga, a van e a escola”.  |
| <b>Sentimento</b>   | Felicidade e tranquilidade.  |
| <b>Metáfora</b>   | “A van sai da escola e vai para o Barro Preto levando os alunos. A escola é boa”.  |
| <b>Sentido</b>  | A agradabilidade pode ser percebida pelo fato da autora ter desenhado sua casa, escola e elementos que tem ao seu redor e convivência com seus familiares e amigos. Além disso, a autora expressa palavras positivas direcionadas ao conjunto da imagem. |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

**Figura 20** – Representação 2 | Agradabilidade

**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 21** – Síntese do desenho 2 | Agradabilidade

|   |   |
|---|---|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Elias<br>Idade: 12<br>Sexo: masculino |   |
| <b>Estrutura:</b>   | Cognitivo   |
| <b>Significado</b>  | Um ambiente de felicidade e boas amizades.  |
| <b>Qualidade</b>  | “Eu desenhei uma casa um balanço, eu e o Filipe brincando de bola um trator, e o pé de fruta e o balanço que nós fazemos”.                                  |
| <b>Sentimento</b>   | Amizade, união e felicidade.  |
| <b>Metáfora</b>   | “O trator tem lá em casa nós fazemos muitas coisas com ele gradinamos a terra. A nossa casa um balanço e meu nome eu que fiz o balanço e gosto de brincar”. |
| <b>Sentido</b>  | O autor retratou o reassentamento por meio do desenho de sua casa e do convívio com seus familiares e do seu grande amigo de brincadeiras ao ar livre.      |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

**Figura 21** – Representação 3 | Agradabilidade

**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 22** – Síntese do desenho 3 | Agradabilidade

|  |   |
|--|---|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Alberto<br>Idade: 07<br>Sexo: masculino: |   |
| <b>Estrutura:</b>  | Cognitivo   |
| <b>Significado</b>   | Uma casa tranquila com felicidade e paz.  |
| <b>Qualidade</b>   | “O pé de planta está no quintal da minha casa e eu brinco muito debaixo dele.   |
| <b>Sentimento</b>  | Tranquilidade e paz.  |
| <b>Metáfora</b>  | “Eu desenhei uma casa com uma portinha um pé de fruta, as nuvens e o sol. Na casa mora eu minha irmã, meu pai e minha mãe”.                               |
| <b>Sentido</b>   | O narrador expressa o sentimento de agradabilidade direcionada ao lar em que vive e maneira de desfrutar dos elementos naturais ao seu redor de sua casa. |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

**Figura 22** – Representação 4 | Agradabilidade

**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 23** – Síntese do desenho 4 | Agradabilidade

|   |  |
|---|--|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Nara<br>Idade: 07<br>Sexo: feminino |  |
| <b>Estrutura:</b>   | Cognitivo  |
| <b>Significado</b>  | Uma convivência familiar tranquila e apreço pela escola.   |
| <b>Qualidade</b>  | “Eu desenhei uma árvore, uma casa, eu brincando mais a minha irmã e outra árvore. Um coração e o sol e as nuvens. Uma casa, uma geladeira, uma van, umas plantas”. |
| <b>Sentimento</b>   | Alegria, convivência e bem-estar.  |
| <b>Metáfora</b>   | “Na geladeira tem maçã, uva e laranja. A van me leva pra escola. Eu gosto de ir pra escola estudar”.   |
| <b>Sentido</b>  | A agradabilidade se evidencia no sentimento de vinculação da sua relação familiar e bem-querer aos conhecimentos adquiridos no ambiente escolar.                   |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

Os mapas foram realizados por Noélia, de 09 anos; Elias, de 12 anos; Alberto e Nara ambos de 07 anos de idade. Eles representam o local em que vivem como um lugar tranquilo para se viver direcionando palavras positivas ao ambiente familiar em que estão inseridos. Os autores dão ênfase as plantas e frutas existentes em suas casas, destacam o convívio com seus amigos e familiares nas brincadeiras no quintal. Foram revelados apreço pela convivência

compartilhada no trajeto para a escola a qual afirmam gostarem de estudar na unidade. Na figura 20 um dos narradores do Baixão expressa a influência do laboro familiar no manejo com a terra por meio do uso de um trator.

### 5.2.2 Narrativas sobre o lugar que a Ilha de São José ocupa

Nesse espaço será apresentada a análise qualitativa dos mapas afetivos produzidos pelas crianças sobre o que sabem sobre vida de seus pais ou responsáveis na Ilha de São José e como interiorizam a escuta dessas vivências. Para tanto, o subcapítulo está pautado no conceito mesossistema mental proposto por Bronfenbrenner (1996, p. 39). O conceito surge com elemento integrante das atividades molares e se manifesta quando “[...] uma pessoa num dado ambiente fala sobre suas atividades em algum outro ambiente, quer no passado quer no futuro, ela está manifestando a capacidade de criar um “mesossistema mental”. Em síntese, quando os pais e/ou responsáveis contam sobre as vivências na ilha, elas trazem para as experiências cotidianas das crianças alcançando o imaginário delas e trazendo efeitos diretos ao seu ambiente imediato além de crescimento psicológico.

A análise dos desenhos e suas significações possibilitou organizar a percepção das crianças em categorias, e são elas: destruição, insegurança e agradabilidade. A seguir, tem o detalhamento dos mapas afetivos começando pela categoria “*destruição*”.

#### 5.2.2.1 Destruição

A categoria destruição obteve um mapa afetivo o qual o autor revelou em seu desenho o sentimento de “*medo*”, “*tristeza*” e “*desespero*” e em determinados momentos curiosidade em relação ao episódio de destruição ocorrido com a Ilha de São José.

**Figura 23** – Representação | Destruição

**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 24** – Síntese do desenho 1 | Destruição

|  |  |
|--|--|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Daniel<br>Idade: 08<br>Sexo: masculino |  |
| <b>Estrutura:</b>  | Metafórico   |
| <b>Significado</b>   | A ilha engolida pela água.   |
| <b>Qualidade</b>   | “Aqui eu fiz a casa do meu tio Romário, a moto dele aqui é rio a estrada que desce pra o rio os matos. Dentro do rio tem jacaré e peixe. Se eu pudesse visitar lá eu ia conhecer a casa da minha vó e pescar no rio e pecar um jaú”. |
| <b>Sentimento</b>  | Curiosidade, medo, tristeza, desespero   |
| <b>Metáfora</b>  | “Minha vó tinha uma casa e a água acabou com tudo, aí vieram embora pro Baixão. Carregou as coisas tudo”.  |
| <b>Sentido</b>   | O autor expressa no desenho e suas metáforas angústia que seus avós repassam para ele em sua história. Isso causa curiosidade de ter participado dos momentos vividos na ilha.   |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

O mapa afetivo apresentado foi realizado por Daniel de 08 anos. Nele o autor, expressa o que absorve das histórias contadas por seus familiares. A ilha de São José foi apagada do mapa físico pelas águas da represa da UHE de Estreito. O narrador externaliza a maneira em que os ribeirinhos tiveram que sair do seu habitat natural movidos por ações dos que visam os

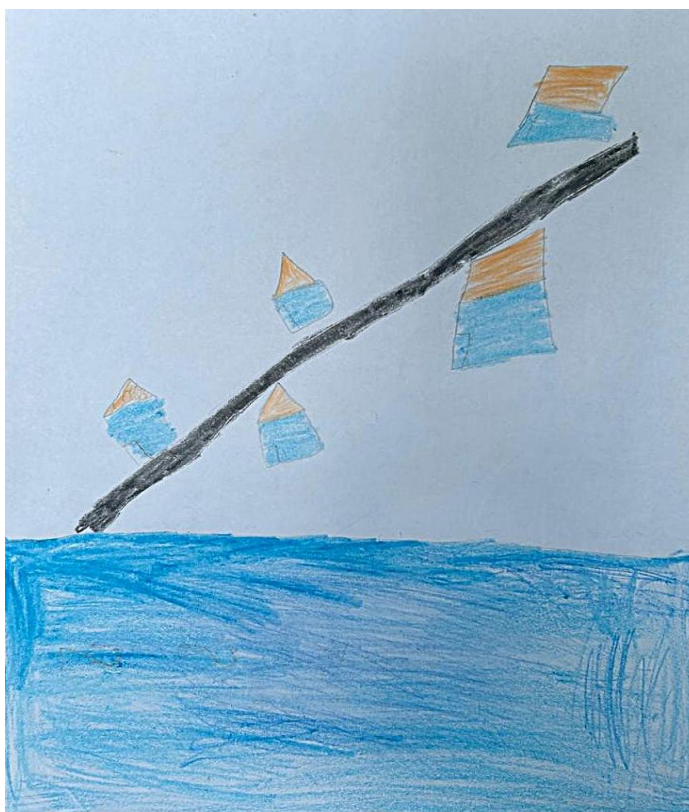
lucros acima de tudo. Na imagem aprecem o que a criança imagina, por meio da escuta, como era o ambiente que era lar para o convívio humano e animal na ilha.

A ilha foi engolida pela água da usina. Uma vez engolida sumiu do mapa deixando de existir fisicamente. Atualmente ela existe de maneira subjetiva na memória de quem viveu na localidade e reconta as suas experiencias. Ela existe de maneira simbólica no imaginário dos que não experienciaram tal ambiente por meio das narrativas que houvem de seus ascendentes.

#### 5.2.2.2 Insegurança

A categoria insegurança obteve dois desenhos das crianças que participaram desta etapa de coleta de dados os quais revelaram sentimento de como era a Ilha de São José. Os mapas afetivos começaram de uma estrutura do tipo metafórica partindo do significado do que a ilha representa e ou uma insegurança de sentidos e sentimentos.

**Figura 24** – Representação 1 | Insegurança



**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 25** – Síntese do desenho 1 | Insegurança

|   |   |
|---|---|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Alberto<br>Idade: 07<br>Sexo: Masculino |   |
| <b>Estrutura:</b>   | Metafórica.   |
| <b>Significado</b>  | Um lugar bom que oferecia perigo.   |
| <b>Qualidade</b>  | “Eu desenhei a estrada da ilha, o rio, os peixinhos, as casas juntas. Lá tinha um rio, meu pai morava lá. Eles atravessam, pescavam banhavam e bebiam água. Aqui morava minha mãe e meu pai aqui minha vó e meu vô e aqui meu tio”.                             |
| <b>Sentimento</b>   | Medo, curiosidade, alegria  |
| <b>Metáfora</b>   | “Quando o rio tava seco eles passavam e atravessam pra o outro lado e quando a maré tava cheia morria gente, até criança dentro do rio tinha. Tinha gente morto amarrada na árvore, tinha jacaré, peixe grande que comia gente e o jacaré que meu tio pescava”. |
| <b>Sentido</b>  | A insegurança se materializa por meio da dúvida apresentada em relação ao que a ilha era; e o rio apresentar surpresas inesperadas em determinados períodos no ano.   |

Fonte: Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

**Figura 25** – Representação 2 | Inseguranças

Fonte: Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 26** – Síntese do desenho 2| Insegurança

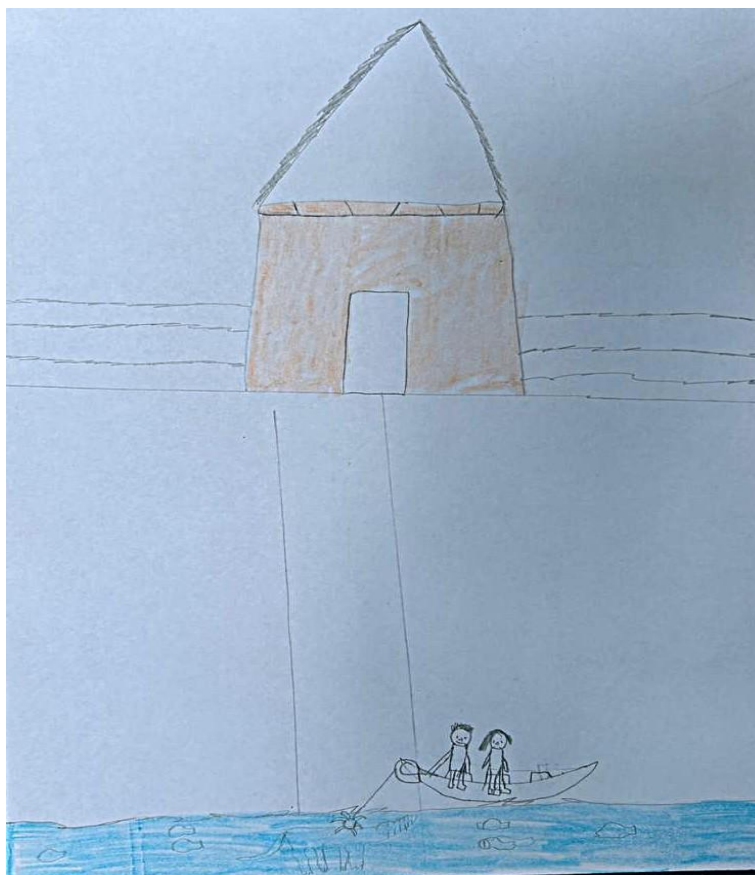
|   |   |
|---|---|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Nara<br>Idade: 07<br>Sexo: feminino |   |
| <b>Estrutura:</b>   | Metafórico.   |
| <b>Significado</b>  | Incerteza a respeito do rio ser bom ou ruim.  |
| <b>Qualidade</b>  | “Eu desenhei a ilha, o sol, as nuvens a casas pertinho e o rio. se eu tivesse conhecido eu ia banhar e pescar com meu pai e minha mãe”. |
| <b>Sentimento</b>   | Medo, tristeza e incerteza.   |
| <b>Metáfora</b>   | “Dentro do rio tinha gente morto jacaré e peixe grande”.  |
| <b>Sentido</b>  | A insegurança se materializa por meio da incerteza do rio ser bom ou ruim e ausência de conhecimento ao que ele pode proporcionar.      |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

Nos mapas afetivos produzidos por Nara e Alberto apresentam a insegurança que eles internalizam os relatos ouvidos sobre a ilha. Os narradores demonstram previamente compreender a existência do rio, das pessoas e animais que ali viviam. No entanto, tal compreensão se emaranha na dúvida ao ouvir histórias própria de quem vivenciou o rio intensamente. No mapa afetivo elaborado por Nara observa-se que a falta de contato com o rio a faz ter uma ideia limitada do que é e o que significa o elo entre ilha, rio e ribeirão.

### 5.2.2.3 Agradabilidade

A categoria agradabilidade obteve três desenhos das crianças que participaram desta etapa de coleta de dados os quais revelaram sentimento de “união”, “tranquilidade”, “paz”, “aconchego”, “curiosidade” e “amor” em relação a Ilha de São José. Os mapas partem de uma estrutura cognitiva revelando aspectos físicos do ambiente da ilha de São José.

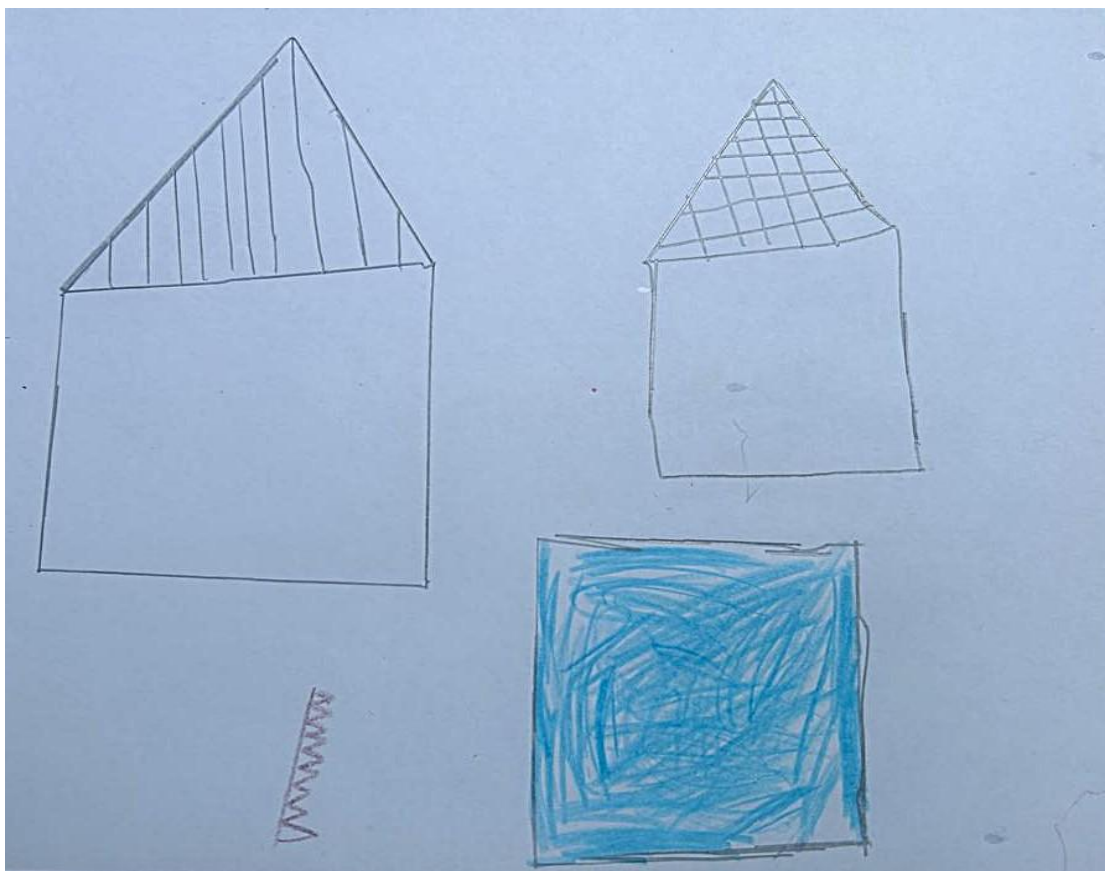
**Figura 26** – Representação 1 | Agradabilidade

**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 27** – Síntese do desenho 1 | Agradabilidade

|   |   |
|---|---|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Vitor<br>Idade: 07<br>Sexo: Masculino |   |
| <b>Estrutura:</b>   | Cognitivo.  |
| <b>Significado</b>  | Um lugar agradável.   |
| <b>Qualidade</b>  | “Desenhei ilha de São José que no tempo da enchente meus pais moravam lá, ai desmancharam tudo por causa que a barragem encheu tudo ai vieram embora pra cá trouxeram as coisas e estão morando aqui agora. Me falaram que lá tinha rio, fruta e gado”. |
| <b>Sentimento</b>   | União, tranquilidade e paz.   |
| <b>Metáfora</b>   | “Eu desenhei as casas, as cercas o caminho que desce pro rio. Aqui eu, o pai e a mãe pegando a canoa pra ir pescar. Eles disseram que pescavam muito. Se eu pudesse conhecer a ilha eu ia pescar e conhecer lá andando na canoa vendo as coisas”.       |
| <b>Sentido</b>  | O mapa revela uma ilha em que as pessoas convivem harmoniosamente como os seus pares e com o ambiente ao seu redor.   |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

**Figura 27** – Representação 2 | Agradabilidade

**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 28** – Síntese do desenho 2 | Agradabilidade

|   |   |
|---|---|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Elias<br>Idade: 12<br>Sexo: Masculino |   |
| <b>Estrutura:</b>   | Cognitivo   |
| <b>Significado</b>  | Convivência harmoniosa.   |
| <b>Qualidade</b>  | “Eu desenhei as casas pertinho uma da outra e o rio”.   |
| <b>Sentimento</b>   | União, alegria e aconchego.   |
| <b>Metáfora</b>   | “Lá tinha um bocado de coisa, jacaré e peixe. Bicho, onça e cachorro. Tinha um bocado de coisa de lá”.                      |
| <b>Sentido</b>  | O mapa mostra a ilha como um local agradável com casas perto uma da outra e perto do rio bem como o contato com a natureza. |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

**Figura 28** – Representação 3 | Agradabilidade

**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 29** – Síntese do desenho 3 | Agradabilidade

|   |  |
|---|--|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Roberto<br>Idade: 05<br>Sexo: Masculino |  |
| <b>Estrutura:</b>   | Cognitivo  |
| <b>Significado</b>  | O agradável lugar em que minha mãe nasceu.   |
| <b>Qualidade</b>  | “Eu desenhei a ilha e o rio e as cabanas que tinha lá. Lá no rio tinha jacaré, peixe e arraia. Tinha sapo na areia e nos matos, tinha muita e onça e cobra”. |
| <b>Sentimento</b>   | Curiosidade, tranquilidade e amor.   |
| <b>Metáfora</b>   | “Seu pudesse conhecer a ilha eu ia fazer primeiro era conhecer o rio por que minha mãe nasceu lá”.   |
| <b>Sentido</b>  | O mapa mostra a ilha como um lugar tranquilo em que se acende o desejo de conhecer.  |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

Nos mapas afetivos referidos imediatamente acima, os autores foram Vitor, Elias e Roberto. Neles, os narradores representaram a ilha como um lugar em que os moradores experienciavam uma ligação direta com a natureza. Vitor externaliza em seu desenho a boa convivência familiar de seus pais no ambiente em contato com o rio, animais, etc. Os relatos do mesmo mostram total desconexão do rio com a realidade vivida atualmente. O rio aparece apenas como um sonho e sentimento longínquo baseado em experiências de terceiros. Este

sentimento materializa o conceito de mesossistema mental apresentado por Bronfenbrenner (1996) mencionado anteriormente, onde um individual não participa presencialmente de um ambiente, no entanto é influenciado por ele construindo-o em sua imaginação tal movimento traz possíveis modificações comportamentais ou psicológicas.

Elias e Roberto expressaram por meios das moradias perto umas das outras, revelando um convívio comunitário harmonioso. Ambos manifestam não compreender a amplitude geográfica do que é o rio. A partir desta problemática, compreende-se que assim como argumentado na categoria insegurança anteriormente, a falta de conhecimento e acesso ao rio limita o entendimento do conceito físico de ilha e rio.

#### 5.2.2.4 Pertencimento

A categoria pertencimento conta com dois desenhos elaborados por Noélia e Rosa respectivamente, os quais revelaram sentimento de com a Ilha de São José. Ambos partem da análise estrutural cognitiva dando ênfase nos aspectos físicos do que ouvem sobre a ilha.

**Figura 29** – Representação 1 | pertencimento

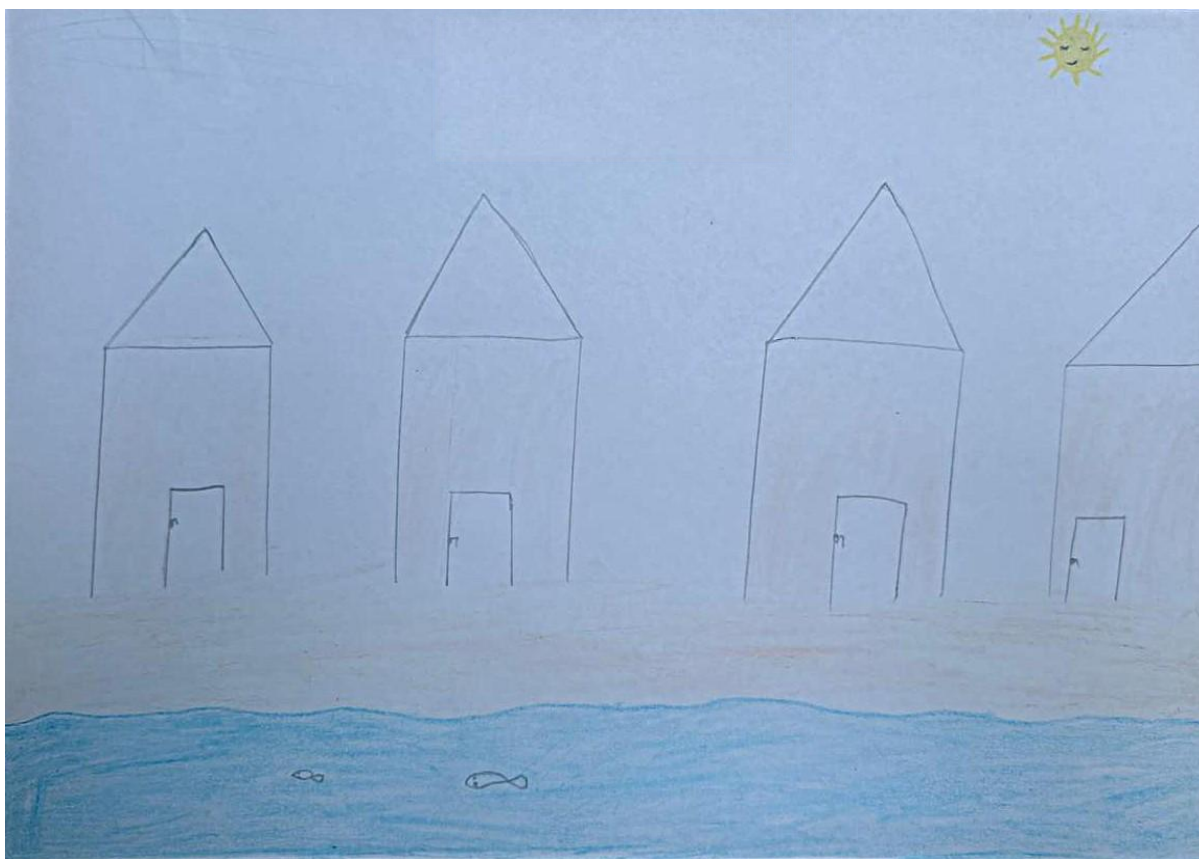


**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 30** – Síntese do desenho 1 | Pertencimento

|   |   |
|---|---|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Noélia<br>Idade: 09<br>Sexo: Feminino |   |
| <b>Estrutura:</b>   | Cognitivo   |
| <b>Significado</b>  | O rio que dá vida ao lugar.   |
| <b>Qualidade</b>  | “Eu desenhei as nuvens, o sol, as casas, a grama e o rio. Dentro do rio imagino que tinha peixe e jacaré”.  |
| <b>Sentimento</b>   | Paz, liberdade, curiosidade.  |
| <b>Metáfora</b>   | “Eu ouvi histórias de que lá tinha muitos animais, tinha cachorro e gato e galinha e tudo. Lá tinha muito peixe. Lá tinha um rio que as pessoas lavam roupa e lavava vasilha; eu tenho vontade de ter conhecido a primeira cosia que eu ia fazer era pescar e banhar no rio”. |
| <b>Sentido</b>  | A narradora expressa gostar da ilha mesmo sem conhecer e recria em sua imaginação como poderia ser casos estivesse no local.  |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

**Figura 30** – Representação 2 | Pertencimento

**Fonte:** Materialidade coletada pela autora (2025).

**Quadro 31** – Síntese do desenho 2 | Pertencimento

|   |   |
|---|---|
| <b>Identificação</b><br>Nome: Rosa<br>Idade: 12<br>Sexo: Feminino |   |
| <b>Estrutura:</b>   | Cognitivo   |
| <b>Significado</b>  | Um lugar que eu gostaria de conhecer.   |
| <b>Qualidade</b>  | “Eu desenho o rio da ilha, desenhei os peixinhos dentro dele, a terra, as casas que era feita de barro e o sol”.  |
| <b>Sentimento</b>   | Paz, liberdade e curiosidade.   |
| <b>Metáfora</b>   | “Da ilha eu ouvi dizer que minha mãe nasceu lá. Minha vó ela morou lá. Lá tinha um rio gigante, tinha as casas feitas de barro. Se eu pudesse ir lá eu ia banhar no rio e ver a casa e fazer um bocado de coisa”. |
| <b>Sentido</b>  | A narradora expressa gostar da ilha mesmo sem conhecer e recria em sua imaginação como poderia ser casos estivesse no local.  |

**Fonte:** Bomfim (2023), Cabral; Bomfim; Sousa (2022) | Organizado pela autora (2025).

Os sentimentos recorrentes nos mapas classificados como imagem de pertencimento foram: “*paz*”, “*liberdade*” e “*curiosidade*”. Os narradores retrataram a ilha como um lugar que se identificam e que direcionam amor. Mesmo sem conhecer fisicamente, demonstram apego e se identificam ao que o lugar representa para seus ascendentes. Dito de outro modo, os narradores se identificam pelo significado e valor simbólicos que a ilha representa na vida de seus familiares concebidos a partir das narrativas ouvidas no dia a dia. Deste modo, é possível inferir que o movimento de transição para o reassentamento apagou a oportunidade dos descendentes da ilha experienciarem as vivências no ambiente natural ribeirinho e consequentemente de passarem tais conhecimentos para as próximas gerações.

### 5.3 Análise complementar dos mapas afetivos

Com base na análise qualitativas dos mapas afetivos, foi possível compreender quais são as percepções das crianças sobre o reassentamento Baixão e o que externalizam a respeito das narrativas ouvidas sobre a ilha de São José. Assim, observa-se a das percepções das crianças por meio de uma “*estima potencializadora*” (**agradabilidade e pertencimento**); “*estima despotencializadora*” (**destruição e insegurança**) e “*estima mista*” (**contraste**). Conforme apresentado, foram produzidos 08 desenhos sobre o reassentamento Baixão e 08 sobre a Ilha de São José e seguidamente analisados. Observa-se os resultados a seguir:

**Quadro 32** – Resultado da estima de lugar

| Estima                     | Categoria      | Baixão |     | Ilha de São José |       |
|----------------------------|----------------|--------|-----|------------------|-------|
| <b>Potencializadora</b>    | Agradabilidade | 04     | 50% | 03               | 62,5% |
|                            | Pertencimento  | -      |     | 02               |       |
| <b>Despotencializadora</b> | Destruição     | -      | 12% | 01               | 37,5% |
|                            | Insegurança    | 01     |     | 02               |       |
| <b>Mista</b>               | Contraste      | 03     | 24% | -                | -     |

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

De acordo com o apresentado no quadro 32, 50% dos mapas afetivos sobre o reassentamento Baixão apresentam uma estima potencializadora de lugar; 12% apresentam estima despotencializadora e 24% apresentam estima mista em que há polarização de sentimentos.

No que tange aos mapas envolvendo conhecimentos sobre a ilha de São José, 62,5% apresentam estima potencializadora da categoria **agradabilidade** e **pertencimento** e 37,5 % da “*estima despotencializadora*” **destruição** e **insegurança**. Não houve nenhum mapa representando a estima mista de categoria contraste.

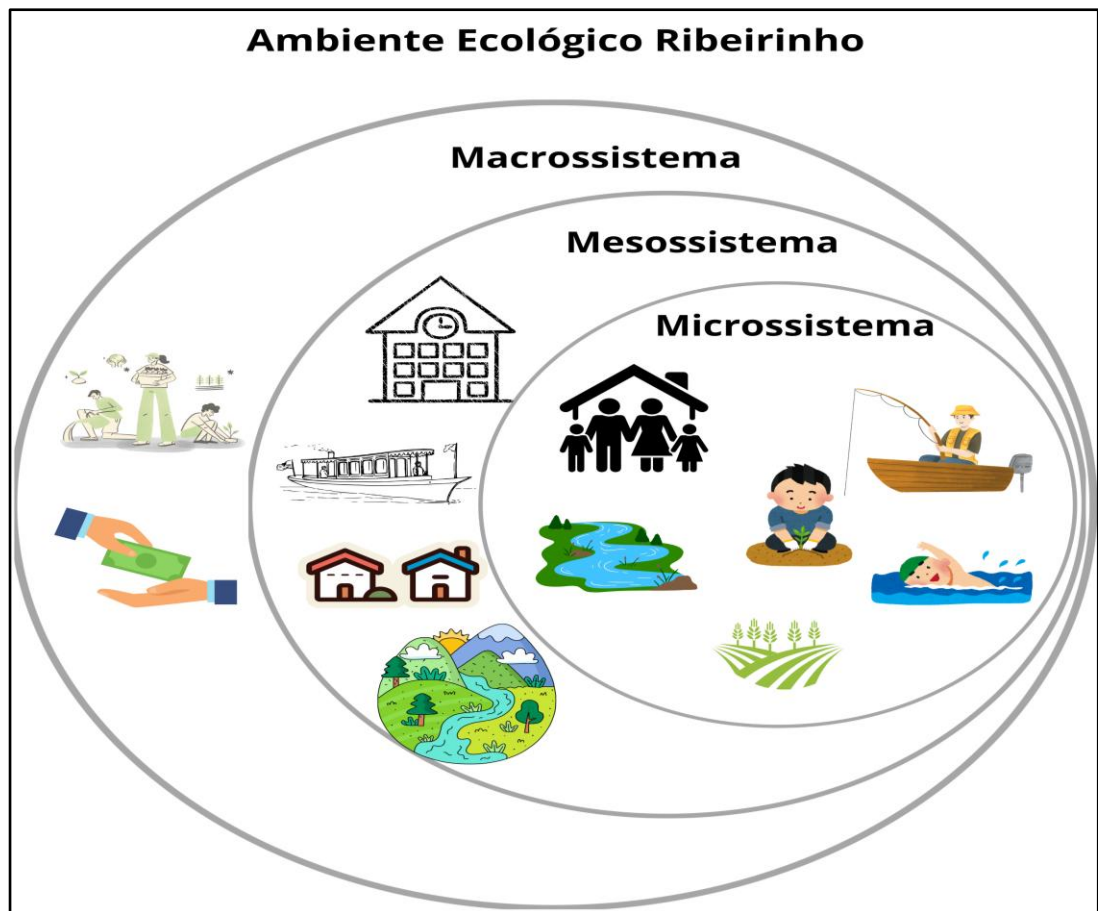
Neste viés, ao se referirem aos domicílios que haviam na ilha, observou-se que em 75% das imagens foram desenhadas um conjunto de casas os quais materializam a representação da convivência comunitária harmoniosa que os ribeirinhos experienciavam. As 08 crianças participantes demonstraram curiosidade e interesse em ter conhecido a ilha. Contudo, hoje tem acesso àquilo que suas imaginações podem-lhes proporcionar baseados nas histórias e/ou fotos que tem acesso.

No que tange aos mapas envolvendo conhecimentos sobre a ilha de São José, 62,5% apresentam estima potencializadora da categoria **agradabilidade** e **pertencimento** e 37,5 % da “*estima despotencializadora*” **destruição** e **insegurança**. Não houve nenhum mapa representando a estima mista de categoria contraste. Ademais 67,5 das crianças participantes da pesquisa expressam sentimentos positivos em relação a ilha. Observou-se que elas compreendem a ilha como um lugar com convívio comunitário harmonioso, pois em 75% das imagens foram desenhadas casas em conjunto representando materializando o apego e identificação que o lugar representa baseado nas experiências ouvidas por seus acedentes. No entanto, como mencionado anteriormente, notou-se que, a falta de acesso ao rio limita a compreensão da amplitude geográfica do rio. Ademais, em alguns casos, as crianças desenharam um formato de caixa com água dentro para representar o rio.

Neste viés, ao se referirem aos domicílios que haviam na ilha, observou-se que em 75% das imagens foram desenhadas um conjunto de casas os quais materializam a representação da convivência comunitária harmoniosa que os ribeirinhos experienciavam. As 08 crianças participantes demonstraram curiosidade e interesse em ter conhecido a ilha. Contudo, hoje tem acesso àquilo que suas imaginações podem-lhes proporcionar baseados nas histórias e/ou fotos que tem acesso.

Em consonância com o apresentado neste tópico, as materialidades das entrevistas com adultos possibilitaram a realização do mapeamento do ambiente ecológico ribeiro na ilha de São José nos contextos do micro, meso e macroambiente como descreve a **figura 33** a seguir:

**Figura 31** – Ambiente Ecológico Ribeirinho na Ilha de São José



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Conforme apresentado na figura anterior (31), o ambiente ribeirinho em seu contexto do microssistema é composto pela pessoa em desenvolvimento ao centro e ao seu redor os componentes do seu ambiente imediato com pai, mãe e irmão. Com efeito, tendo o rio como elemento principal das atividades molares de seu ambiente proximal. No rio eram realizadas as

brincadeiras individual e coletivamente, plantação e colheita, além da pesca para consumo e depois venda dos excedentes caso fosse necessário.

No contexto do mesossistema observa-se a relação dos ribeirinhos com a escola que era mantida dentro da própria comunidade. Seu acesso tanto para fins escolares como para ir para a zona urbana era por embarcações fluviais de barcos e canoas mantidas pela gestão municipal ou privada. Aqui também se observa o contato com a natureza e tudo que ela poderia proporcionar. O rio disponibilizava água potável para o consumo humano e animal, sua dinâmica de enchentes lavava a terra nutrindo o solo dando-o mais fertilidade e possibilitando uma plantação e colheita fartas. E ainda se destaca o contato com os vizinhos de longa data, onde todos se conheciam.

O macrossistema engloba o contexto econômico de toda comunidade, o modo de sustento e dinâmica financeira propostas pela agricultura familiar exercida na ilha. Idem, fala da maneira como os conhecimentos, hábitos cotidianos na forma dos conteúdos dos outros contextos eram repassados de uma geração para outra pautadas na importância e valor dados ao rio e as atividades dele advindas. A partir do contato com o rio eram desenvolvidas todas as ações que constituem a identidade ribeirinha.

Em relação aos resultados e análises dos mapas, observou que os resultados da estíma potencializadora agradabilidade em relação ao reassentamento os narradores expressaram os desenhos e palavras positivas em direção ao domicílio e ambiente familiares como relação com os pais, mãe irmã e/ou amigo. No entanto, nos desenhos envolvendo elementos coletivos do reassentamento como van e transporte escolar, os narradores expressaram palavras negativas e ou sentimento de frustração e insegurança, materializando assim a estíma despotencializadora insegurança e estíma mista contraste.

A partir das análises dos desenhos das crianças em complemento com as análises das entrevistas com adultos foi possível mapear de maneira didática o contexto ambiental no reassentamento Baixão. Veja a seguir:

Figura 32 – Ambiente Ecológico da Infância Sequestrada<sup>16</sup>



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No microsistema da infância sequestrada do reassentamento Baixão é composta pela falta de água potável e falta de acesso ao rio, fator este que limita a compressão e amplitude geográfica do mesmo. Além do não conhecimento dos elementos que ele pode proporcionar e das vivências que viriam desse ambiente. Em relação convívio familiar observou-se que as crianças vivem em um ambiente familiar acolhedor com envolvimento dos pais na vida dos filhos.

O mesossistema, foram revelados os desafios enfrentados pelas crianças para chegar até a escola. Constam a dificuldade de mobilidade do transporte escolar que constantemente apresenta problemas mecânicos e estrada entre Baixão e a Vila Corrente intransitável em períodos chuvosos, ambos casos impossibilitam o acesso à escola consequentemente ocasionado a infrequência escolar dos alunos. Para melhor compreensão, segue a **figura 33** mostrando a estrada em períodos chuvosos.

<sup>16</sup> O termo Infância Sequestrada surgiu a partir das entrevistas realizadas para o programa Amazônia + 10 realizadas em 30 de outubro de 2024.

**Figura 33** – Estrada no Reassentamento Baixão

**Fonte:** Acervo pessoal da autora (2024).

As fotos que compõem a figura anterior foram capturadas no mês de novembro de 2024, início do período chuvoso. Outra reclamação apontada pelas crianças é ter que faltar a aula pelo fato de o transporte escolar estar danificado. A caráter de informação o transporte escolar a que se refere é o mesmo apresentado anteriormente na página 82. Como mencionado anteriormente foi observado nos desenhos das crianças que quando se referem ao reassentamento, as moradias foram feitas de maneira isolada, no entanto quando se referem as moradias da ilha as casas são desenhadas de maneira conjunta.

No macrossistema revelou-se uma cadeia de causa e consequência começando pela baixa produtividade do solo, pouca produção de alimentos para venda e consumo e diminuição da renda familiar. O solo na nova localidade dispõe de baixa produtividade e falta de subsídios para corrigi-lo de maneira adequada. O solo impacta diretamente na plantação e colheita dos alimentos o que causa um acentuado declínio na produção agrícola agropecuário do grupo. Uma vez que no plantio e colheita ocasionalmente o rendimento familiar sofre diminuição.

Por este viés, comparando os dois mapeamentos realizados, chega-se à discussão acerca do sentimento das crianças em relação a categoria ribeirinho. As crianças denotam sentimento de pertencimento pelo que a ilha representa, no entanto o ambiente do reassentamento em que vivem não disponibiliza as mesmas atividades molares que outrora receberiam na ilha. Ser criança ribeirinha sem o rio é ser pássaro sem assas e/ou navio sem mar. Não há como ser ribeirinho sem rio, portanto não há como ter infância ribeirinha sem as benesses que ecossistema natural que envolve o rio proporcionaria. Assim, estimamos que a geração que

descenderá essas crianças possivelmente se enquadrará na categoria camponês, por causa da transição de hábitos e práticas no modo de vida já em evidência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou analisar a infância das crianças descendentes dos ribeirinhos da ilha de São José realocados no reassentamento Baixão. Para tanto, fez-se necessário investigar como foi infância dos ribeirinhos na referida ilha para, a partir daí, analisar como as crianças do reassentamento Baixão constituem a identidade ribeirinha longe do rio e no contexto do novo local de vivência bem como compreender quais são as percepções das crianças sobre o processo vivido pelas famílias em função da instalação da hidrelétrica de Estreito.

Assim, foram realizadas entrevistas com professores (as) que exerceram função na escola da ilha de São José, adultos que são pais das crianças participantes da pesquisa, adultos que, quando crianças, passaram a infância na Ilha de São José. Deste modo, com auxílio do utilizando o *software* de análise qualitativa WebQda, foi possível gerar uma nuvem de palavras com as palavras mais frequentes nas entrevistas, sendo elas: “água”, “escola”, “crianças”, “alunos”, “rio” e “ilha”. Todas as palavras mais frequentes remetem as vivências dos ribeirinhos na ilha e também suas novas narrativas no novo local de vivência. A partir da leitura flutuante das entrevistas, foi possível sistematizar o material em duas categorias temáticas as quais geraram duas subcategorias temáticas cada uma, e são elas: (i) “*Infâncias*”, com as subcategorias **Ambiente proximal ribeirinho** e **Transição ambiental: O Reassentamento Baixão**; (ii) “*Infância e natureza morta*” englobando as subcategorias **Água e Terra infértil**; (iii) “*Macrossistema*” com as subcategorias **Subjugados** e **Movimento bidirecional (Macro-Micro)**.

A pesquisa revelou como era o modo de vida dos ribeirinhos na ilha de São José. O rio era visto como elemento essencial gerador de atividades. Ele moldava a dinâmica cotidiana da vida dos ribeirinhos. A partir de seu movimento de encher e secar a terra era nutrida aumentando a plantação e colheita e conseqüentemente aumentando a renda familiar e grupal. Para tanto, dentro da temática das atividades molares, podemos compreender que o rio era primordial nas atividades molares.

Por este viés, comparando os dois mapeamentos realizados, chega-se à discussão acerca do sentimento das crianças em relação a categoria ribeirinho. As crianças denotam sentimento de pertencimento pelo que a ilha representa, no entanto o ambiente do reassentamento em que vivem não disponibiliza as mesmas atividades molares que outrora receberiam na ilha. Ser

criança ribeirinha sem o rio é ser pássaro sem asas e/ou navio sem mar. Não há como ser ribeirinho sem rio, portanto não há como ter infância ribeirinha sem as benesses que o ecossistema natural que envolve o rio proporcionaria. Assim, estimamos que a geração que descenderá dessas crianças possivelmente se enquadrará na categoria camponês, por causa da transição de hábitos e práticas no modo de vida já em evidência.

Por este meio, a pesquisa revelou como era o modo de vida dos ribeirinhos na ilha de São José. O rio era visto como elemento essencial gerador de atividades. Ele moldava a dinâmica cotidiana da vida dos ribeirinhos. A partir de seu movimento de encher e secar a terra era nutrida aumentando a plantação e colheita e conseqüentemente aumentando a renda familiar e grupal. Para tanto, dentro da temática das atividades molares, podemos compreender que o rio era primordial nas atividades molares.

Revelou-se que após uma transição ambiental dolorosa a população, agora moradora do reassentamento Baixão, enfrenta desafios diários como falta de água potável, baixa produtividade do solo, diminuição da produção e conseqüentemente do rendimento financeiro, problemas com transporte escolar. Constatou-se que as crianças do reassentamento constituem uma identidade ribeira de estado psicológico de imaginações sentimentais geradas a partir da escuta de histórias dos seus ascendentes em relação a atividades posicionadas a partir do ambiente do rio e ilha de São José.

De modo geral, a transição ecológica sofrida pelos ribeirinhos da ilha soma-se as muitas outras violências sofridas pelas populações atingidas por barragens ao longo das décadas, a construção da UHE de Estreito provocou uma abrupta transição ecológica na infância dos descendentes da Ilha de São José. A partir de então, essa sofreu e vem sofrendo alterações significativas em diferentes esferas do contexto ambiental. Constatou-se que o elemento essencial que molda, comanda e dá vida ao ribeirinho lhe foi amputado deixando órfãos do rio. O rio estava presente em todos os momentos da vida deles desde o plantar, a colheita, o contato com a terra adubada lavada pelas águas das enchentes, o brincar etc.

O laço se desfaz ainda mais quando chegam no novo local de vivência e se deparam com complicações que outrora não viviam. A falta de água potável, a baixa fertilidade da terra, a pouca produção de alimentos, os desafios de acesso das crianças à escola, a briga por direitos que lhe estariam garantidos por lei, a distância e a saudade dos vizinhos de uma vida inteira, a distância do rio, a falta do pescado, o contato com o capitalismo exacerbado e o contato das crianças e jovens que sem o lazer do rio invariavelmente imergem na internet.

Todos esses fatores dos variados contextos ambientais fazem da infância dos descendentes da ilha de São José em infância ribeirinha cujo a identidade vem se modificando

em suas práticas e costumes culturais. Em uns questionamentos futuros debates é se, uma vez os costumes a práticas sendo modificados, estando distantes das atividades do rio essa população ainda se enquadra na categoria ribeirinho.

## REFERÊNCIAS

AKAMA, Alberto. **Impacts of the hydroelectric power generation over the fish fauna of the Tocantins river, Brazil: Marabá dam, the final blow.** *Oecologia Australis*, 2017.

Disponível em: [file:///C:/Users/Say%20my%20name/Downloads/camiladebarros,+1144+p+222231+nov+8+\(1\).pdf](file:///C:/Users/Say%20my%20name/Downloads/camiladebarros,+1144+p+222231+nov+8+(1).pdf)> Acesso em: 10/02/2025

ANDRADE, R. de P. Vencidas a distância e floresta!: A Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. [obra online] **Tempo** | Niterói | Vol. 25 n. 2 | Mai./Jul. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/kKtNtz9YZndkj8XJ4mhg8bR/?lang=pt>> Acesso em: 21/07/2024.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARRUDA LUZ, E. **Histórico Biográfico do Município de Babaçulândia.** 1ª Edição – Babaçulândia – TO, 2003.

ASSIS, D. C. M. de.; MOREIRA, L. V. de C.; FORNASIER, R. C. Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner: a influência dos processos proximais no desenvolvimento social das crianças. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 10, p. e582101019263, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i10.19263. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/354105341\\_Teoria\\_Bioecologica\\_de\\_Bronfenbrenner\\_a\\_influencia\\_dos\\_processos\\_proximais\\_no\\_desenvolvimento\\_social\\_das\\_crianças](https://www.researchgate.net/publication/354105341_Teoria_Bioecologica_de_Bronfenbrenner_a_influencia_dos_processos_proximais_no_desenvolvimento_social_das_crianças)>

Acesso em:08/05/2024.

Bandeiras Verdes. Direção: Murilo Santos. Produção: Aída Marques. **Embrafilmes**, 1988.

BENETTI, I. C. et al. Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Pensando Psicologia** / Volumen 9, Número 16 / enero-diciembre 2013. Disponível em:

<https://revistas.ucc.edu.co/index.php/pe/article/download/620/585/1271>> Acesso em: 08/05/2024.

BENTES, J. G. Influência do espaçamento na produtividade de sementes de malva (*urena lobata* L.) em terra firme no Amazonas. [Dissertação de Mestrado em Agronomia Tropical], Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4671#preview-link0>> Acesso em: 19/07/2024.

BORGES, F. Q.; MASSOLI, E. C. Análise das Externalidades Geradas pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e o Processo de Desenvolvimento. [obra online] **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ano 12, n. 28, out./dez. p. 251-278, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2919/3427>>Acesso em: 31/01/2024.

BORGES, Fabricio Quadros; MASSOLI, Elma Coelho. Análise das Externalidades Geradas pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e o Processo de Desenvolvimento. [obra online] **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ano 12, n. 28, out./dez. p. 251-278, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2919/3427> 16/junho/2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso em: 18/07/2024.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In Damon, W. & Lerner, R. M. (Eds.). *Handbook of child psychology, Vol. 1: Theoretical models of human development* (993-1028). New York: John Wiley. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9780470147658.chpsy0114>> Acesso em: 15/05/2024.

CESTE. **Consórcio Estreito Energia**. [obra online] 2024. Disponível em: <https://www.uhe-estreito.com.br>> Acesso em: 31/01/2024.

CRUZ, V. do C. **Rio como Espaço de Referência Identitária na Amazônia: Considerações sobre a Identidade Ribeirinha**. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, RJ. 2011. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/869>> Acesso em: 28/04/2024.

CRUZ, Lucina Ribeiro. **Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal**. [obra online] Dissertação (mestrado em Demandas populares e Dinâmicas Regionais, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Araguaína, TO, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4593>> Acesso em: 19/julho/2023.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2023**. Disponível no site: <https://www.fadc.org.br/noticias/confira-a-nova-edicao-do-cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil> Acessado em: 01 de junho de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados da população dos municípios de Tocantins [obra online] (2010). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>> Acesso em: 22/12/2023.

JOLY, A. B. **Botânica – introdução à taxonomia vegetal**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional/Edusp, 1966.

LEANDRO, J. J. **Babaçulândia: dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa**. Goiânia: Kelps, 2008.

SOARES, Leomaura Miranda de Andrade. **Os modos de vida de um povo antes e depois da formação do lago da usina hidrelétrica de Estreito: Memórias e narrativas sobre a adaptação ao Reassentamento Urbano Coletivo em Babaçulândia, TO**. [obra online] Dissertação (mestrado em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína, TO, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5525>> Acesso em: 19/julho/2023.

MARTINS, N. F. A. GOMES, L. A. C. perfil síntese da primeira infância e famílias no Cadastro Único *In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate.* – N. 36 (2024). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, 2005. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo\\_pesquisa/estudo\\_pesquisa\\_300.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_300.pdf)> Acesso em: 27/04/2024.

MELO, R. G. C. de. Psicologia ambiental: uma nova abordagem da psicologia. **Psicologia-USP**, São Paulo, 2 (1/2) 85-103, 1991. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771991000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771991000100008)> Acesso em: 04/05/2024.

MENDES, G. Z. L.; BORGES, T. P.; FILHO, M. P.; RODRIGUES, W. *Institutionalized migration and childhood in the brazilian amazon: the casa abrigo in the city of araguaína/tocantins/brazil.* **WORLD CHILDREN CONFERENCE-II.** Nicosia / Turkish Republic of Northern Cyprus Özay Günsel Children University, 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/49079415/INSTITUTIONALIZED\\_MIGRATION\\_AND\\_CHILDHOOD\\_IN\\_THE\\_BRAZILIAN\\_AMAZON\\_THE\\_CASA\\_ABRIGO\\_IN\\_THE\\_CITY\\_OF\\_ARAGUA%C3%8DNA\\_TOCANTINS\\_BRAZIL](https://www.academia.edu/49079415/INSTITUTIONALIZED_MIGRATION_AND_CHILDHOOD_IN_THE_BRAZILIAN_AMAZON_THE_CASA_ABRIGO_IN_THE_CITY_OF_ARAGUA%C3%8DNA_TOCANTINS_BRAZIL)> Acesso em: 10/05/2024.

MOSER. G. **Introdução a psicologia ambiental: pessoa e ambiente.** Tradução: Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Campinas-SP: Alínea, 2018.

Movimento Dos Atingidos Por Barragens (MAB). [endereço eletrônico]. Disponível em: <https://mab.org.br>> Acesso em: 28/04/2024.

Museu Nacional/UFRJ. [endereço eletrônico] <https://www.museunacional.ufrj.br/hortobotanico/palmeiras/attaleaspeciosa.html>> Acesso em: 28/04/2024.

OLIVEIRA, J. C. Neoliberalismo, novas morfologias do trabalho e subjetividade: implicações sobre o hidronegócio e a organização social. **Espaço e Economia Revista brasileira de geografia econômica [obra online]** ano VIII, número 16, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/938>>Acesso em: 10/01/2024.

PAOLI, Thiago; RUMENOS, Nijima Novello. **PERCEPÇÃO AMBIENTAL & VIGOTSKI – Um diálogo possível**. Conedu VI Congresso Nacional de Educação. Maceió - AL, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Say%20my%20name/Downloads/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA\\_ID6440\\_02102020073235%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Say%20my%20name/Downloads/TRABALHO_EV140_MD1_SA_ID6440_02102020073235%20(1).pdf)> Acesso em: 17/02/2025.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Tradução: Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.] 12ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PATERNOSTRO, J. **Viagem ao Tocantins**. Companhia Editora Nacional. Série 5ª. Vol. 248, São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Bahia - Pará - Porto Alegre, 1945.

PEREIRA NETO, M.; SOUSA, E. da S. As trajetórias dos/das romeiros/as negros/as e as Bandeiras Verdes: missão e romaria no Norte do Tocantins. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB. São Paulo-SP, 2022. Disponível em: <<https://www.eng2022.agb.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6Ijk2NjYiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiZjMyZmYzOTQ2NzY5NmU5MzY5NmJLOGQ3YmQ4NDY0OWEiO30%3D#:~:text=A%20procura%20pelas%20bandeiras%20verdes,fatura%20com%20toda%20sua%20fam%C3%ADlia>> Acesso em: 01/06/2024.

PEREIRA, J. O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil: uma análise a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioespaciais em Carolina - MA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: Acesso em: <<https://repositorio.uema.br/handle/123456789/41305/>> Acesso em: 05/01/2024.

PRETI, Dino. (Org.) **Oralidade em textos escritos**. Projetos Paralelos - NURC/SP. V.10. São Paulo: Humanitas, 2009.

PITOMBEIRA, G. de A. C. Da ilha de São José ao reassentamento coletivo Baixão: alterações nos modos de vida dos ribeirinhos após a implantação da UHE/ESTREITO - (MA), em 2012. **Dissertação** (mestrado em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal do

Tocantins (UFT), Araguaína, TO. Disponível em: <[http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1637?locale=pt\\_BR](http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1637?locale=pt_BR)> Acesso em: 31/01/2024.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Tradução Suzana, Menescal de Alencar Carvalho; José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

QEDU. Quociente de Educação. **Babaçulândia/TO**. São Paulo: QEDU: use dados.2022. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/1703008-babaculandia>> Acesso em: 28/04/2024.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XXI. In DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Tradução: Angélica Freitas. 1ª ed. – Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SEPLAN. **Secretaria Do Planejamento e Orçamento**. Palmas-TO, 2017. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan>> Acesso em: 31/01/2024.

SILVA, S. F. S. A reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) atingidos pela usina hidrelétrica de Estreito (MA). Dissertação (mestrado em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína, TO. 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/952/1/S%c3%basie%20Fernandes%20Santos%20Silva%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>> Acesso em: 05/01/2024.

SIMÕES, R. T. **Pequena Monografia do Município de Babaçulândia**. Goiás, 1956.

SOARES, Leomaura Miranda de Andrade. **Os modos de vida de um povo antes e depois da formação do lago da usina hidrelétrica de Estreito: Memórias e narrativas sobre a adaptação ao Reassentamento Urbano Coletivo em Babaçulândia, TO**. Dissertação (mestrado em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína, TO, 2023. Disponível em: Acesso em: 19/julho/2024.

SOUSA, A. B. **Vida em fragmentos: Uma história de vida antiga ao moderno**. 1º ed. — Gurupi, To: Editora Veloso, 2021.

SOUSA, Cimara Leite; BORGES, Thelma Pontes; PACÍFICO FILHO, Miguel. **Reflexões sobre os impactos/expulsões da UHE aos moradores de Babaçulândia -TO: uma abordagem sobre o estado da arte.** Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional (RBDR). Blumenau- SC. (no prelo).

SOUSA, M. L.; PACHECO, R. A. A influência da rodovia Belém-Brasília no processo de desenvolvimento das cidades do centro-norte de Goiás. **Revista Eletrônica Georaguaia.** Barra do Garças-MT. V 3, n.2, p 246 - 262. agosto/dezembro. 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/download/4864/3274/0#:~:text=A%20concep%C3%A7%C3%A3o%20e%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da,do%20capital%20especulativo%20na%20regi%C3%A3o>> Acesso em: 20/07/2024.

TAVARES, T. M. V. *et al.* A realidade socioeconômica e as condições ambientais dos moradores no reassentamento urbano coletivo novo milênio em Babaçulândia (TO). **Revista Panorâmica On-Line.** Barra do Garças – MT, vol. 24, p. 14 - 39, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/748>> Acesso em: 23/01/2024.

TEDESCO, E. da S. F. **Infância pantaneira: a percepção de mundo e a constituição de identidade das crianças ribeirinhas.** Dissertação (Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres/MT: UNEMAT, 2016. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4869516](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4869516)> Acesso em: 15/07/2024

TOCANTINS. **Lei nº 4.200, de 18 de julho de 2023.** Declara Capital Econômica do Estado do Tocantins o Município de Araguaína. Disponível em: <https://al.to.leg.br>> Acesso em: 28/04/2024.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas Para a Infância. Agenda pela infância e adolescência na Amazônia.2022. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpajpcgclefindmkaj/https://www.unicef.org/brazil/media/26726/file/unicef\\_pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia\\_2022.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpajpcgclefindmkaj/https://www.unicef.org/brazil/media/26726/file/unicef_pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia_2022.pdf)> Acesso em: 23/maio/2023.